

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARÍLIA SANTANA SCHEMBERG

HOTEL TASSI: O REUSO DE UMA HABITAÇÃO TRANSITÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA
2018

MARÍLIA SANTANA SCHEMBERG

HOTEL TASSI: O REUSO DE UMA HABITAÇÃO TRANSITÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo do Departamento
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo –
DEAAU, da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná – UTFPR

Orientadora: Prof. Dra. Giceli Portela Cunico
de Oliveira

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

Hotel Tassi: o reuso de uma habitação transitória

Por

MARÍLIA SANTANA SCHEMBERG

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 22 de novembro de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Caroline Afonso
UNICURITIBA

Prof. Rita Patron
UTFPR

Prof. Márcia Ono
UTFPR

Prof. Giceli Portela (orientadora)
UTFPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter moldado todos os caminhos que me trouxeram até aqui.

Agradeço imensamente aos meus pais, Edson e Simone, que através de muita paciência, resiliência e amor, me apoiaram em todos os momentos de incertezas, mesmo com todas as dificuldades.

À minha madrinha Regina e o padrinho do coração Raimundo, por sempre acreditarem no meu potencial e me ajudarem quando foi necessário.

À Isabelle, por todos os anos de amizade, mesmo que os últimos tenham sido a distância.

À Bruna, Laura, Geovanni e Andressa por tornarem essa reta final mais leve e divertida.

À Débora, Leandro, Jéssica e Henrique por todo o companheirismo durante esses anos de Arquitetura.

Obrigada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná que me proporcionou um ensino de qualidade fundamental para chegar até aqui e me tornar a pessoa que sou hoje.

À minha orientadora Prof. Giceli Portela, por seu conhecimento admirável, e por ser uma fonte de inspiração fonte inesgotável de inspiração.

A todos, muito obrigada.

“O lar deve ser o tesouro da vida.”
(Le Corbusier)

RESUMO

SCHEMBERG, Marília Santana. **Hotel Tassi: O reuso de uma habitação transitória.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

Esta pesquisa utiliza os conceitos de restauro arquitetônico com enfoque especial no reuso das edificações de interesse histórico, voltado para a habitação transitória, tendo como objeto de estudo do antigo Hotel Tassi, localizado na região central da cidade de Curitiba/PR. Este trabalho procura estudar ainda o surgimento e importância das Casas de Acolhimento além de sua finalidade, buscando compreender as necessidades de pessoas em situação de rua. O maior percentual de pessoas em situação de rua está concentrado na Regional Matriz de Curitiba, porém o número de vagas em abrigos para pernoite não é suficiente para atender a demanda da região. Também na região central da cidade, nos deparamos com diversos edifícios de interesse de preservação abandonados pela falta de uso. Este trabalho também apresenta a importância de se dar um uso adequado para edificações históricas, como meio de prevenir sua deterioração. Pode-se concluir então, que a obra de restauro do antigo Hotel Tassi, com a proposta de uma habitação transitória, traria benefícios para a população em situação de rua da região central da cidade de Curitiba.

Palavras-chave: Restauro Arquitetônico. Reuso de edificações históricas. Casa de acolhimento. Pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

SCHEMBERG, Marília Santana. **Hotel Tassi: O reuso de uma habitação transitória.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

This research uses the concepts of architectural restoration with a special focus on the reuse of buildings of historical interest, aimed at transitional housing, having as object of study the old Tassi Hotel, located in the central region of the city of Curitiba / PR. This work also seeks to study the emergence and importance of the Reception Houses in addition to their purpose, seeking to understand the needs of people living in the streets. The highest percentage of street people are concentrated in the Curitiba Regional Headquarters, but the number of places in overnight shelters is not sufficient to meet the demand of the region. Also in the central region of the city, we come across several buildings of interest of preservation abandoned by the lack of use. This work also presents the importance of giving adequate use to historic buildings as a means of preventing their deterioration. It can therefore be concluded that the restoration work of the former Hotel Tassi, with the proposal of a transitional housing, would bring benefits to the street population of the central region of the city of Curitiba

Keywords: Architectural Restoration. Reuse of historical edifications. House of host. Street people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ilustração sem título mostrando a realidade da população de Londres no final do século XVIII.....	20
Figura 02 - Número de pessoas em situação de rua.....	23
Figura 03 - Módulos dormitórios.....	44
Figura 04 - Setorização planta primeiro pavimento.....	44
Figura 05 - Setorização planta primeiro pavimento.....	45
Figura 06 - Setorização planta terceiro ao sétimo pavimento.....	45
Figura 07 - Ruínas de antigo casarão.....	46
Figura 08 - Projeto concluído.....	47
Figura 09 - Divisórias em vidro.....	47
Figura 10 - Altar da Capela e detalhe do pilar robusto.....	48
Figura 11 - Cerâmicas de Brennand ao fundo no interior da apela.....	48
Figura 12 - Campanário.....	49
Figura 13 - Cinemateca.....	49
Figura 14 - Lanternim, tesouras de aço e piso de vidro.....	50
Figura 15 - Detalhe das pontes rolantes. Fonte: Dupré Arquitetura.....	50
Figura 16 - No anexo, as quase-ruínas da parede lateral, estabilizadas, mantiveram o aspecto com o qual foram encontradas.....	51
Figura 17 - Número do percentual de pessoas pesquisadas segundo as Regionais Administrativas de Curitiba.....	53
Figura 18 - Mapeamento de abrigos levantados para População em Situação de Rua em Curitiba.....	62
Figura 19 - Mapa populacional de pessoas em situação de rua em Curitiba.....	65
Figura 20 - Esquema de tratamento da faixa.....	83
Figura 21 - Esquema da simetria das aberturas da edificação.....	84
Figura 22 - Planta baixa porão Hotel Tassi.....	84
Figura 23 - Planta baixa e setorização primeiro pavimento.....	85
Figura 24 - Planta baixa e setorização segundo pavimento.....	86
Figura 25 - Planta baixa e setorização do terceiro pavimento.....	86
Figura 26 - Planta baixa situação atual ao porão.....	90
Figura 27 - Planta baixa situação atual do primeiro pavimento.....	90

Figura 28 - Planta baixa situação atual do terceiro pavimento.	91
Figura 29 - Organograma e fluxograma.	103

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 - Morador de rua em Londres.....	22
Fotografia 02 – Pessoas em situação de rua em São Paulo.....	24
Fotografia 03 - Pessoa em situação de rua no viaduto Otávio Rocha.....	24
Fotografia 04 - Pessoas em situação de rua em Belo Horizonte.....	25
Fotografia 05 – Fachada do edifício.	42
Fotografia 06 - Interiores do edifício.....	43
Fotografia 07 - Interior do Edifício.	43
Fotografia 08 - Pessoa em situação de rua em Curitiba.	61
Fotografia 09 - Pessoa em situação de rua na Praça Rui Barbosa.....	64
Fotografia 10 - Pessoas em situação de rua na Praça Eufrásio Corrêia.....	66
Fotografia 11 - Fachada da antiga Estação Ferroviária de Curitiba, que atualmente acomoda o Shopping Estação e Museu Ferroviário.....	77
Fotografia 12 - Hotel Roma, Hotel Tassi e a Estação Ferroviária.	78
Fotografia 13 - Grande Hotel na Rua XV com Rua da Liberdade em 1908.	78
Fotografia 14 - Hotel Tassi em sua concepção inicial, denominado "Hotel Estrada de Ferro" (1902).....	80
Fotografia 15 - Vista do Hotel, ainda com características da primeira reforma, mas já com a denominação de Hotel Tassi (1927).....	81
Fotografia 16 - Reforma definitiva do Hotel, com abertura da porta para o prospecto de propaganda (1935).....	81
Fotografia 17 - Detalhe cornija e adornos. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.	82
Fotografia 18 - Detalhe balaustres.	83
Fotografia 19 - Averturas vedadas (2004).....	88
Fotografia 20 - Escoras que sustentam a parede voltada para a Av. Sete de Setembro.	89
Fotografia 21 - Faixada atual voltada para a Rua barão do Rio Branco (2018).	89
Fotografia 22 - Ladrilhos hidráulicos existentes.	91
Fotografia 23 - Escadaria em mármore existente.....	92
Fotografia 24 - Andar térreo (2006).....	92
Fotografia 25 - Antiga sala de jantar.	93

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mapa de cheios e vazios.....	94
Mapa 02 - Mapa de usos.....	95
Mapa 03 - Mapa de fluxos.....	96
Mapa 04 - Mapa pontos notáveis.....	97
Mapa 05 - Mapa Zoneamento.....	98
Mapa 06 - Mapa de condicionantes do terreno.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme da rua/albergue.	31
Tabela 02 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade.	35
Tabela 03 - Tabela de Áreas Edifício LA CASA.	46
Tabela 04 - Casas de acolhimento para pessoas em situação de rua em Curitiba.....	64
Tabela 05 - Setores e dimensionamento de áreas.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Principais causas que levam as pessoas para as ruas.	30
Gráfico 02 - Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua.	34
Gráfico 03 - Percentual de mulheres e homens por grupos etários..	34
Gráfico 04 - Percentual de instrução escolar.....	35
Gráfico 05 - Origem da População em Situação de Rua.....	36
Gráfico 06 - Preferência na pernoite.	37
Gráfico 07 - Principais motivos que levam as pessoas às casas de acolhimento.	37
Gráfico 08 - Principais atividades exercidas pelas pessoas em situação de rua.....	38
Gráfico 09 - Porcentagem de frequência de alimentação da População em Situação de Rua.....	39
Gráfico 10 - Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se higieniza com mais frequência.	39
Gráfico 11 - Principais problemas de saúde relatados pela População em Situação de Rua.....	40
Gráfico 12 - População de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades.	41
Gráfico 13 - Município onde nasceu.....	54
Gráfico 14 - Cidade onde nasceu.....	54
Gráfico 15 - Porcentagem de homens de mulheres.	55
Gráfico 16 - Faixa etária.....	55
Gráfico 17 - Grau de Escolaridade.	56
Gráfico 18 - Motivos de saída da População em Situação de Rua em Curitiba.	56
Gráfico 19 - Locais de preferência de pernoite.....	57
Gráfico 20 - Locais onde se alimentam com maior frequência.....	58
Gráfico 21 - Locais onde as pessoas em situação de rua de Curitiba fazem sua higiene.	58
Gráfico 22 - Acesso a serviços oferecidos pela prefeitura de Curitiba.	59
Gráfico 23 - Áreas dos setores.....	102

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAS	Fundação de Ação Social de Curitiba
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FEANTSA	European Federation of National Organisations Working with the Homeless
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UIP	Unidade de Interesse de Preservação
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.2	FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	16
1.3	OBJETIVO GERAL	16
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.5	JUSTIFICATIVA	17
1.6	METODOLOGIA DE PESQUISA	18
2	CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA	19
2.1	SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	19
2.1.1	Pessoas em situação de rua: um drama nas grandes metrópoles.....	21
2.2	O RETRATO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	26
2.2.1	Sobre a terminologia	26
2.2.2	Causas que levam as pessoas às ruas.....	28
2.2.3	Casa de Acolhimento no Brasil	31
2.2.4	Perfil da população de rua no Brasil.....	33
3	ESTUDOS DE CASO	42
3.1	LA CASA	42
3.2	CAPELA BRENNAND	46
3.3	CINEMATECA BRASILEIRA.....	49
3.4	SÍNTESE.....	51
4	INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	52
4.1	Perfil da População em Situação de Rua em Curitiba.....	52
4.2	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA EM CURITIBA	60
4.2.1	Das Políticas Públicas Curitibanas.....	60
4.2.1.1	Serviços Oferecidos	66
4.2.1.2	Estrutura.....	67
4.3	O LOCAL	68
4.3.1	O reuso como atitude de preservação.	68
4.3.4	Restauro no Brasil.....	75
4.3.5	Hotel Tassi	76
4.3.5.1	A Arquitetura	82
4.3.5.2	Situação atual	87
4.4	O ENTORNO	94
4.4.1	Cheios e Vazios	94
4.4.2	Uso do Solo.....	95
4.4.3	Fluxos.....	96

4.4.4	Pontos Notáveis	97
4.4.5	Zoneamento	97
5	DIRETRIZES PROJETUAIS	99
5.1	PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO	101
6	PROPOSTA	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
8	REFERÊNCIAS.....	105
	APENDICÊ A – PRANCHAS DO PROJETO.....	111

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Curitiba, assim como outras grandes metrópoles, enfrenta o problema do número elevado de pessoas em situação de rua vivendo nas cidades. Muitas são as causas que levam a essas pessoas adotarem a rua como moradia. A falta de um teto, proporciona que essas pessoas estejam em um estado de vulnerabilidade e suscetíveis à riscos físicos e psicológicos que o morar na rua pode ocasionar.

No cenário atual do assistencialismo voltado para essa população, em Curitiba ainda encontramos algumas falhas e falta de vagas em abrigos para acomodar essas pessoas. Uma grande porcentagem desta população utiliza-se de serviços que as casas de acolhimento oferecem, mas não são assistidas quando falamos de serviço de habitação transitória durante período integral. As Casas da Acolhida e Centros POP oferecem majoritariamente assistência apenas no período diurno, fazendo com que as pessoas permaneçam na rua durante a noite.

A Regional Matriz de Curitiba é a que apresenta o número mais elevado de pessoas em situação de rua, mas a quantidade de vagas ofertadas nesta região não supre a demanda necessária. Muitas das atuais vagas disponíveis encontram-se em bairros afastados, o que dificulta a locomoção dessas pessoas para os abrigos.

Outra questão presente na cidade de Curitiba, são as edificações de interesse histórico que se encontram abandonadas devido a falta de uso adequado. A questão do uso é de extrema importância para que a história e o monumento se mantenham vivos na cidade, evidenciando assim, sua importância. Ainda pelo local sugerido da intervenção se tratar de uma UIP, conceitos teóricos de restauro serão abordados nesta pesquisa, a fim de auxiliar no desenvolvimento das estratégias projetuais.

O presente trabalho busca através de um projeto de restauro do antigo Hotel Tassi, dar um reuso para uma edificação de importância histórica na região central da cidade, mas que se encontra subutilizada e degradada, visando uma habitação transitória de tempo integral para pessoas em situação de rua. Portanto, para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa traz o perfil do público estudado, buscando identificar suas principais necessidades, e realizando um levantamento das atuais casa de acolhimento e sua estrutura, além de fomentar a importância da questão do uso nas edificações históricas.

Para auxiliar na análise do plano de necessidades, e nas possíveis intervenções em edifícios de interesse de preservação, nos estudo de caso deste trabalho, será apresentado um projeto voltado para o público alvo e os demais exemplos se tratam de intervenções bem sucedidas no patrimônio histórico.

1.1 PROBLEMA

A Regional Matriz de Curitiba é a que mais apresenta pessoas em situação de rua, em contraponto não oferece, na mesma região, vagas em abrigos de atendimento integral, o suficiente para atender tal população. Na mesma região da cidade, existem diferentes edifícios de interesse patrimonial que se encontram abandonados e/ou subutilizados, que pela falta de uso adequado, estão se degradando aos poucos ao longo do tempo. Portanto, propor um novo uso às essas edificações como habitações transitórias contribuiria para a redução desse déficit de vagas?

1.2 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

Propor o restauro do Antigo Hotel Tassi, que hoje encontra-se subutilizado, e reutilizar o edifício como uma casa de acolhimento e moradia transitória poderia contribuir para a diminuição no déficit de vagas existentes na região central de Curitiba.

1.3 OBJETIVO GERAL

Restaurar e requalificar a edificação do antigo Hotel Tassi, para a criação de uma casa de acolhimento para atender pessoas que se encontram em situação de rua, assim fazendo uso de uma área subutilizada no centro de Curitiba/PR.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o que é uma casa de acolhimento e seus serviços;
- Conhecer a população em situação de vulnerabilidade, analisando suas necessidades;
- Diagnosticar condicionantes, deficiências e potencialidades das já existentes casas de acolhimento na região de Curitiba/PR;
- Analisar as condicionantes do local escolhido para receber uma casa de apoio;
- Identificar a importância da preservação do patrimônio histórico para a área central de Curitiba/PR;
- Propor a requalificação do Hotel Tassi através do restauro do edifício.

1.5 JUSTIFICATIVA

Segundo dados do IBGE de 2008, a população de rua na cidade de Curitiba cresceu cerca de 60% em um período de 7 anos. Tal aumento não se compara com o crescimento da população de Curitiba que foi de apenas 2% no mesmo período. Dados da Fundação de Ação Social de Curitiba, mostram que hoje há entorno de 1715 moradores de rua que circulam pela cidade, número esse que vem crescendo ao longo dos últimos anos.

A população de rua sempre foi presente na região central de Curitiba, mas o fechamento do abrigo localizado na Rua Conselheiro Laurindo, no bairro Rebouças, no final do ano de 2017, agravou ainda mais a situação. Com o fim das 247 vagas oferecidas no local, dezenas de moradores de rua passaram a usar um dos pontos turísticos mais visitados de Curitiba como local para passar a noite, complicando ainda mais uma região que sempre foi considerada crítica em relação a essa população.

Grande parte dos moradores de rua não quer se deslocar para os abrigos da prefeitura que ficam localizados nos bairros da grande Curitiba, tal atitude é justificada pela inviabilidade de se deslocar para esses bairros. A implementação de um casa de acolhimento no centro da cidade traria mais oportunidades para essa população.

O reuso de edificações históricas para o fim de moradias transitórias poderia auxiliar na redução do déficit apresentado para acolher as pessoas em situação de rua. Uma dessas edificações é o antigo Hotel Tassi, localizado na Rua Barão do Rio Branco em Curitiba e que se encontra em estado de completo abandono.

O Hotel Tassi foi edificando quando a cidade de Curitiba vivenciava grandes transformação durante o fim do século XIX e início do século XX. A cidade de Curitiba iniciou o processo de organização de seu espaço urbano construindo as bases para as demais ações modernizante (LICHOVESKI, 2014). Em meio a essa modernização um objeto importante foi a construção da Ferrovia de Curitiba e a partir dessa construção, os hotéis se tornaram necessários e de grande importância para a região, pois abrigariam aqueles que chegassem na cidade.

Com o passar dos anos, o Hotel Tassi foi perdendo seu prestígio e se deteriorando. Hoje o Hotel encontra-se desocupado e em situação precária de conservação. Localizado na área central de Curitiba, sua localização o torna ideal para atender a necessidade de abrigos de auxílio integral da região, que hoje conta com um número significativo de pessoas em situação de rua.

Revitalizar o antigo Hotel Tassi e transformar seu espaço em um centro de acolhimento integral para pessoas em situação de rua, traria de volta não apenas a dignidade do edifício, mas também exerceria um papel social importante para a população em situação de rua, que se encontra marginalizada e pouco vista pela sociedade em geral.

1.6 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia empregada neste estudo inicia-se com um estudo exploratório, pois para entender o contexto em que a população de rua está inserida e o funcionamento das casas de acolhimento, foi desenvolvida uma análise histórica e bibliográfica sobre os temas, buscando compreender a importância do assistencialismo para essa população. Foram analisados também dados sobre a população em situação de rua no Brasil e em Curitiba com o objetivo de traçar o perfil desta população e entender melhor suas necessidades.

Também foi realizada uma visita a uma casa de acolhimento. No local foi possível observar a estrutura existente e necessária para a prestação de serviços para essa população. Entrevistas com o usuários da casa também foram realizadas, onde através destas conversas foi possível obter a melhor compreensão das necessidades destas pessoas. Fotos e registros oficiais das entrevistas não foram permitidas pela coordenação do abrigo.

Para compreender melhor o tema e auxiliar nas definições das diretrizes, foram coletados dados de três estudos de caso, com similaridade no uso ou conceito da edificação, sendo elas:

- LA CASA, em Washington – EUA, projetado por StudioTwentySevenArchitecture em parceria com Leo A Daly JV, em 2014.
- Capela Brennand, no Recife – PB, projetado por Paulo Mendes da Rocha em parceria com o Escritório Paulista Arquitetura, em 2006.
- Cinemateca Brasileira, em São Paulo – SP, projetado por Nelson Dupré, em 2000.

Logo foi definida a área de intervenção e levantamentos foram realizados e obtidos junto à Prefeitura de Curitiba, Fundação Cultural, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória. Os dados foram interpretados por meio da abordagem quantitativa com relação à importância histórica, conceitos do patrimônio histórico, e a situação atual do edifício. Seu entorno também foi analisado através de mapas para mostrar as condicionantes do local.

Foi analisado *in loco* as condições atuais da edificação onde foi possível fazer o levantamento das patologias que serão necessárias em estudo futuro. Abrangendo as informações conceituais, os estudos de caso, trabalho em campo e entrevistas realizadas foram estabelecidas as diretrizes iniciais e o pré dimensionamento das áreas, que auxiliarão na proposta de restauro do antigo Hotel Tassi.

2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

Com base em referências bibliográficas serão estudados conceitos que ajudem na fundamentação teórica da pesquisa.

2.1 SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Neste capítulo será apresentado um breve histórico de como surgiram as casas de acolhimento e como elas se tornaram importantes e necessárias para a sociedade.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a definição de Instituição de Acolhimento, é o acolhimento temporário de qualquer indivíduo em situação de vulnerabilidade com o intuito de assegurar ao beneficiado sua autonomia, respeitando as diferenças, os costumes, as tradições, além da garantia de privacidade do mesmo, proporcionando o convívio familiar e integração social. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentar (MDS, 2015).

Para melhor entendimento sobre as práticas de assistencialismo, que são fundamentais no serviço público e entidades filantrópicas, é necessário entendermos como tal prática se desenvolveu ao longo do tempo, e para isso precisamos compreender o processo histórico envolvido, já que o fator socioeconômico é uma condicionante relevante para a questão das pessoas em situação de rua.

As primeiras formas de assistencialismo surgiram na Europa, mas como uma forma de contenção da população, e visando mais os interesses particulares do que o bem-estar das pessoas. Historicamente toda classe dominante utilizava-se de meios e ações para conter classes inferiores (BALEN, 1983).

Ainda segundo Balen (p.42, 1983):

Desde a antiguidade, a caridade e a beneficência eram utilizadas pelas instituições de caridade e companhias religiosas como atitudes de dominação". A ordem

econômico-político-social, favorecendo a classe dominante burguesa, permitia o domínio sobre as classes, que representavam os dominados, com desvios sociais, (mendicância, loucura e vagabundagem) os quais representavam uma ameaça a ordem vigente.

Durante os séculos XVI e XVII o número de mendigos na Europa era muito alto. Em Paris, por exemplo, as pessoas em situação de rua representavam um quarto da população total da cidade, e países como Holanda, Inglaterra e Suíça também enfrentavam a mesma situação (HUBERMAN,1981). Para compreender a evolução do processo social na Europa, é necessário destacar o período e contexto histórico que a Inglaterra sofreu. Serão apresentados a seguir algumas das circunstâncias que originaram a migração das pessoas para as ruas.

Segundo Pereira (2008), no período pré-industrial os camponeses acabaram sendo expulsos de suas propriedades para que as lavouras, até então, fossem convertidas em pastagens para ovelhas, pois o lucro gerado com a venda da lã era maior que o arrendamento das terras. Sem perspectiva de trabalho e sem suas propriedades, os camponeses passaram a vagar pelas estradas em busca de trabalho, muitos deles tornaram-se mendigos e eventualmente roubavam para poder sobreviver. Na capital o cenário não era muito diferente, pois a indústria estava em declínio e grande parte da população perdeu seu emprego. E esse é o ponto defendido por Silva (2006), segundo o autor, no final do século XVIII a população em situação de rua emergiu devido ao desemprego em massa que se instaurou causando, assim, uma pobreza extrema que se espalhou por toda a Europa Ocidental.



Figura 1 - Ilustração sem título mostrando a realidade da população de Londres no final do século XVIII. Fonte: 'London: A Pilgrimage'. Autoria: Gustave Doré.

A instabilidade do mercado de trabalho aumentou a exploração sobre o trabalhador e o forçou a morar no centro da cidade, próximo aos lugares onde poderia ou não encontrar um emprego pela manhã. Nas áreas centrais, o problema com pessoas morando nas ruas se manifestou de maneira mais expressiva, a superlotação acarretou na expansão para os bairros próximos e até mesmo no perímetro industrial de Londres. Nessas áreas, o excesso de pessoas só piorava as condições sanitárias das moradias. (BRESCIANI, 1994).

Diante deste panorama social, surgem indivíduos dispostos a prestar algum tipo de assistência para minimizar o problema, mas é importante salientar que tal atitude se deu devido ao incômodo que as pessoas em situação de rua causavam na burguesia da época. (BALEN, 1983). Então para poder controlar essas pessoas, foram criadas casas para acolher a população, prestação serviços, distribuição de benefícios e entre outros. Segundo Bresciani (1994) ainda foram criadas as Casas de Trabalho (*Workhouses*), mas devido ao alto custo para mantê-las, as organizações de caridade tornavam essas casas pouco atraentes, fazendo assim com que os indivíduos permanecem por pouco tempo.

É necessário ressaltar que a igreja teve um papel importante, ela foi a verdadeira legitimadora do assistencialismo para pessoas em situação de rua, e tal ação era sustentada pela prática da caridade e amor ao próximo. O objetivo central era retirar os mendigos da rua e do alcance da sociedade, não tornando pública as circunstâncias em que se encontravam, e fazer com que esses indivíduos cuidassem da sua saúde, pois assim diminuiria os custos sociais em uma época de pobreza extrema (DONZELOT, 1978).

Através desses relatos históricos, é possível observar que as casas de acolhimento surgiram para resolver o problema de forma paliativa, prezando pouco o bem-estar e quase não ofereciam nenhuma alternativa de ressocialização para essas pessoas. O objetivo maior era escondê-las da sociedade, as torna invisíveis, pois eram incômodas para as pessoas de maior poder aquisitivo. Devido ao assistencialismo precário, muitos se viam obrigadas a voltar para as ruas para poder sobreviver. Para que uma casa de acolhimento cumpra seu papel, é necessário conhecer e compreender o perfil das pessoas em situação de rua, caso contrário, o objetivo não será alcançado.

2.1.1 Pessoas em situação de rua: um drama nas grandes metrópoles

As grandes metrópoles como importantes realidades socioespaciais se caracterizam

de maneira extremamente complexa, seja em relação aos sujeitos ou as redes sociais vividas cotidianamente. Seus espaços são um resultado das produções acumulativas ao longo dos tempos e suas dinâmicas estão organizadas a partir das contínuas interações de poderes entre os diferentes grupos sociais e seus respectivos interesses (ROBAINA, 2010). O número de pessoas em situação de rua aumenta a cada dia, pessoas que vagam pela marginalidade e sobrevivendo as sobras da cidade. Esse drama, entretanto, acaba não se limitando às metrópoles do de países subdesenvolvidos.



Fotografia 1 - Morador de rua em Londres. Foto: The Guardian.

Entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e começar a usar outros recursos de sobrevivência, até então ignorados, e assimilar novas formas de organização que permitem a satisfação das necessidades e a superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Entretanto, o que as tornam visíveis, é justamente a situação de carência e deficiência, que caracterizam um novo modo de se vincularem ao contexto urbano (VARANDA, 2004). Estas novas formas de organização da população de rua, assim como o seu crescimento, em cada país podem ter origens específicas diferentes, mas invariavelmente se deve às mudanças políticas, econômicas e problemas familiares.

Em grandes metrópoles mundiais, a presença das populações de rua se faz extremamente presente na realidade cotidiana. Segundo a *Coalition For the Homeless*, em recente pesquisa realizada em fevereiro de 2018, na cidade de Nova Iorque existem 63.353 pessoas em situação de rua. A cidade de Londres, de acordo com a pesquisa

empreendida pela *Communities and Local Government, Homelessness Statistics*, apresentava em 2007 a presença de 13.650 moradores sem residência fixa. Na região metropolitana de Sidney, uma pesquisa desenvolvida pela *Law and Justice Foundation* comprovou a existência de 15.456 moradores de rua. Segundo Kakita (2004), observa-se a sobrevivência nas cidades Japonesas de Tóquio e Osaka, respectivamente, de 6.361 e 7.775 pessoas. (ROBIANA, 2012).

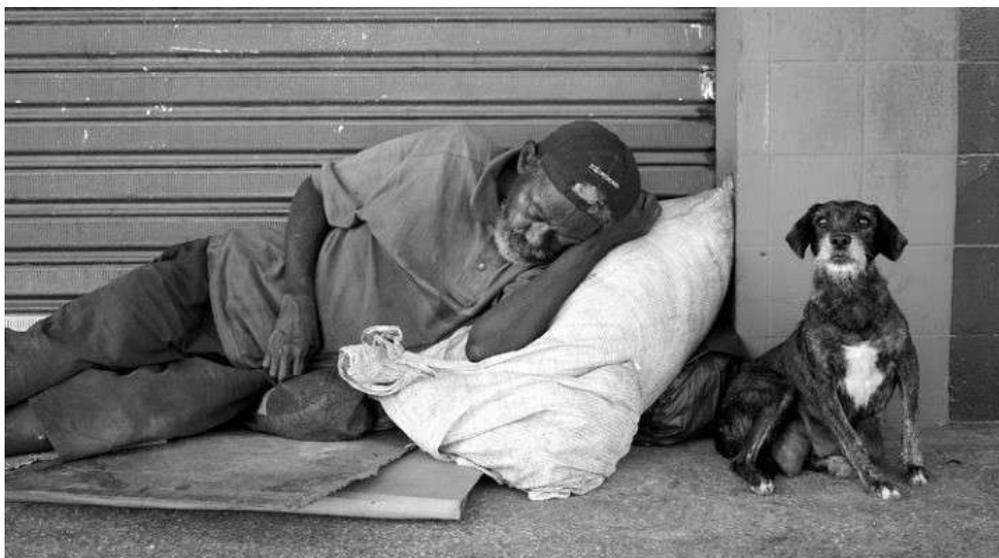


Figura 2 - Número de pessoas em situação de rua. Fonte: Elaborado pela autora.

A crise econômica que assolou a Europa nos últimos anos, é um bom exemplo de como a economia e a falta de emprego influenciam diretamente as cidades quando falamos em pessoas em situação de rua. Segundo dados da FEANTSA (*European Federation of National Organisations Working with the Homeless.*), organização que promove o direito à moradia na União Européia, muitos homens, e um número crescente de mulheres e crianças, estão, sem-abrigo na União Europeia decorrente da falta de empregos. A cena de pessoas desabrigadas dormindo nas ruas ainda faz parte do cotidiano destas cidades desenvolvidas que, apesar de terem sistemas sociais bem elaborados, não conseguem tirar das ruas e reintegrar os sem-teto na sociedade. Dentre os países do bloco, a Finlândia é a única que apresenta números positivos. Segundo uma estimativa, cerca de 7 mil pessoas estavam em situação de vulnerabilidade na Finlândia em 2015, devido à falta de um lar permanente (BBC, 2017), mas através de políticas sociais e atendimento integral focados nas pessoas em situação de rua, a Finlândia conseguiu em pouco tempo números surpreendentes, a FEANTSA considera que a Finlândia resolveu a questão das pessoas sem-teto no país.

No retrato brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Prefeitura, o número de moradores de rua triplicou na cidade em três anos e subiu de cinco mil, em 2013, para quase 15 mil em 2016. Muitas dessas pessoas são trabalhadores e outras desempregadas. Já Na capital paulista, há entre 20 mil a 25 mil moradores de rua e 3% são crianças. Enquanto a população de São Paulo cresce, em média, 0,7% ao ano, o

número de moradores de rua aumenta 4,1% (GLOBO, 2017).



Fotografia 2 – Pessoas em situação de rua em São Paulo. Fonte: Autor desconhecido.

Desde 2009, o número de moradores que vivem exclusivamente nas ruas é inferior àqueles que procuram abrigos regularmente para passar a noite ou parte do dia. Estão em funcionamento na cidade 79 centros de acolhida. Muitos dos que não procuram esses lugares dizem preferir as ruas pela liberdade de horário e ausência de regras, além de registros de queixas de tratamento ruim e dificuldades de relacionamento com os demais frequentadores ou usuários (NEXO, 2014).



Fotografia 3 - Pessoa em situação de rua no viaduto Otávio Rocha - Porto Alegre. Autoria: Guilherme Santos Fonte:Sul21

Já a cidade de Porto Alegre teve um aumento de 50% no número de pessoas em situação de rua em um período de cinco anos. Em 2011 a cidade contava com 1.347 pessoas, já no ano de 2016 esse número saltou para 2.115 pessoas nas ruas. O Centro de Porto Alegre abriga cerca de 40% da população em situação de rua da Capital. O levantamento apurou ainda que a maioria (52,1%) das pessoas dormem cotidianamente em lugares de risco (como calçadas, parques, viadutos), enquanto o restante preferencialmente dorme em albergues, abrigos, hotéis/pensões (em geral pagos pela Prefeitura), casa de amigos ou casa própria (FASC, 2016).

A metrópole brasileira que apresentou maior aumento de pessoas em situação de rua no últimos anos foi a cidade de Belo Horizonte. No ano de 2014 o censo realizado pela prefeitura totalizou 1.827 pessoas, e para o ano de 2017 teve um aumento de 70%, totalizando 4.553 pessoas vivendo nas ruas da capital. A pesquisa aponta que a maioria das pessoas foi para as ruas devido a conflitos com a família ou por questão financeira (GLOBO, 2017).



**Fotografia 4 - Pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Autoria: Paulo Filgueiras
Fonte:EM/DA Press**

O número de pessoas em situação de rua é um reflexo dos conflitos e da situação da nossa sociedade nas grandes metrópoles. A permanência destas pessoas na rua só expõe publicamente a miséria e a desigualdade social encontrada nas grandes cidades. Eles transformam o espaço urbano: os catadores de papelão não passam mais despercebidos na paisagem urbana, empurrando carroças em São Paulo ou carrinhos de supermercado em Los Angeles ou Tóquio. A cultura dos desabrigados é diferente em cada

uma das cidades, com seus próprios componentes políticos, sociais e culturais. (SANTOS, 2003).

Com este panorama podemos compreender que pessoas em situação de rua, não são apenas encontradas nas metrópoles de países subdesenvolvidos. Pessoas em situação de rua estão presentes em todas as partes do mundo, independente do perfil socioeconômico do país. Como apresentado anteriormente, a econômica é, e sempre foi, um dos principais fatores que levaram as pessoas às ruas, mas ele não é o único. Posteriormente será abordado o perfil e os diferentes fatores que levam as pessoas buscarem abrigo nas ruas.

2.2 O RETRATO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os diferentes fatores que levam algumas pessoas a permanecerem em uma situação duradoura nos espaços públicos e assistenciais, caracterizando assim, o perfil das pessoas em situação de rua.

2.2.1 Sobre a terminologia

Neste capítulo será abordada as diferentes nomenclaturas utilizadas para se referir a população em situação de rua. É de extrema importância entender e compreender qual a melhor terminologia a ser usada, considerando que diversas tentativas já foram feitas no intuito de demonstrar a complexidade e a heterogeneidade desse grupo de pessoas.

Compreender o que constitui a população “em situação” de rua é uma tarefa difícil. Segundo Robaina (2015) estabelecer critérios e variáveis que identifiquem, delimitam e classifiquem esta população é um verdadeiro risco, ainda que, muitas vezes, necessário. A maior parte dos esforços classificatórios dialoga diretamente com as políticas assistenciais voltadas para esta população. Aliás, o uso da ideia de *população* para definir o fenômeno resultou de um processo histórico de luta pelos direitos humanos, dos esforços analíticos empreendidos pelas ciências sociais sobre este fenômeno, e das necessidades do Estado de conhecer e intervir sobre este segmento concebido como uma “população problema”.

De fato, do *mendigo* à *população em situação de rua*, inúmeras são as tensões inscritas em um quadro que, ao longo do tempo, incorporou novas formas, práticas e significados. Sendo assim, as transformações nas formas de nomear e classificar

acompanham as transformações do fenômeno e das respectivas leituras sobre ele. Dada a complexidade interna que caracteriza este conjunto de pessoas, seus modos de vida e suas relações sócio-espaciais, muitos são os enfrentamentos teórico-conceituais. Como afirma Cooper (1995), os processos de classificação deste fenômeno são, ao mesmo tempo, um exercício político e semântico. Entretanto, apesar dos diferentes tratamentos e nomenclaturas, é possível identificar uma lógica espacial inerente aos sistemas classificatórios empregados.

Dentro da temática estudada, é possível observar que existe uma preocupação dos autores na maneira para se referir a esse grupo de pessoas, pois compreendem que optando por alguns termos em detrimento de outros, podem reduzir o significado dessa população, trazendo uma visão distorcida e até mesmo pejorativa.

Se retornarmos na história para a era pré-industrial, já apresentada anteriormente, no início da urbanização na Europa, o principal termo para se referir a população que estava nas ruas era “mendigo”, mas “trecheiro”, “pedinte”, “andarilho”, “vadio” ou “vagabundo” também eram nomenclaturas utilizadas na época. Nesse período histórico onde o trabalho era considerado o instrumento que concedia à dignidade ao homem, o mendigo era visto como um rebelde, o responsável por vagar pelas ruas disseminando epidemias, não era respeitado como sujeito.

Mendigos, pedintes, sem teto, moradores de rua, vagabundos são nomes flutuantes que tornam mais difícil a situação desse grupo social, pois “o perigo vem de todos esses nomes flutuantes, da multiplicidade de homônimos e das figuras que não nomeiam nenhuma propriedade real mas encontram-se por isso mesmo os meios de incorporar-se em qualquer lugar”. (RANCIÈRE, 1996, p. 29-30).

A mendicância sempre foi colocada sob uma perspectiva moralizante, onde é vadio quem pede esmola e o marginal que só sobrevive se receber ajuda. Para Escorel (1999), mendigo é aquele que associa trabalho e pedido, formando sua identidade de rua; ou seja, utiliza a mendicância como principal estratégia de sobrevivência, principalmente quando não dispõe de recursos e nem trabalho.

A terminologia “mendigo” faz com que haja uma desqualificação moral do ser, induz o sujeito a internalizar que a mendigância é algo condenável, além de uma situação de humilhação. É importante ressaltar que a palavra “mendigo” não é considerada apropriada para definir a totalidade das pessoas que moram nas ruas. Nos dias de hoje essa nomenclatura ainda é muito utilizada devido a um senso comum, mas essa atitude acarreta, de modo involuntário, que exista uma concepção pejorativa e estigmatizante

referente a essa população (ESCOREL, 1999).

Outro termo utilizado é “morador de rua” é uma nomenclatura mais recente e adotada por alguns autores. Para Giorgetti (2006), são moradores de rua aquelas pessoas que não conseguem se unir ao mundo de trabalho formal, e por isso procuram outras formas de sobrevivência na informalidade, como catar lixo, vender produtos diversos ou vigiar carros, atividades desenvolvidas nas ruas. Ainda segundo Giorgetti, a condição de morador de rua pode corresponder a um momento passageiro em determinado processo, e não a um estado definitivo. Ainda para a sociedade em geral, essa terminologia pode ser satisfatória para definir pessoas que são vistas dormindo nas ruas, vagando pelas cidades ou pedindo esmolas. Entretanto, ao incluí-las em um mesmo grupo, acaba-se ignorando o fato de se tratar de uma população heterogênea e com inúmeras diferenças.

Segundo Cerqueira (2011), se levarmos em conta esse raciocínio, as pessoas que habitam instituições de acolhimento e vivem da renda que conseguem retirar do trabalho informal; outras que só vão para as ruas quando fazem uso de drogas e entorpecentes; ou aquelas que pernoitam nas ruas com alguma frequência, mesmo possuindo uma moradia, todas elas podem ser classificadas em um mesmo grupo, embora nem todas morem nas ruas. Diante desses fatos, podemos constatar que o termo deve ser evitado para generalizar o perfil dessa população.

Recentemente, utiliza-se a expressão “pessoas em situação de rua” ou “população em situação de rua” (GIORGETTI, 2006, p. 20), apontando, assim, para uma possível modalização sobre tratar-se de pessoas sem outra característica senão a de pertencer às ruas da cidade. A expressão surge como uma tentativa de contrapor-se a outros termos mais estigmatizados e que refletem uma imagem de desordem social como mendigos e marginais. Além do fato de “estar em situação de” aponta para a possibilidade de sair-se dessa situação. Embora, situar pessoas ou grupo de pessoas em um determinado lugar remete a um dizer que visa tamponar situações consideradas incômodas pelo poder público (CASALINHO, 2013).

Ao longo deste trabalho foi decidido usar os termos “Pessoas em situação de rua” ou “População em situação de rua” por assim entender que com essa terminologia, nenhum grupo de pessoas seria discriminado.

2.2.2 Causas que levam as pessoas às ruas

A população que hoje está presente nas ruas, praças, terrenos, improvisando casas embaixo de pontes, viadutos e logradouros públicos, faz parte de um conjunto de cidadãos

que, muito longe do exercício pleno de sua cidadania, acham-se desatendidos em um de seus direitos sociais básicos: a moradia. (SANTOS, 2003).

São múltiplas as variáveis que levam um indivíduo a habitar o espaço da rua. Morar na rua resulta em rupturas, quebra de vínculos familiares, afetivos. Implica ainda afastar-se daquilo que foi definido curva de normalidade, do que consideramos como regras pré estabelecidas para viver em sociedade (SANTOS, 2013).

Esse acontecimento é marcado por um processo de desterritorialização que gera profundas transformações nas ações, percepções e vivências desses sujeitos no espaço urbano (ROBAINA, 2011).

No caso das populações de rua, a territorialidade assume uma enorme importância para a compreensão desses sujeitos e de sua condição de marginalização nos espaços públicos. Essa relação, articulada de modo indissociável ao território, funciona principalmente como instrumento para existência e resistência simbólica e imaterial desses indivíduos, em que as inter-relações homem-espaço e toda sua complexidade apresentam ainda mais sentido e dão forma ao território que está sendo construído, idealizado ou desejado permanentemente por um sujeito ou por uma coletividade em relação as suas vidas (ROBAINA, 2011).

As pessoas em situação de rua estão presentes nos espaços públicos e são parte integrante na paisagem das grandes metrópoles. São muitas vezes descritas a partir do julgamento de valor que as classifica como uma “mazela social”, mas bem podem ser compreendidas como populações que possuem um diferente estatuto, uma outra condição, a de *outsiders*¹ (BECKER, 2008).

Os territórios das populações de rua se configuram a partir das possibilidades, onde exista uma praça, um banco, uma marquise ou uma calçada de uma loja fechada temporariamente pode se tornar um espaço de proteção, aquisição de recursos e construção de laços afetivos e identitários. Assim, esses espaços ganham contorno e representação própria e se tornam parte integrante dos próprios sujeitos envolvidos neste processo.

Como fenômeno universalizado, mensurável e previsível em suas regularidades, é possível dizer que a população de rua emergiu como questão pública relevante, como fenômeno coletivo, espécie de acontecimento discursivo e urbano, por volta dos anos 90,

¹ O autor define *outsiders* como um análise social pode ser entendida como resultado de uma ruptura ou transgressão em algum nível, por parte de um sujeito ou grupo social, frente as regras estabelecidas em uma determinada ordem sócio-espacial em relação a específicos comportamentos.

quando se iniciaram as primeiras contagens e o interesse em saber quem eram essas pessoas. Nessa época, a miséria nas ruas deixou de ser vista simplesmente como “preguiça” ou “vagabundagem” e foi sendo entendida como consequência do adensamento urbano, do desemprego, da falta de moradia, do crescimento da pobreza, tornando-se nessas últimas décadas, objeto-alvo das políticas públicas (DE LUCCA, 2007).

Segundo dados obtidos pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, as razões da ida para as ruas e dos deslocamentos desta população também foram reveladores e indicam as diversas vulnerabilidades a que esta população está exposta. Dentre principais motivos relatados pela população entrevistada na pesquisa, estão o alcoolismo e/ou uso de drogas, desemprego e desavenças com pai/mãe/irmãos. (Gráfico 1).

Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação casual entre eles.

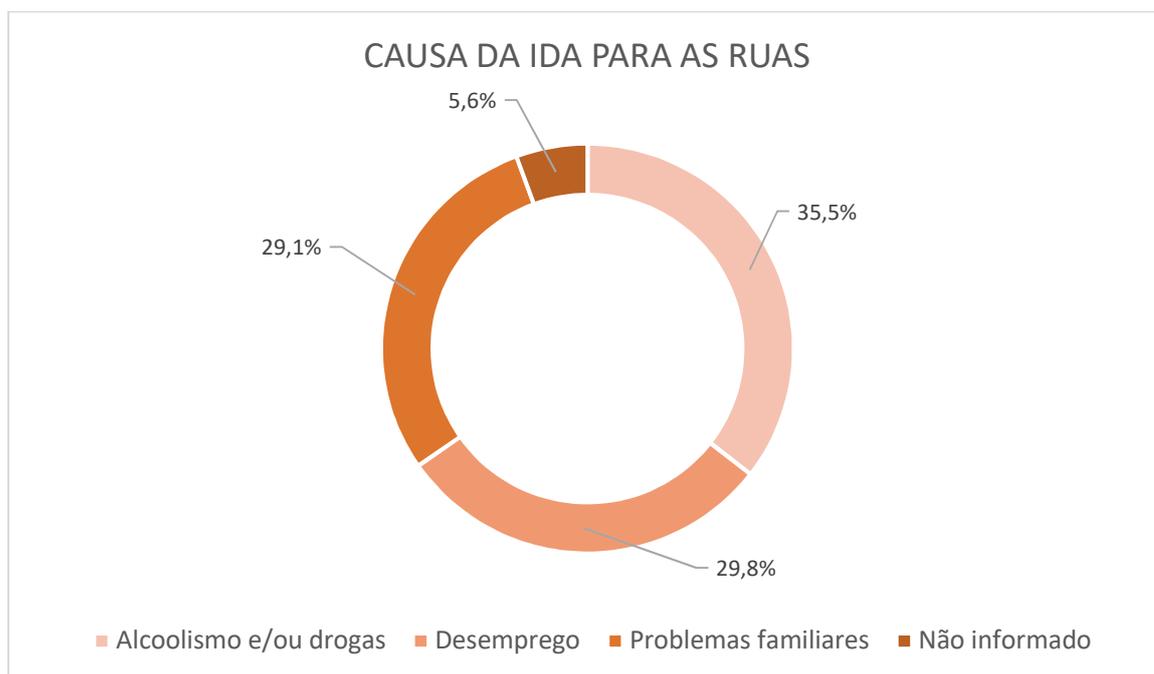


Gráfico 1 - Principais causas que levam as pessoas para as ruas. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Ainda segundo dados do censo, há mais uma razão que não aparece expressivamente nos relatos dessa população, mas que merece ser destacada neste estudo: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não ser apontada como a principal razão da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida que, mesmo quando razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou

ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para as ruas.

Esta escolha muitas vezes pode estar relacionada a uma noção de liberdade proporcionada pela rua, e acaba acarretando em um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões de permanência na rua. Algumas pessoas em situação de rua relatam que após vivenciar a situação de “liberdade” que a rua proporciona, tendem a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes perigoso e opressor (MDS, 2008).

O tempo de permanência que esse grupo de pessoas permanecem nas ruas também merece ser destacado. Quase metade da população em situação de rua (48,4%) está há mais de 2 anos dormindo na rua ou albergue e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos. Este último grupo, se levarmos em consideração aqueles que estão dormindo nas ruas desde que nasceram – os filhos de famílias há muito tempo em situação de rua (1,3%) – alcançamos um total de 30,9% de pessoas que estão na rua há mais de 5 anos.

TEMPO	NÚMERO DE PESSOAS	%
MENOS DE 1 MÊS	2.163	7,8
MAIS DE 1 MÊS ATÉ 6 MESES	4.017	14,6
MAIS DE 1 ANO ATÉ 2 ANOS	3.818	13,8
MAIS DE 2 ANOS ATÉ 5ANOS	5.211	18,8
MAIS DE 5 ANOS	8.181	29,6
DESDE QUE NASCEU	365	1,3
NÃO SABE/NÃO LEMBRA	583	2,1
NÃO RESPONDEU	292	1,1
TOTAL	27.647	100,0

Tabela 1 - População em situação de rua segundo o tempo em que dorme da rua/albergue. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

2.2.3 Casa de Acolhimento no Brasil

A construção de propostas para o cuidado da população em situação de rua no Brasil tem um longo histórico de intersetorialidade. Na década de 1970 e 1980, a Pastoral do Povo da Rua, da Igreja Católica, inicia movimento de organização de pessoas em situação de rua, com destaque para os municípios de São Paulo e Belo Horizonte. Tais iniciativas religiosas foram responsáveis por implantar casas de assistência aos então

moradores de rua, organizar movimentos de representação popular, sobretudo em relação aos catadores de material reciclável, e realizar eventos e comemorações de mobilização social de cunho local (BASTOS, 2003; CANDIDO, 2006).

Após o aumento da representatividade da população em situação de rua potencializada por essas iniciativas, os gestores públicos dos municípios de maior porte começam a delinear estratégias de identificação e abordagem junto às demandas desse grupo social. Em Belo Horizonte, por exemplo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social assume a agenda política das ações voltadas a essa parcela da população em 1993, por meio do Programa de População em Situação de Rua, e fomenta a realização do Fórum da População em Situação de Rua. Tal iniciativa veio, então, desempenhar o papel de integrar vários segmentos sociais na tarefa de discutir e elaborar políticas públicas capazes de reverter o quadro de exclusão que se impunha cada vez mais crítico. Entre os seus objetivos, se destaca o de conhecer a realidade da rua e caracterizar o perfil desse grupo social; identificar as diversas instituições que atuavam com essa população; e implementar, com ela, programas de apoio; bem como capacitar tecnicamente os seus membros na busca de alternativas às demandas apresentadas (BELO HORIZONTE, 1998a).

Em 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte implanta a primeira equipe de Saúde da Família específica e exclusiva para o atendimento das pessoas em situação de rua, sem território de abrangência fixo, que passa a ser o equipamento de saúde de referência para essa população, e assume a vocação de matriciar as demais equipes Saúde da Família do município na sensibilização do cuidado à população em situação de rua eventualmente presente nos territórios dessas equipes, de forma transversal (REIS JUNIOR, 2011).

Pouco tempo depois, o município de São Paulo, com histórico semelhante, implanta suas primeiras equipes de Saúde da Família para população em situação de rua, por meio do programa 'A Gente na Rua' (CANONICO et al., 2007), e aprofunda o paradigma semântico de certas abordagens de equipes à população em situação de rua, em que visita domiciliar passa a ser "visita de rua"; domicílio, "o lugar em que se costuma ficar na rua"; e família aquela "constituída por indivíduos declarados no momento do cadastro" (CARNEIRO JUNIOR; JESUS; CREVELIM, 2010).

Outras experiências de centros de saúde com equipes de atenção básica tradicional também começam a sistematizar ações para a população em situação de rua, porém não de modo exclusivo como as equipes da Saúde da Família referidas

(CARNEIRO JUNIOR et al., 2006). Mais tarde, outros municípios como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba implantam suas primeiras equipes de Saúde da Família para população em situação de rua.

Em 2013, apenas 5,4% das cidades brasileiras contavam, com abrigos institucionais ou casas de acolhimento para moradores de rua, segundo o Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC). Considerando todos os tipos de populações atendidas, o índice de casas de acolhimento e abrigos institucionais existentes nas cidades brasileiras é de 34% dos municípios brasileiros. Especificamente para moradores de rua, existem apenas 482 unidades em 300 municípios. Alguns Estados, como Amazonas, Roraima, Amapá e Maranhão não têm nenhuma unidade desse serviço para pessoas em situação de rua.

Através destes dados podemos observar que em um panorama geral brasileiro, o déficit do assistencialismo brasileiro voltado para pessoas em situação de rua é grande. Grandes metrópoles apresentam a cada ano um número maior de pessoas em situação de vulnerabilidade mas a porcentagem dos serviços prestados para essas pessoas não cresce na mesma maneira, tendo até municípios que não prestam nenhum tipo de serviço.

2.2.4 Perfil da população de rua no Brasil

É importante salientar que que o IBGE não faz o censo voltado para a população de rua no Brasil, uma vez que seus dados são baseados apenas na população que possui domicílio registrado.

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) entre agosto de 2007 e março de 2008². O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras, sendo que fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes³ e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, pois haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes⁴.

Foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nas

² Dados coletados entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

³ Estimativa populacional para 2004, com a projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

⁴ Estas pesquisas foram realizadas nos anos de 2003 em São Paulo, 2005 em Recife e Belo Horizonte e 2007 em Porto Alegre.

idades pesquisadas, esse contingente equivale a 0,061% da população dessas cidades (tomando como base os dados da Contagem da População em 2007).

A pesquisa indica que 82% da população em situação de rua é composta por homens. Da população identificada, mais da metade possui idade entre 25 e 44 anos, 67% dos indivíduos são negros e 52,6% recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais, havendo maior concentração de pessoas em idade economicamente ativa, e com leve prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos.

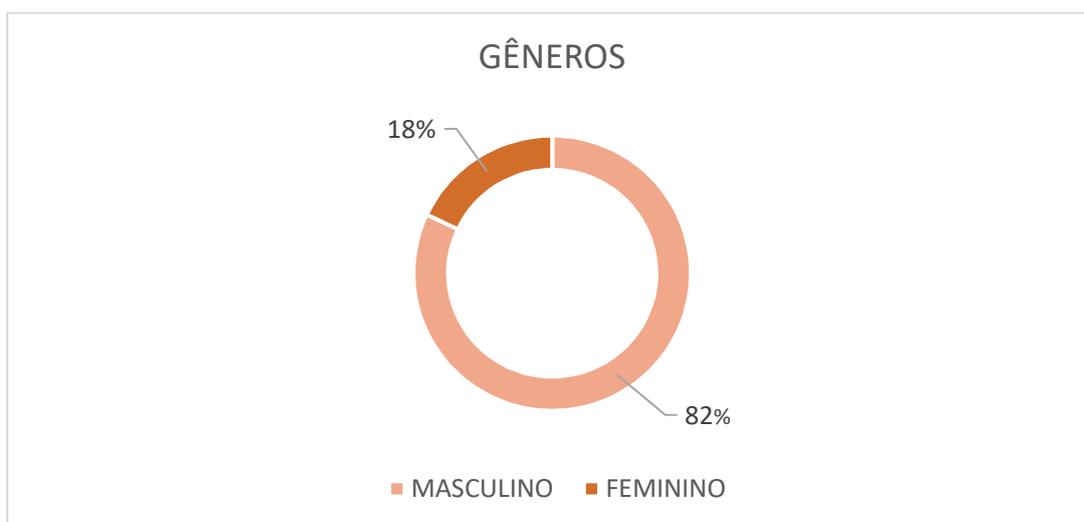


Gráfico 2 - Porcentagem por gêneros da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

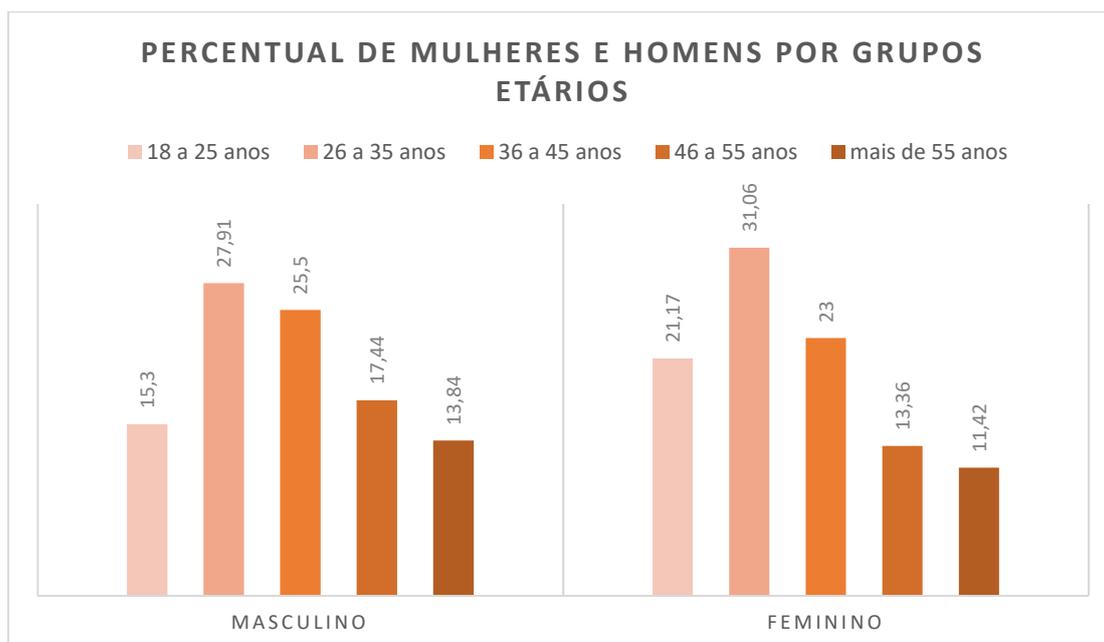


Gráfico 3 - Percentual de mulheres e homens por grupos etários. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Em relação à formação escolar, a Pesquisa Nacional indica que a maior parte dos entrevistados sabe ler e escrever ou tem algum nível de escolaridade., 17,1% não sabiam escrever, 8,3% apenas sabiam assinar o próprio nome.

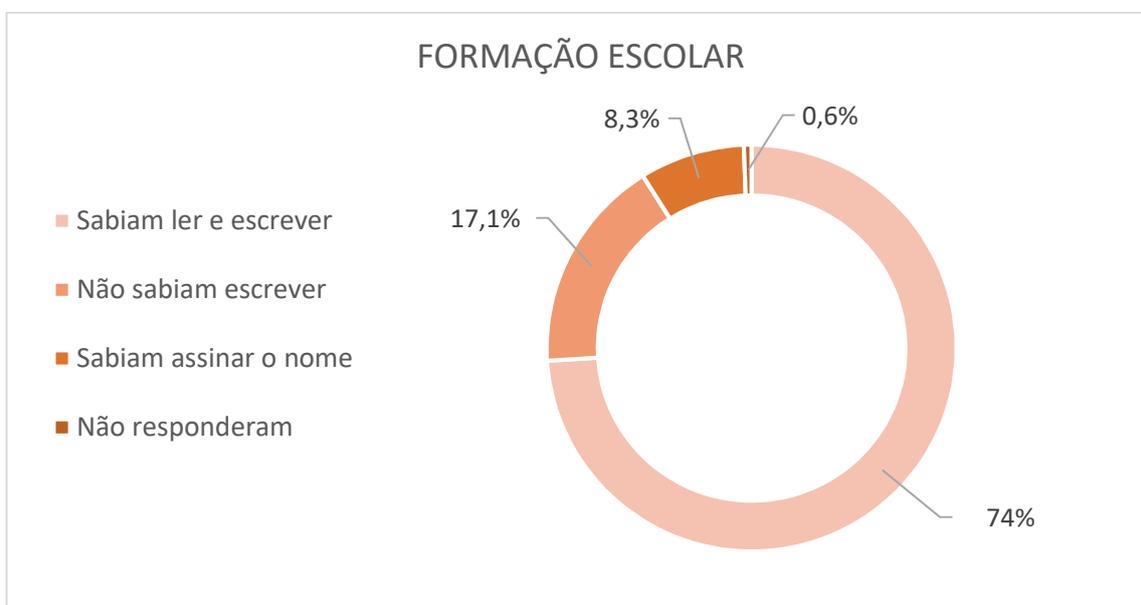


Gráfico 4 - Percentual de instrução escolar. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Na ocasião da pesquisa, 95% não estudava e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%) (Tabela 2).

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PESSOAS	%
NUNCA ESTUDOU	4.175	15,1
1º GRAU INCOMPLETO	13.385	48,4
1º GRAU COMPLETO	2.854	10,3
2º GRAU INCOMPLETO	1.045	3,8
2º GRAU COMPLETO	881	3,2
SUPERIOR INCOMPLETO	190	0,7
SUPERIOR COMPLETO	194	0,7
NÃO SABE/NÃO LEMBRA	2.136	7,7
NÃO INFORMADO	2.787	10,1
TOTAL	27.647	100,0

Tabela 2 - Distribuição da população em situação de rua por escolaridade. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Muitos têm a percepção que as pessoas que vivem em situação de rua são oriundas de lugares distantes dos quais habitam naquele momento. Grande parte da população de rua (45,8%) sempre viveu no município que mora atualmente, e outra parte importante (30,3%) deslocou-se de um município de dentro do mesmo estado. Assim, 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou locais muito próximos, refutando a ideia de que as pessoas em situação de rua são migrantes, ou seja, oriundas de outros estados e municípios.

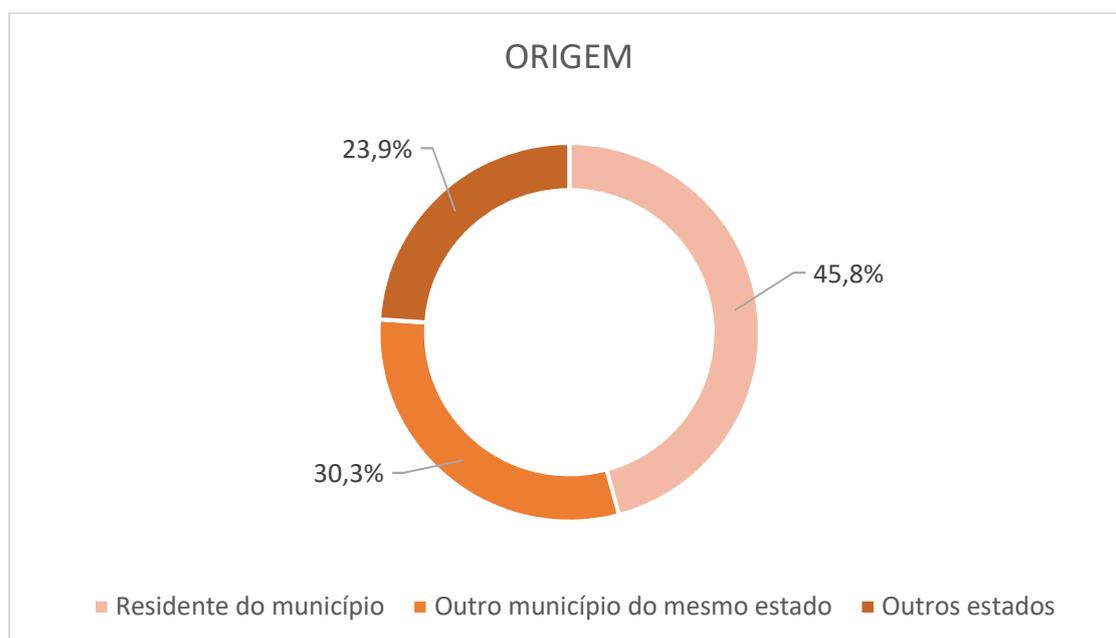


Gráfico 5 - Origem da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

É importante ressaltar que mesmo grande parte das pessoas que estão em situação de rua terem origem no próprio município ou redondezas, existe uma parcela de pessoas, cerca de 11,9% do total que são denominados “trecheiros”. Esses indivíduos se deslocam de cidade em cidade, muitas vezes permanecendo um período variável e não muito longo de tempo em cada uma delas, percorrendo uma quantidade grande de locais de vários estados. Essa migração se dá pela grande parte pela busca por trabalho ou conflitos familiares.

Com relação a preferência pelo local de pernoite, o estudo indica que 46,5% dos entrevistados preferem dormir nas ruas, enquanto 43,8% preferem pernoitar em albergues (Gráfico 6). A principal razão citada pela preferência às ruas é que nos albergues não há a mesma liberdade que existe nas ruas. O horário de entrada e saída dos albergues (27,1%)

e a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%) também são apontados como razões para a preferência às ruas.

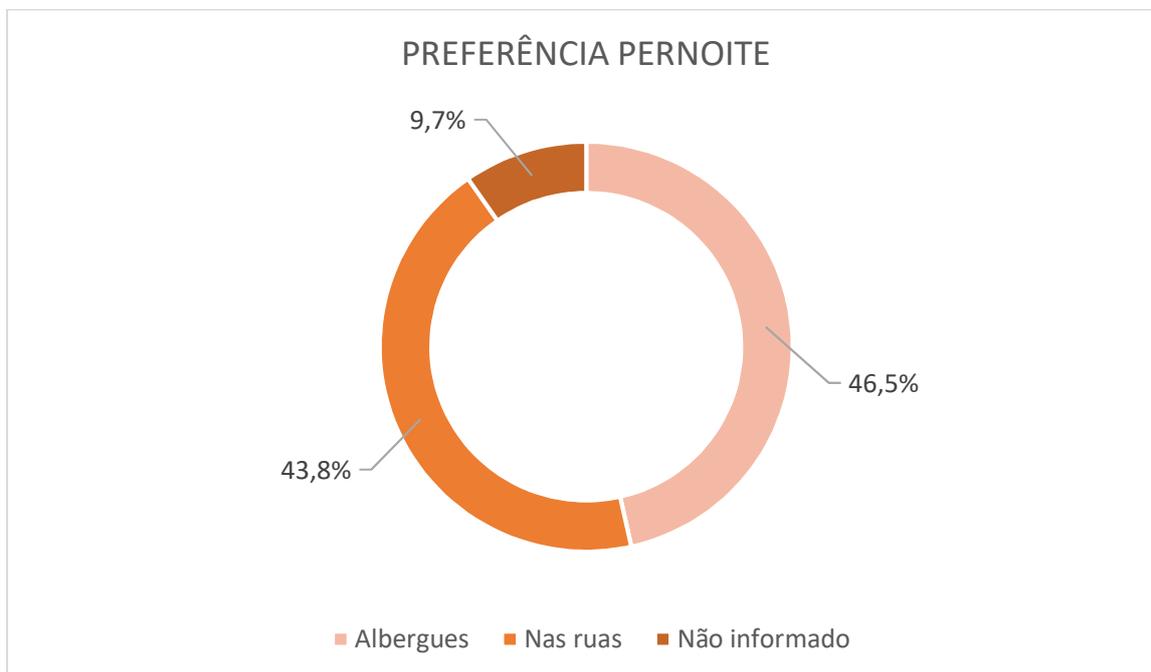


Gráfico 6 - Preferência na pernoite. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Das pessoas que preferem ir para os albergues, 20,7% apontam como obstáculo ter dificuldades para conseguir vagas nesses abrigos. Com esse dado é possível notarmos a significativa falta de vagas em relação à demanda efetiva dos municípios.

A principal causa das pessoas em situação de rua preferirem a casa de acolhimento foi a violência sofrida nas ruas (69,3%) e o segundo motivo é o desconforto (45,2%).

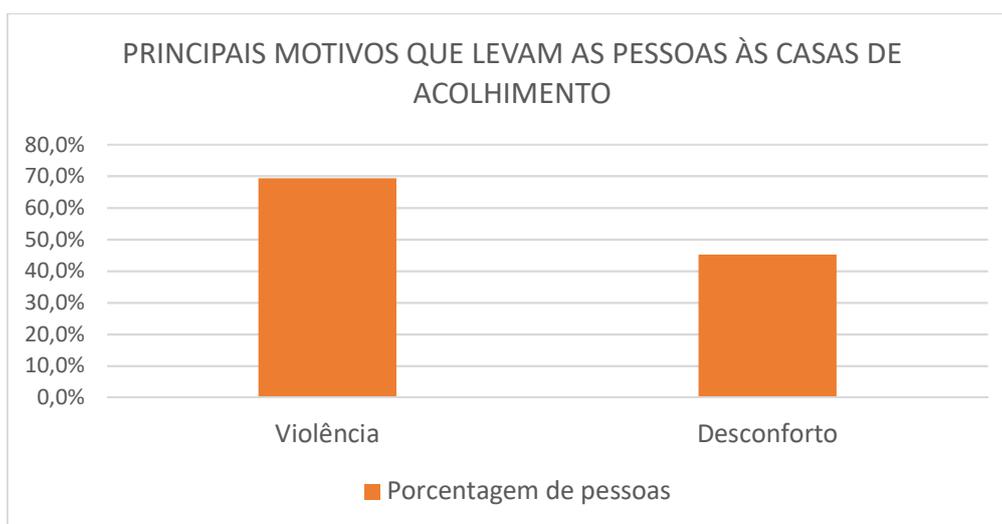


Gráfico 7 - Principais motivos que levam as pessoas às casas de acolhimento. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008

Um número expressivo de pessoas em situação de rua é composta por trabalhadores, sendo que 70,9% deles exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre as atividades exercidas, destacam-se a de catador de materiais recicláveis, “flanelinha”, trabalhos na construção civil, limpeza e carregador/estivador. Esses números contrariam a imagem comum que é imposta às pessoas de rua, apenas 15,7% são pedintes, aqueles que sobrevivem através de esmolas.

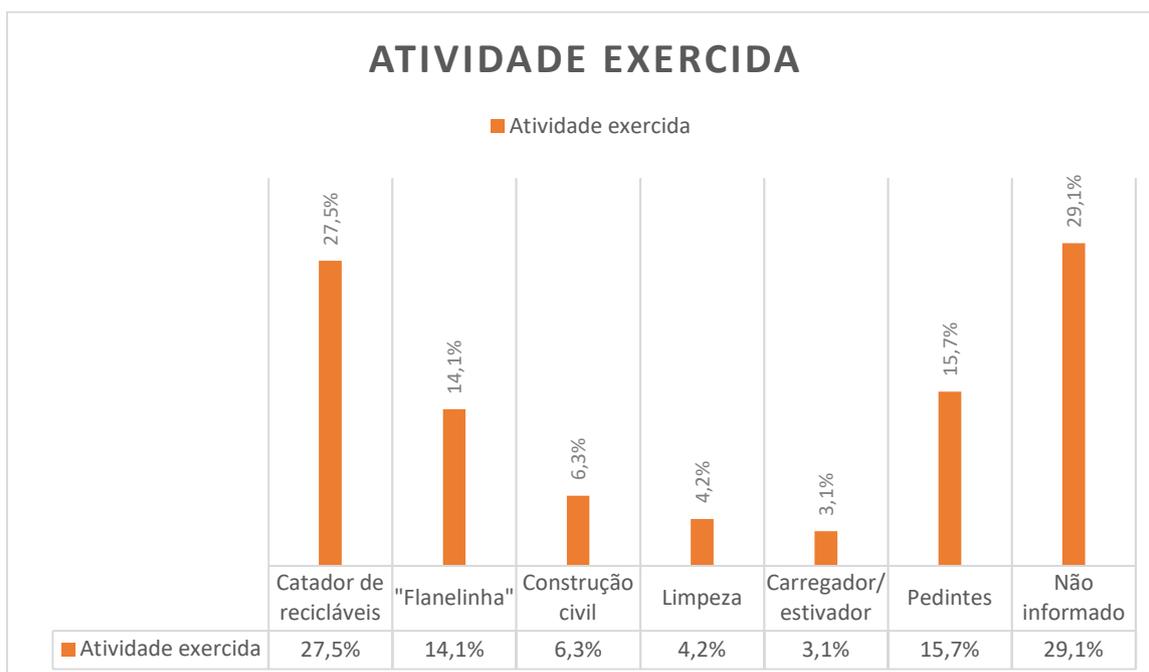


Gráfico 8 - Principais atividades exercidas pelas pessoas em situação de rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008

Em relação a alimentação, a maioria conseguia realizar uma refeição ao menos por dia (79,6%), entretanto, principalmente dentro do grupo dos pedintes, 19% não conseguem se alimentar todos os dias (Gráfico 9).



Gráfico 9 - Porcentagem de frequência de alimentação da População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

No que se diz respeito às questões de higiene, os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho são: a rua, os albergues/abrigos, banheiros públicos e a casa de parentes ou amigos (Gráfico 10).

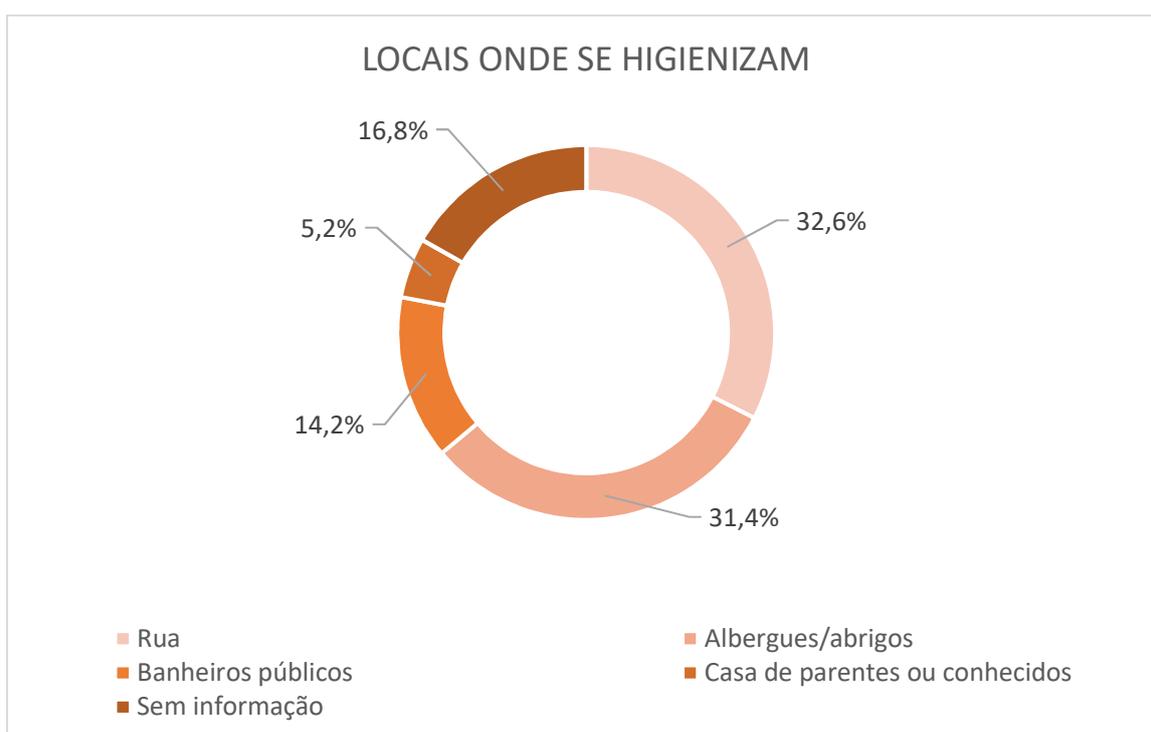


Gráfico 10 - Local onde a População em Situação de Rua de Curitiba se higieniza com mais frequência. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Na maior parte dos casos, os recursos disponíveis para a higiene pessoal desta população são precários e impróprios, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais, violência sexual, entre outros danos. Considerando as condições em que vivem, a precariedade de alimentação, de higiene e cuidados, a porcentagem de pessoas que tem algum problema de saúde são reflexos dessa situação. Cerca de 30% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde e os mais citados foram: hipertensão, problema psiquiátrico/mental, diabetes e HIV/AIDS.

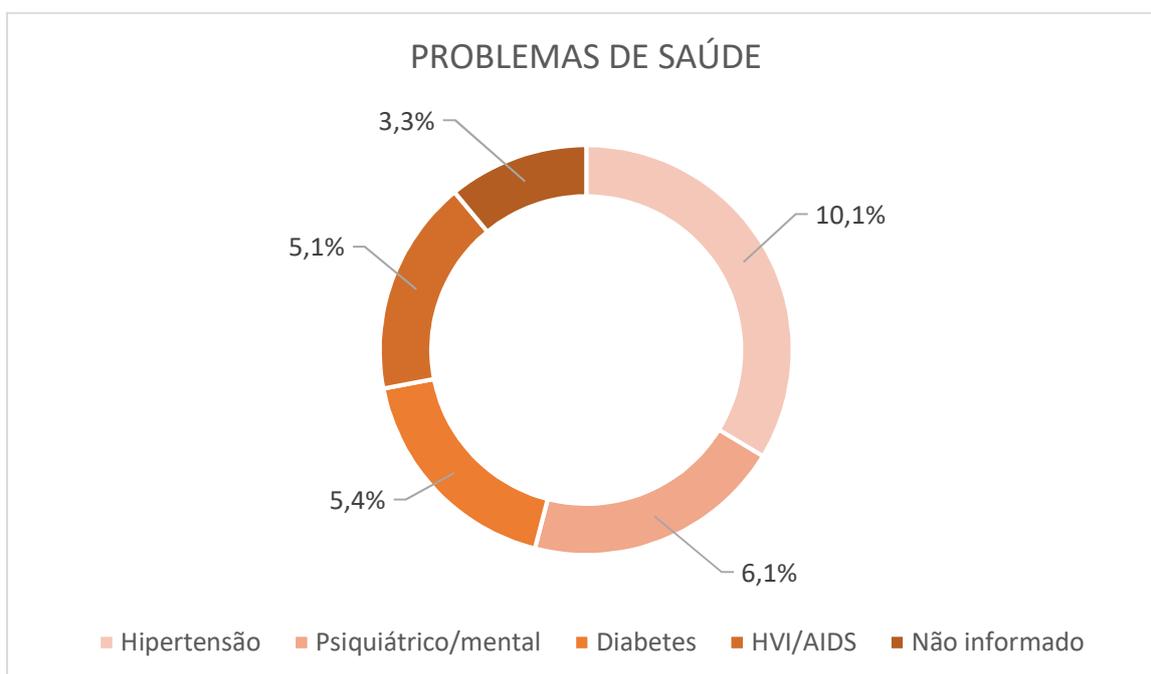


Gráfico 11 - Principais problemas de saúde relatados pela População em Situação de Rua. Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

A discriminação é algo muito recorrente para as pessoas em situação de rua. Dados mostram que 54,5% já foram impedidas de entrar em diversos estabelecimentos, muitas vezes as impossibilitando de ter acesso a serviços públicos básicos. Muitas dessas pessoas nem tentam entrar em alguns locais para evitar o constrangimento decorrente de provável expulsão (Gráfico 12).

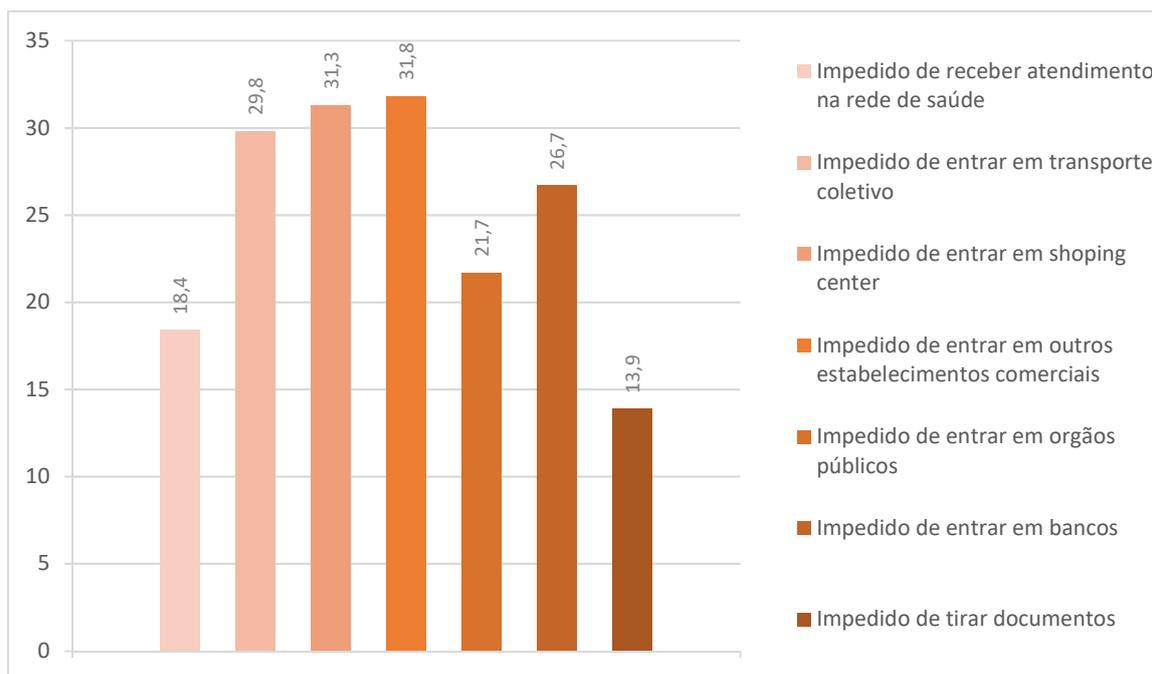


Gráfico 12 - População de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades.
Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, MDS, 2008.

Analisando os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, podemos observar que essas pessoas constituem uma parcela considerável da população brasileira. É uma população que, além de extremamente pobre, é escassamente escolarizada e se compõe predominantemente por negros, que embora estando em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado de trabalho formal. Através da análise destes dados, também podemos levantar quais são as principais necessidades que essa população necessita.

Apesar de estas características confirmarem uma percepção comumente diluída, há de se considerar que, ao mesmo tempo, os dados indicam a provável tendência de alteração do perfil tradicionalmente encontrado em situação de rua. Os dados permitem afirmar que se trata de uma população formada por trabalhadores com algum nível de formação (ainda que precário) e que ocupam, sempre que possível, espaços no mercado de trabalho – formal ou informal – para garantirem sua sobrevivência.

3 ESTUDOS DE CASO

Foram analisados três projetos como estudo de caso, levando em conta suas características arquitetônicas e seus conceitos de intervenções em edificações históricas, para que esses pudessem ser relacionados com a casa de acolhimento para pessoas em situação de rua.

3.1 LA CASA

Localizada em Washington, o projeto de 2014, LA CASA, foi realizado pela parceria entre o Studio TwentySevenArchitecture e a firma de gestão LEO A DALY. Antes deste projeto, houve inúmeras tentativas do Distrito de Columbia em diminuir o número de desabrigados através de abrigos temporários, mas não obtiveram sucesso. O projeto da LA CASA foi escolhido como estudo de caso por conta do seu programa e setorização de ambientes, além do público alvo ser o mesmo deste estudo.



Fotografia 5 – Fachada do edifício. Fonte: Portal Archdaily.

A função do projeto é a de cuidar dos sem-teto, não apenas durante a noite, mas sim, 24 horas por dia. A edificação, com área de 2.728 m², abriga até quarenta pessoas e busca promover a identidade individual dentro do contexto de habitação coletiva.

O interior foi pensado para ser um ambiente duradouro e funcional, que oferece funções simultâneas como: cozinhar, dormir e estar. As unidades, com paredes brancas

e pisos amadeirados, através de grandes janelas que vão do chão ao teto, a cidade se torna um complemento dos ambientes, além de trazer iluminação e ventilação natural.



Fotografia 6 - Interiores do edifício. Fonte: Portal Archdaily.



Fotografia 7 - Interior do Edifício. Fonte: Portal Archdaily.

A maioria dos abrigos são simples e aconchegantes, já a LA CASA se preocupa com o design e o conforto das suas unidades. Para o projeto foi pensada numa maneira de colocar o maior número de unidades individuais que poderiam ser acomodadas na construção, para isso, foram pensado três módulos independentes que atendessem a necessidade dos usuários (Figura 3).



Figura 3 - Módulos dormitórios. Fonte: Portal Archdaily.

O primeiro pavimento é composto pelas áreas públicas do edifício e por duas unidades de habitação. O local conta também com um elevador e duas escadas, além de três saídas, duas para a rua principal Irving Street e uma terceira saída para carga e descarga nos fundos do edifício.

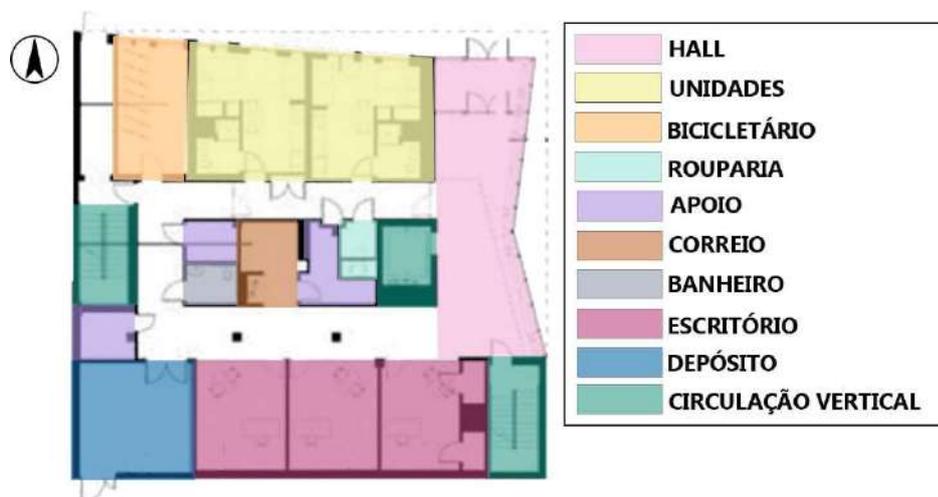


Figura 4 - Setorização planta primeiro pavimento. Fonte: Archdaily. Adaptado pela autora. Sem escala.

O segundo pavimento conta com apenas três unidades de apartamentos, uma sala comunitária e um pátio aberto para os fundos do terreno, onde existe uma edificação de nove pavimentos. A circulação horizontal do pavimento também ocorre num mezanino que dá vista para o hall de entrada (Figura 5).



Figura 5 - Setorização planta primeiro pavimento. Fonte: Archdaily. Adaptado pela autora. Sem escala.

O pavimento tipo ocupa do terceiro ao sétimo pavimento. São sete unidades de apartamentos e uma rouparia, local onde são colocadas as roupas para mandar lavar. Um fato a observar são os banheiros, nessa organização, apenas um por andar possui ventilação natural. Nos outros pavimentos não há ventilação natural nos banheiros.



Figura 6 - Setorização planta terceiro ao sétimo pavimento. Fonte: Archdaily. Adaptado pela autora. Sem escala.

AMBIENTE	ÁREAS 1° PAVIMENTO	ÁREAS 2° PAVIMENTO	ÁREAS 3° ao 7° PAVIMENTO
Apoio	20	2	
Bicicletário	24		
Correio	11		
Depósito	30		
Escritório	75		
Hall	60		
Pátio		60	
Rouparia		5,4	
Sala Comunitária		57	
Sanitários	4	9,5	
Unidades de habitação	62	102	260
TOTAL	432	378	1890

Tabela 3 - Tabela de Áreas Edifício LA CASA. Fonte: a autora.

3.2 CAPELA BRENNAND

Das ruínas de um casarão do século 19, Paulo Mendes da Rocha e Eduardo Colonelli projetaram em 2006 a Capela de Nossa Senhora da Conceição para os Brennand, no Recife, onde abrigava a antiga cerâmica da família desde 1971. Através de oficinas, ateliês e museu, o artista plástico e ceramista Francisco Brennand vem recuperando os espaços da fazenda.



Figura 7 - Ruínas de antigo casarão. Fonte: Escritório Paulista Arquitetura.

O objetivo é a construção da Capela de Nossa senhora da Conceição, na propriedade da Cerâmica Brennand. Além do espaço litúrgico, o programa abriga o ossuário da família e seus descendentes.

A concepção inicial parte da idéia de um novo espaço inserido na ruína de antiga

construção, constituída pelos remanescentes das alvenarias de tijolos e pedras, integrada ao novo edifício como envoltório da nave.



Figura 8 - Projeto concluído. Fonte: Escritório Paulista Arquitetura.

Divisórias altas de vidro foram colocadas a uma distância de cerca de 80 centímetros em relação à alvenaria dos muros de pedra. Assim, a capela é contornada por um corredor aberto com um fechamento transparente que faz a mediação entre os espaços internos e externos da construção. A implantação dos painéis transparentes soltos do teto tornou-os autoportantes e aprimorou a reflexão da luz natural.



Figura 9 - Divisórias em vidro. Fonte: Arcoweb

A cobertura também segue a linha da intervenção mínima. Em concreto protendido a laje cobre toda extensão das paredes de pedra que foram restauradas, mas sem tocá-las, sendo apoiada por dois pilares, gerando frestas regulares que percorrem toda edificação. Os pilares com diâmetro de cerca de oitenta centímetros, além de oferecer sustentação, funcionam como elementos de setorização interna (Arcoweb).

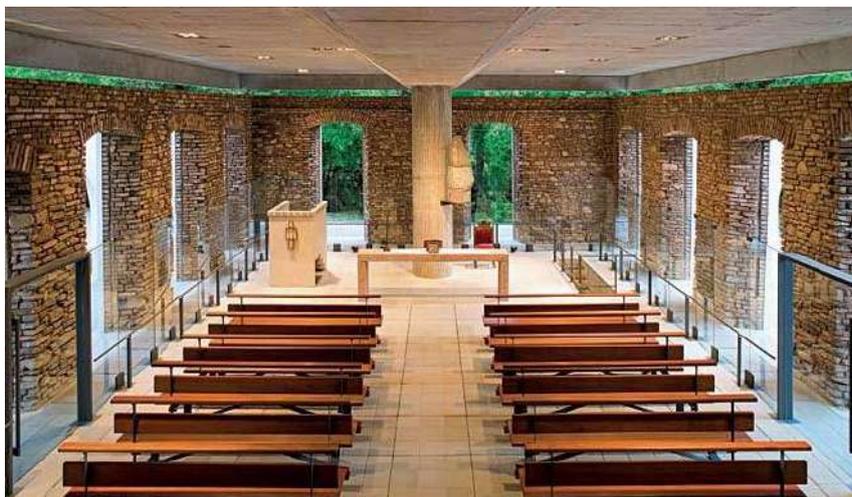


Figura 10 – Altar da Capela e detalhe do pilar robusto. Fonte: Arcoweb.

Os pisos, interno e externo, são formados por placas cerâmicas de autoria de Brennand e são assentadas no sistema de piso elevado junto à nave, garantindo a eficiência do ar condicionado.



Figura 11 – Cerâmicas de Brennand ao fundo no interior da apela. Fonte: Arcoweb.

O campanário de forte verticalidade ortogonal contrasta com a aparente horizontalidade da construção e possui um sistema mecanizado de captação e circulação da água das chuvas.



Figura 12 - Campanário. Fonte: Arcoweb.

3.3 CINEMATECA BRASILEIRA

A Cinemateca Brasileira utiliza os edifícios remanescentes do “núcleo histórico” do antigo Matadouro Municipal na Vila Mariana/SP. O edifício foi restaurado em 2007 e adaptado para as necessidades da Cinemateca. Em seu projeto, Dupré seguiu uma linha que não busca restaurar o que poderiam ser elementos originais da edificação. Ele preferiu assimilar e evidenciar as alterações realizadas ao longo dos anos.



Figura 13 – Cinemateca. Fonte: Dupré Arquitetura.

O lanternim preserva a forma original e a cobertura tem o redesenho das tesouras

de aço inspirado em soluções do século XIX. Os arcos têm batentes calandrados em aço e são vedados com vidros acústicos. A doca foi resgatada e remanescentes dos seus trilhos foram recuperados e expostos, sob o piso de vidro.



Figura 14 – Lanternim, tesouras de aço e piso de vidro. Fonte: Dupré Arquitetura.

As colunas da ponte rolante lá estão, intactas. Forros de gesso e lã de rocha asseguram o isolamento acústico ao espaço e um eficiente sistema de ar condicionado garante seu conforto térmico.

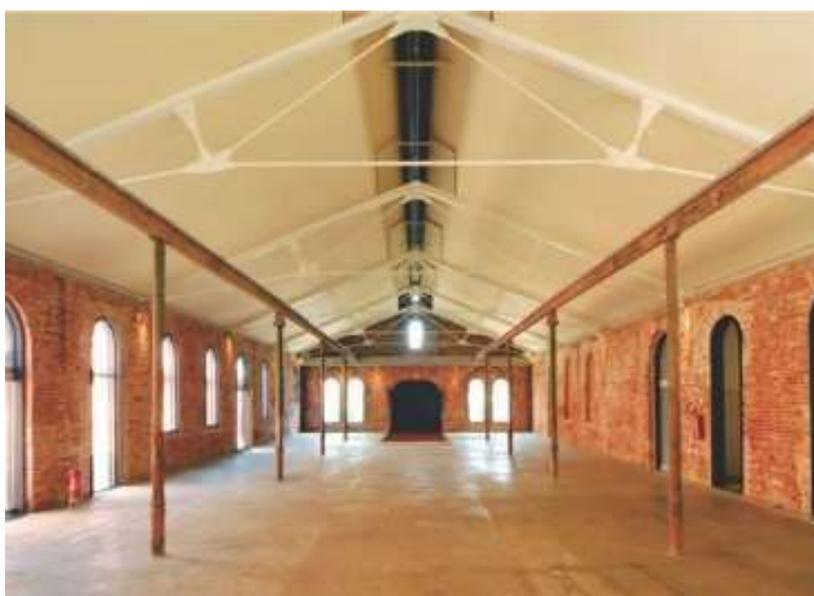


Figura 15 - Detalhe das pontes rolantes. Fonte: Dupré Arquitetura.

O anexo na lateral direita da sala - uma caixa de vidro com estrutura metálica, contida dentro de paredes parcialmente arruinadas - foi reservado para acomodar

futuramente, no nível térreo, um café. No mezanino estão localizadas áreas de trabalho.



Figura 16 - No anexo, as quase-ruínas da parede lateral, estabilizadas, mantiveram o aspecto com o qual foram encontradas. Fonte: Arcoweb.

3.4 SÍNTESE

Ao analisarmos as três obras apresentadas, podemos observar na primeira, o cuidado com o programa proposto para o público alvo do projeto. O edifício foi projetado para que atendesse todas as necessidades das pessoas em situação de rua, proporcionando assim condições dignas de moradia.

Já no segundo e terceiro exemplo mostra a importância de um uso em edificações históricas. Ambos os projetos apresentam intervenções que respeitam as ruínas existentes, por isso são obras bem executadas.

No projeto da Capela Brennand o respeito a edificação fica claro quando o arquiteto decide pôr de paredes de vidro afastadas das ruínas e a colocação de uma laje sustentadas pelos dois pilares, que também era afastada das paredes originais de alvenaria.

O projeto da Cinemateca foi preservado ao máximo a construção, buscando-se não intervir no nos elementos originais, mas buscou-se também evidenciar todas as fases que o edifício passou ao longo do tempo. Sua história foi respeitada e preservada através de elementos existentes do local que compõe o projeto.

4 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Para auxiliar nas diretrizes projetuais, este capítulo serve para análise da realidade regional e mostrar as atuais necessidades do grupo de pessoas em foco nesse estudo. Serão analisados dados sobre a população em situação de rua na cidade de Curitiba e apresentado uma análise teórica e justificativa para o local escolhido.

4.1 Perfil da População em Situação de Rua em Curitiba

A Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) realizou em 2016 um levantamento com 1.715 pessoa em situação de rua em Curitiba com o objetivo de verificar o perfil desse grupo de pessoas.

Analisando os dados fornecidos pela FAS, é possível perceber que Curitiba é mais uma metrópole que apresenta números elevados de pessoas em situação de rua. Em Curitiba assim como em outras capitais, essas pessoas se concentram na região central da cidade devido às facilidades encontradas e o número de recursos ser maior do que nos bairros.

O levantamento sobre como as pessoas em situação de rua se distribuem em Curitiba foi feita através da análise das Regionais. A Regional Matriz foi a que apresentou a maior concentração de pessoas com 59,1% do total, seguido da Regional Boqueirão, Regional Portão, Regional CIC, Regional Pinheirinho, Regional Bairro Novo, Regional Santa Felicidade, Regional Cajuru, Regional Boa Vista e a Regional Tatuquara que não apresentou nenhuma porcentagem (Figura 17).

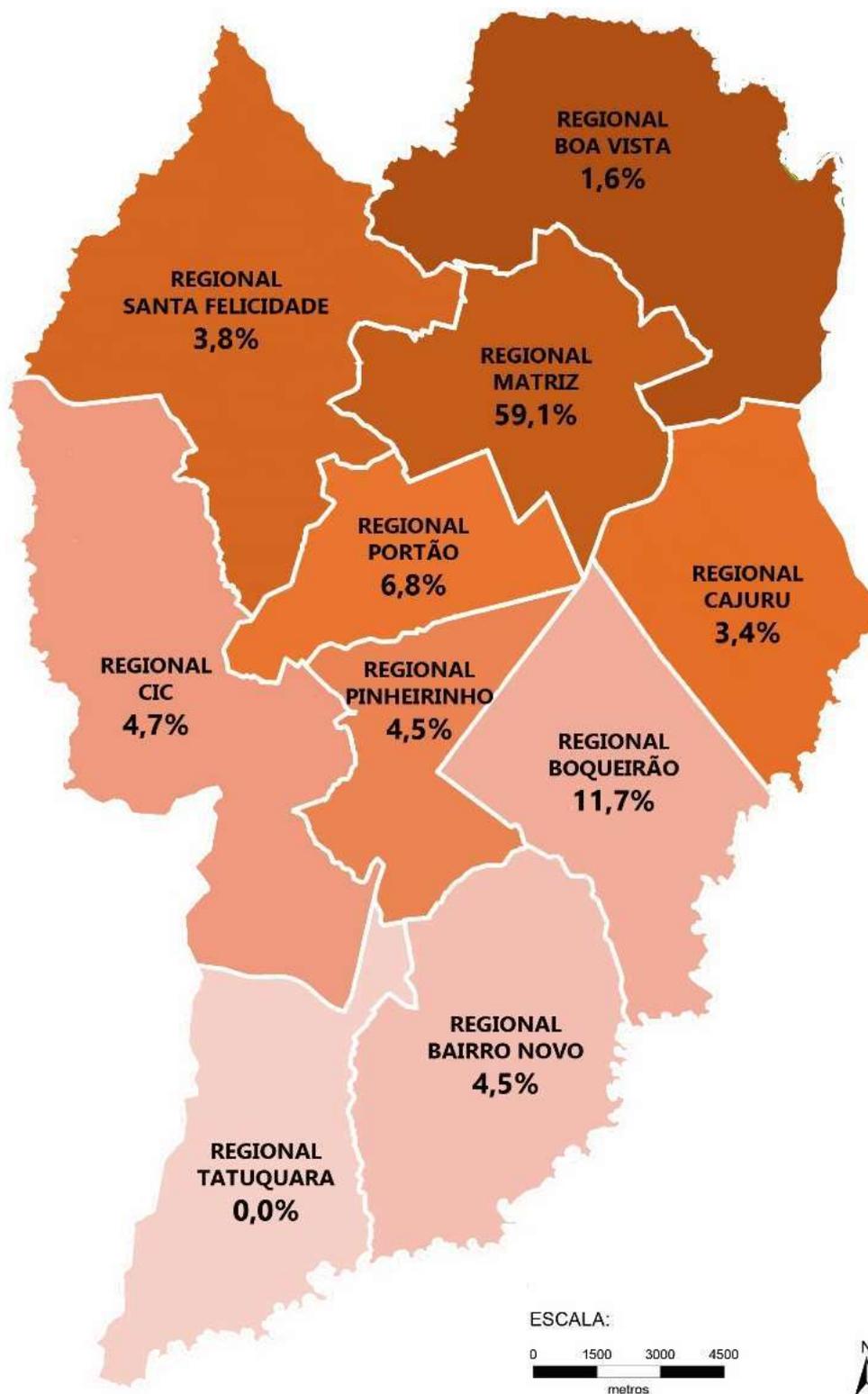


Figura 17 - Número do percentual de pessoas pesquisadas segundo as Regionais Administrativas de Curitiba. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2016.

Reforçando informações já apresentadas que as pessoas em situação de rua dificilmente são migrantes de outros estados, na cidade de Curitiba não foge dessa realidade, a grande maioria já eram residentes de Curitiba ou cidades próximas.

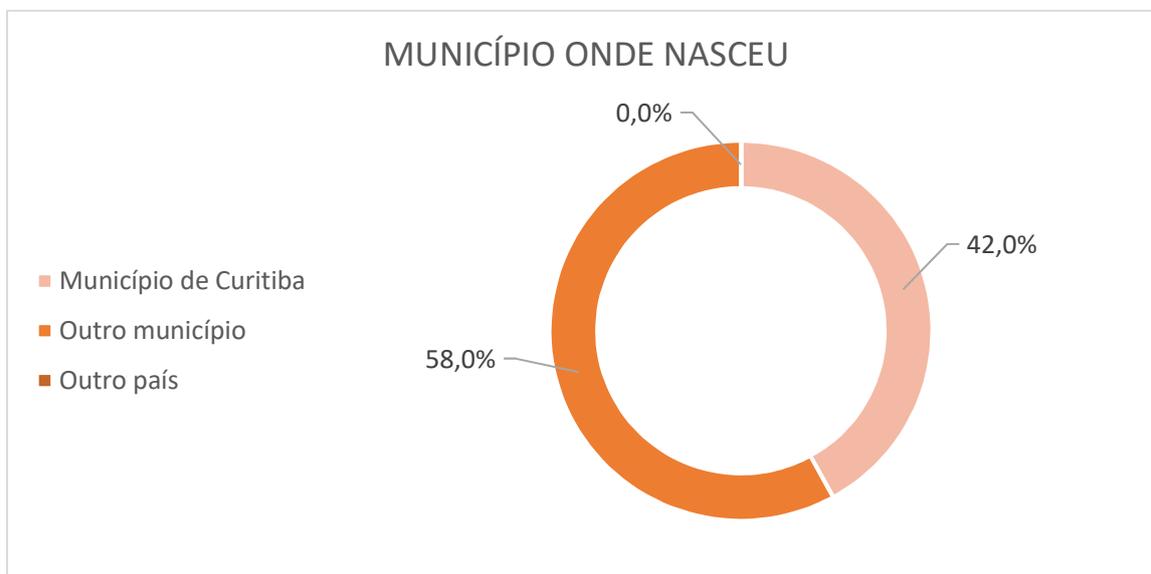


Gráfico 13 - Município onde nasceu. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2016.

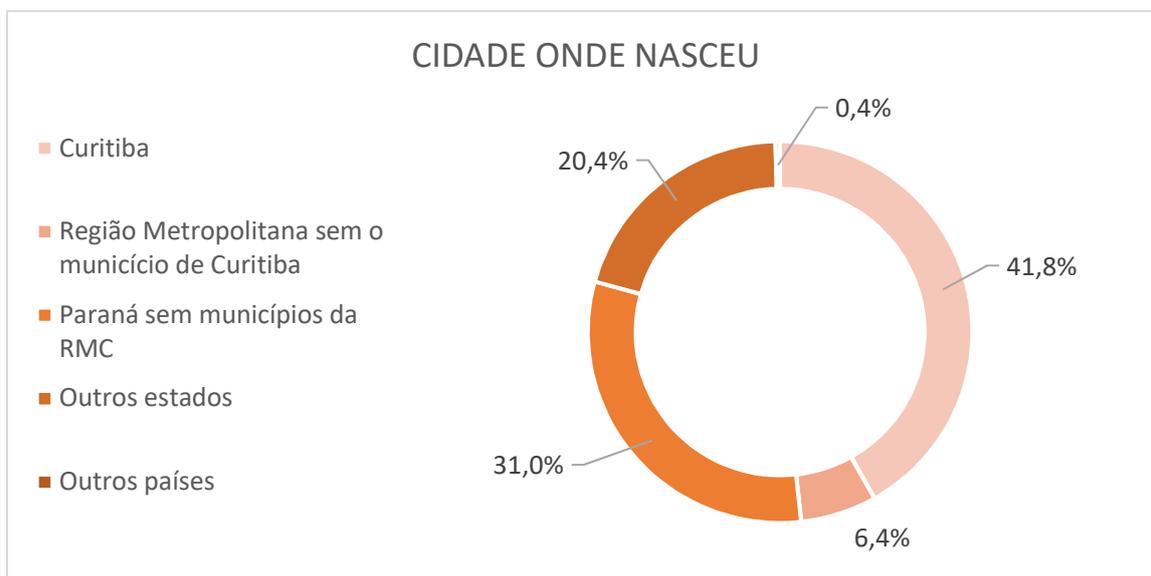


Gráfico 14 - Cidade onde nasceu. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2016.

Em Curitiba, essa população é predominantemente do sexo masculino, sendo que 59,5% possui idade entre 25 e 44 anos, e 49,01% dos indivíduos se declararam brancos.

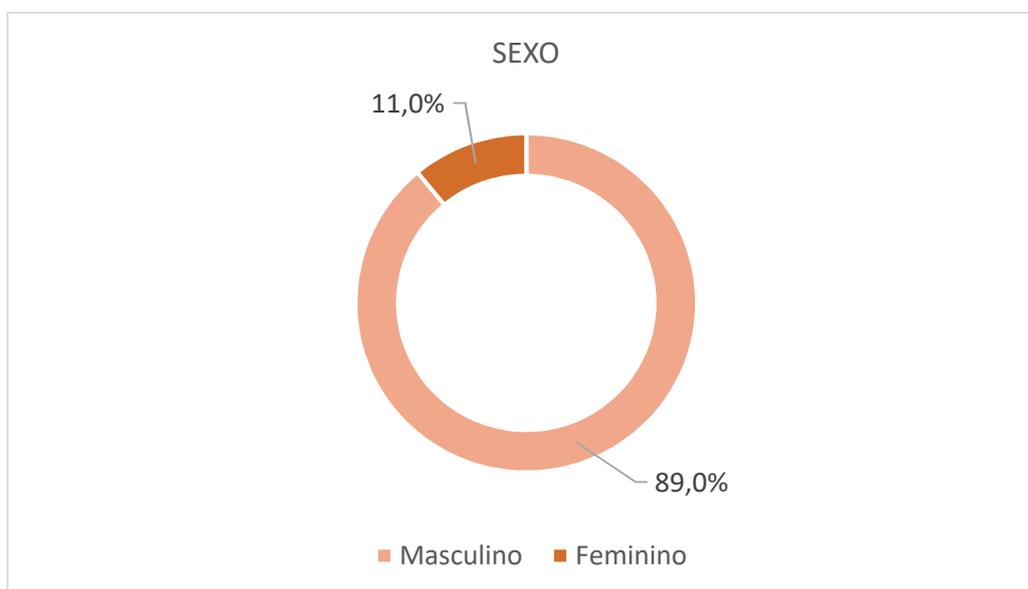


Gráfico 15 - Porcentagem de homens de mulheres. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2008.

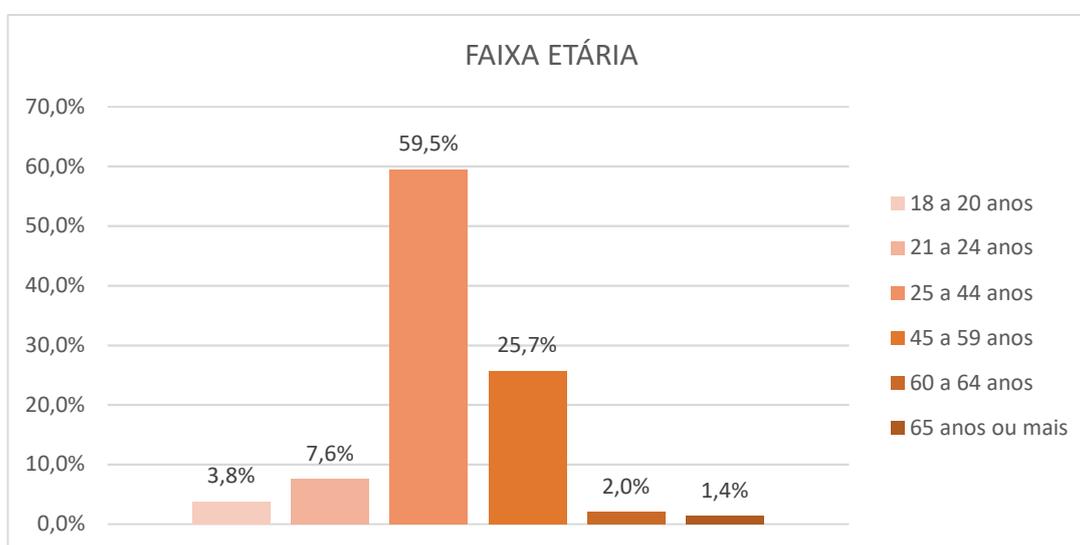


Gráfico 16 - Faixa etária. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2008.

Com relação a escolaridade, os dados de Curitiba são muito parecidos com os dados obtidos pela Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua em 2008, a maioria apresenta ensino fundamental incompleto (Gráfico 17).

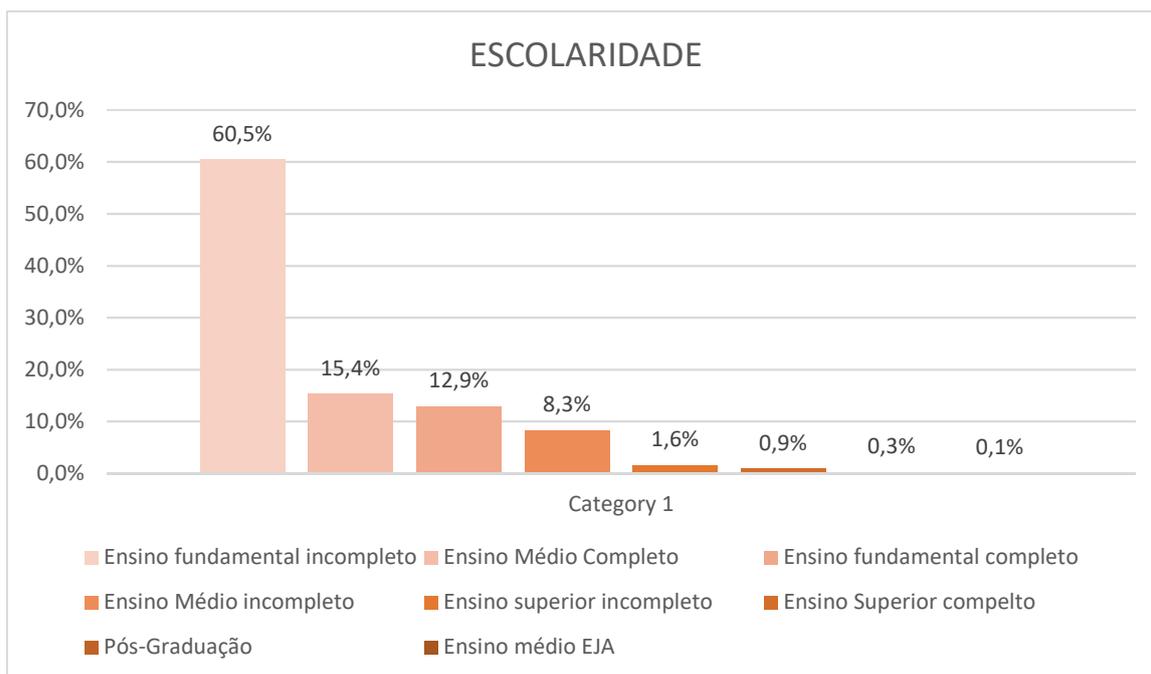


Gráfico 17 - Grau de Escolaridade. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba, 2008.

Os índices a respeito da População em situação de rua da cidade de Curitiba indicam que a maioria dos indivíduos chegaram a condição de rua por problemas com o consumo de drogas.

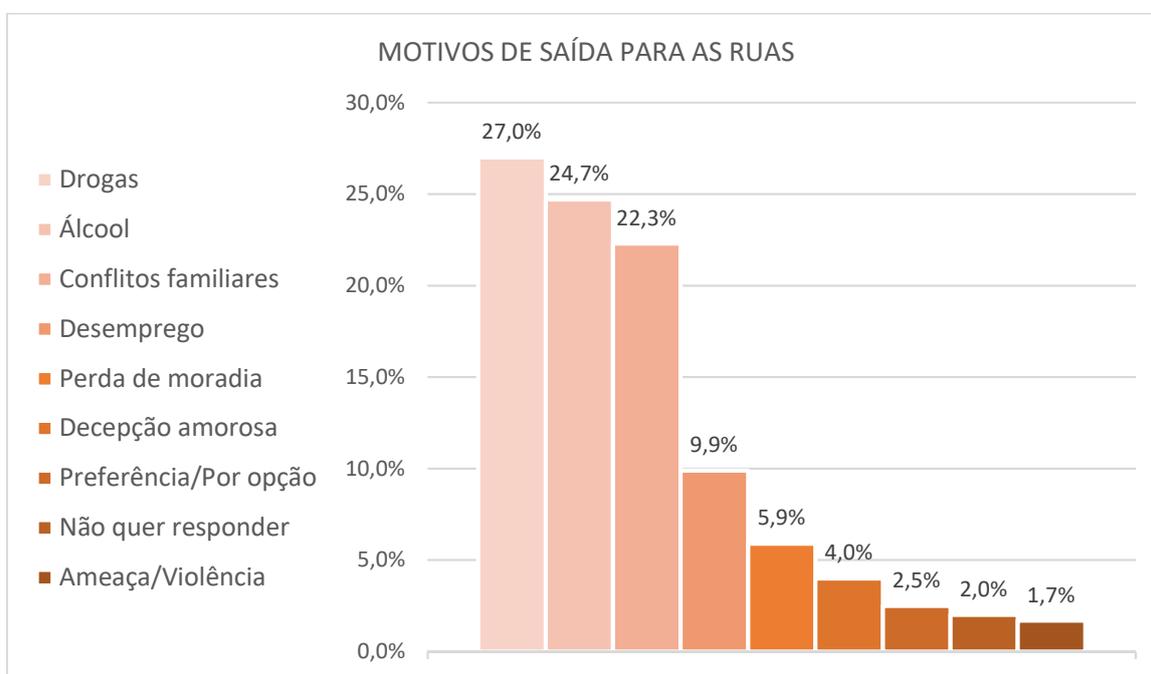


Gráfico 18 - Motivos de saída da População em Situação de Rua em Curitiba. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2016

Em Curitiba 48% dos indivíduos afirma possuir formação profissional, 33% dos entrevistados responderam que possuem trabalho informal, 24% procuram algum tipo de trabalho e 7% trabalham formalmente.

A respeito das atividades que a população de rua de Curitiba realiza para ganhar dinheiro, os entrevistados destacaram os serviços de guardador de carro ou flanelinha (16%), coletor de material reciclável (12%), construção civil (12%) e esmoleiro (9%). Segundo a pesquisa, 45% dos indivíduos gastam o dinheiro recebido por essas atividades com substâncias psicoativas, 25% com alimentação e apenas 7% com moradia.

Índices da pesquisa realizada em Curitiba indicam que mais de 60% da população em situação de rua acabam permanecendo nas ruas durante o dia. Já com relação a pernoite apenas 24% dos entrevistados procuram algum dos serviços oferecidos pela prefeitura. A baixa procura é devido às regras rígidas estabelecidas pelos locais e algumas vezes falta de vagas.

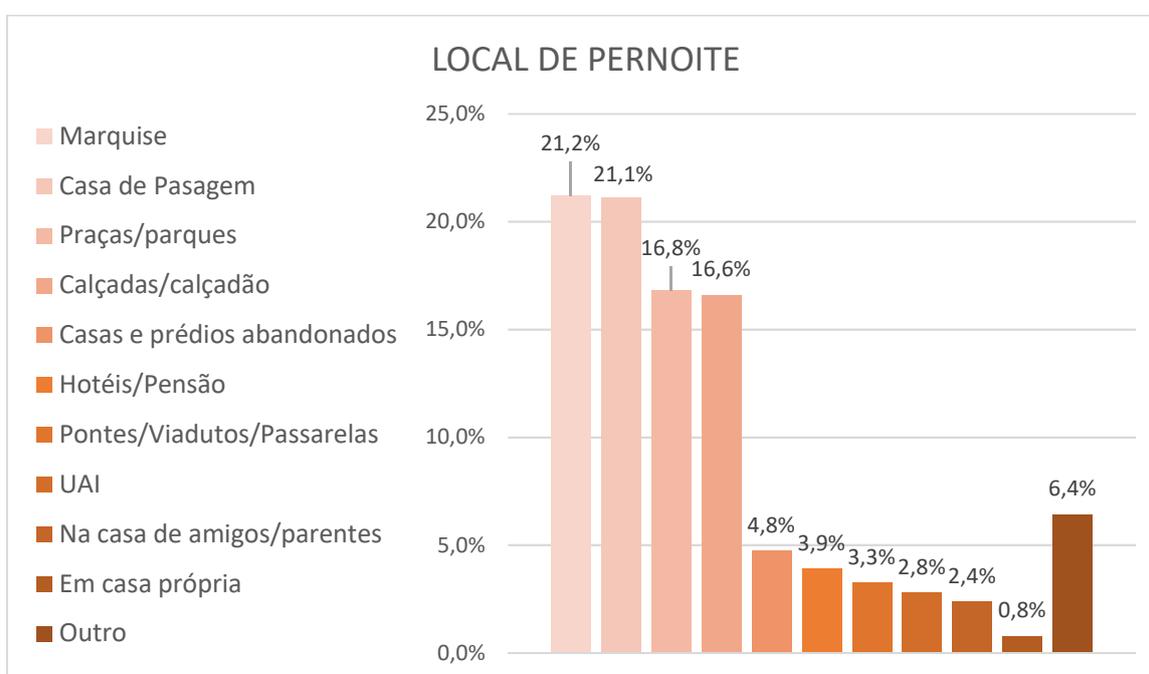


Gráfico 19 - Locais de preferência de pernoite. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2016.

Quando questionados sobre o local onde realizavam com mais frequência suas refeições, constatou-se que esse grupo acabava por alimentar-se nas ruas. Entretanto os índices indicam que o local onde realizam a higiene com maior frequência é nos albergues (Gráfico 20).

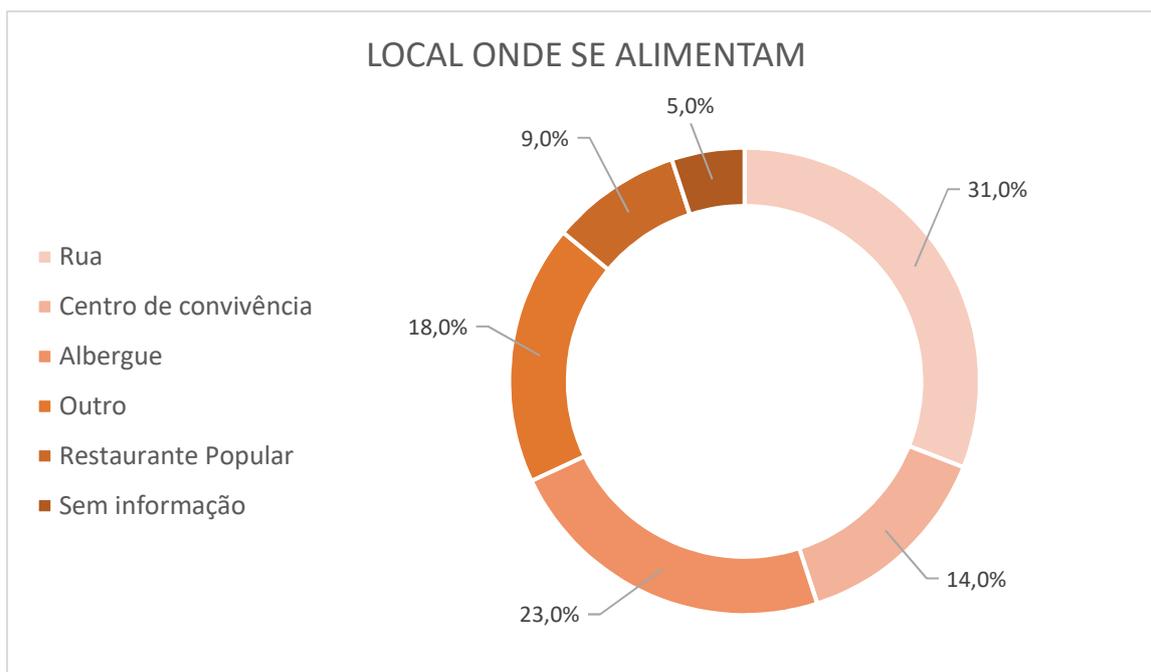


Gráfico 20 - Locais onde se alimentam com maior frequência. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2016.

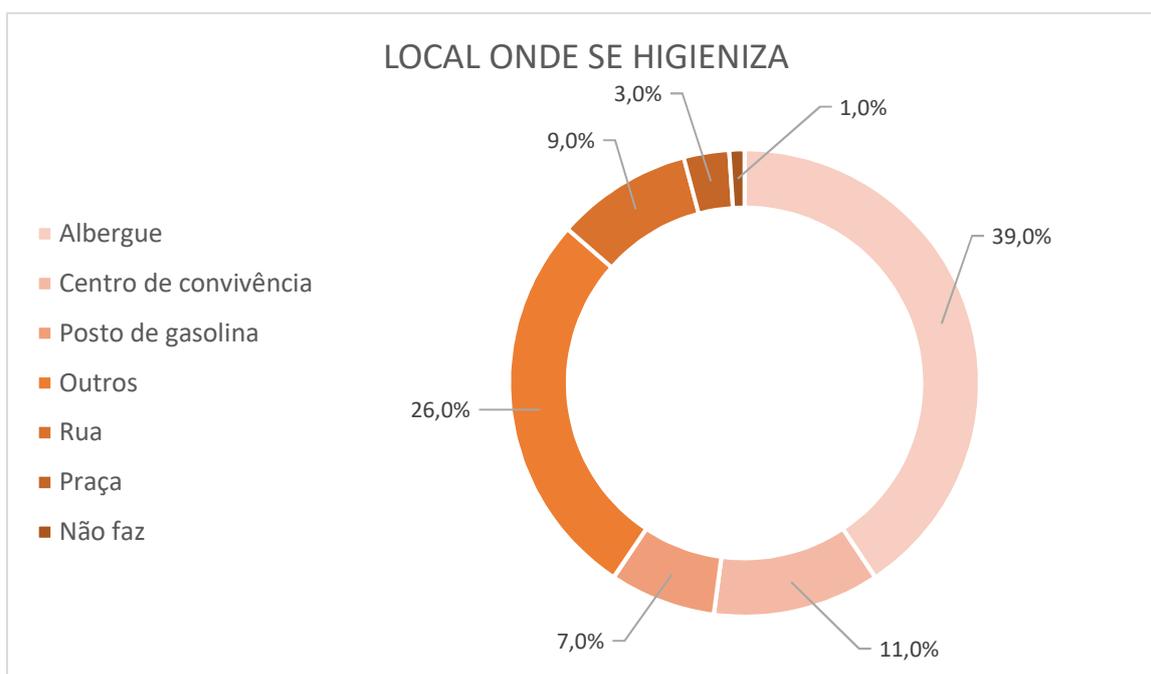


Gráfico 21 - Locais onde as pessoas em situação de rua de Curitiba fazem sua higiene. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2016.

Dentro dos serviços oferecidos pela prefeitura, a Central de Atendimento a População de Rua (Centro POP) acaba sendo um dos mais procurados, seguido das casas de passagem.

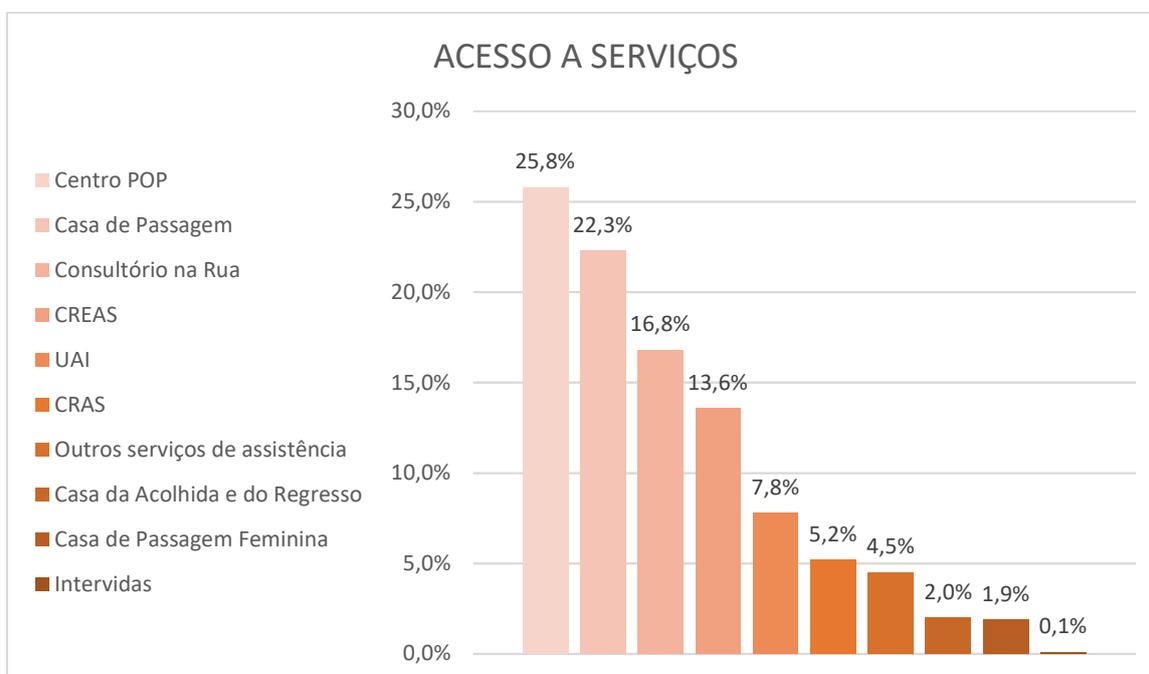


Gráfico 22 - Acesso a serviços oferecidos pela prefeitura de Curitiba. Fonte: Fundação de Ação Social, Curitiba 2016.

Analisando o do perfil das pessoas em situação de rua em Curitiba, podemos observar que os dados se assemelham com os dados obtidos na Pesquisa Nacional. A pessoa em situação de rua na cidade de Curitiba é composta majoritariamente por homens jovens, de baixa escolaridade, que foram às ruas devido ao uso de entorpecentes, e que concentram principalmente na área central da cidade. A maior parte destas pessoas preferem as ruas para pernoitar, pois alegam que as regras dos abrigos são muito rígidas, há falta de vagas noturnas e que os abrigos onde existem vagas não se encontram na área central, dificultando assim o deslocamento. Casas da Acolhida, de passagem e Centros POP essenciais para atividades cotidianas dessas pessoas, como alimentar-se e principalmente para a realização de sua higiene pessoal.

4.2 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA EM CURITIBA

Este capítulo irá abordar as políticas públicas da cidade de Curitiba relacionadas com as pessoas em situação de rua e explicar sobre todos os serviços focados para esse grupo de pessoas, ofertados pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

4.2.1 Das Políticas Públicas Curitibaanas

A Assistência Social conta com uma extensa rede de unidades públicas, que realiza atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, de jovens, de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros.

Curitiba foi uma das cidades pioneiras a aderir às práticas da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua de 2006. Em 2013 a cidade intensificou e reordenou suas ações para atender esse grupo de pessoas através do aprimoramento de seus serviços. Segundo a FAS, antes de 2013 era possível acolher 600 pessoas e hoje esse número é 1.715 pessoas (FAS, 2016).

A Fundação de Ação Social (FAS) é o órgão público responsável pela gestão da assistência social em Curitiba, atuando de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município (FAS, 2017). A FAS hoje trabalha com dois níveis de assistência: o básico, que atua com a prevenção e a educação; e o especial, que cuida das pessoas que já estão vulneráveis. A Fundação desenvolveu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que por meio dos Serviços de Proteção Social Especial, geram segurança a populações em situação de risco pessoal e social. A SUAS é responsável por coordenar todas as pessoas que foram vítimas de violência e tiveram seus direitos violados ou ameaçados por motivo de abandono, maus tratos, negligência, ou outros, com quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário, são acolhidas com atendimento integral (FAS, 2017).

As pessoas em situação de rua também contam com os Centros POP, eles funcionam apenas no período diurno (das 8 às 17 horas), e oferecem atendimento especializado para esse grupo de pessoas, ou seja, oferecem atividades sócio educativas, alimentação, guarda pertences e encaminhamento a abrigos e a outros serviços, como assistência de saúde (FAS, 2017).

Há também as Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) ou Casas de Acolhida, que são o objeto analisado neste estudo, e elas fornecem um serviço muito semelhante aos

Centros POP, porém o seu funcionamento só ocorre no período noturno (das 18 às 7 horas).

Para poder compreender a abrangência do sistema de assistência de Curitiba e os locais de atendimento, foi realizado um levantamento de todos os equipamentos públicos voltados para a população em situação de vulnerabilidade na cidade (Apêndice A). Buscou-se identificar o tipo de público atendido e a capacidade de acolhimento.



Fotografia 8 - Pessoa em situação de rua em Curitiba. Fonte:Jornal Tribuna. Autoria: Aniele Nascimento.

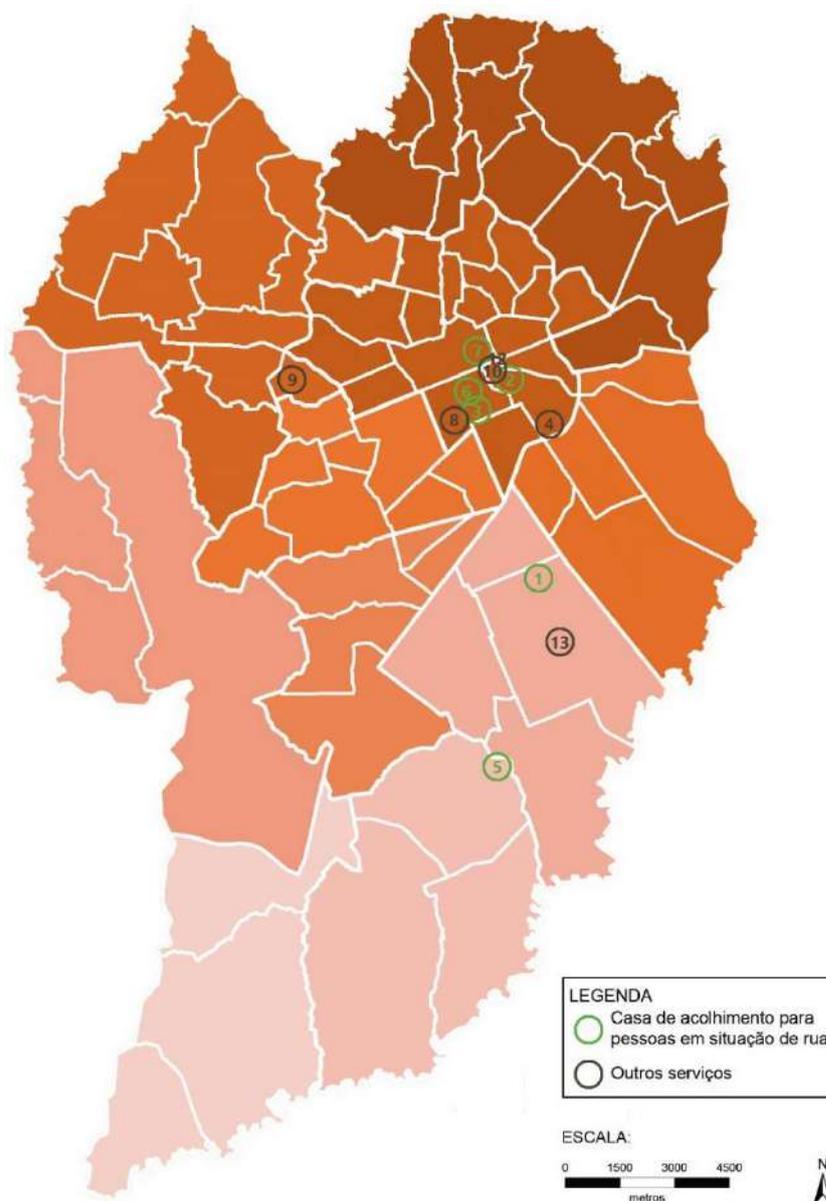


Figura 18 - Mapeamento de abrigos levantados para População em Situação de Rua em Curitiba.
Fonte: Fundação de Ação Social. Elaboração: Da autora.

Analisando a localidades das unidades de serviços oferecidos pela FAS, é possível observar que grande parte da assistência localiza-se na área central da cidade, porém as casas de acolhimento para pessoas em situação de rua que oferecem o maior número de vagas de pernoite, estão localizadas em bairros distantes da área central, que é a que mais apresenta pessoas que necessitam deste serviço. Unidades de Acolhimento Institucional em Curitiba (UAI).

As Unidades de Acolhimento Institucional são destinadas acolhimento provisório com estrutura para pessoas e grupos familiares com privacidade. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas

em trânsito e sem condições de se sustentarem (MDS, 2018).

E como objeto de análise deste estudo as Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) ou Casas de Acolhida em Curitiba, acabam que por ter suas vagas mal distribuídas em suas unidades, acarretando em um déficit de vagas com relação ao público atendido. Todos os dias os desabrigados devem dar entrada no equipamento, antes do horário de abertura e mesmo assim não existe a garantia de vaga (FAS, 2017). As UAI ainda são classificadas em dois tipos diferentes, sendo eles:

- Abrigo institucional: semelhante a uma residência, com limite máximo de 50 (cinquenta) pessoas por unidade e de 4 (quatro) pessoas por quarto.
- Casa de passagem: Destinada a receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias.

Em 2014, a Central de Resgate Social, localizada na Regional Matriz foi desativada, que era a única instituição que realizava albergagem noturna na cidade. Funcionava no bairro centro e abrigava em torno de 250 pessoas. Reunindo em um mesmo espaço, homens, mulheres, migrantes, idosos, indígenas, crianças e adolescentes. A FAS afirmou que o risco de violência entre abrigados era muito grande, devido a diversidade de pessoas em um mesmo espaço, e além disso o prédio que recebia o equipamento não seguia as atuais normas do Corpo de Bombeiros. (FAS, 2016). Com o fechamento dessa unidade, houve a ramificação de outras unidades de acolhimento (apresentado no Apêndice A) focadas em grupos específicos e buscaram desenvolver um atendimento personalizado e continuado para esses grupos. É importante salientar que com o fechamento da Central de Resgate Social houve a perda das 250 vagas noturnas de acolhimento, e tal número não foi suprido com a criação das novas UIA pela prefeitura.



Fotografia 9 - Pessoa em situação de rua na Praça Rui Barbosa. Fonte: a autora.

Dentro da abordagem deste estudo, Curitiba apresenta apenas 6 Unidades de Acolhimento para pessoas em situação de rua (Tabela 3), totalizando 475 vagas disponíveis diariamente (ressaltando que não há números oficiais sobre a quantidade de vagas ofertadas pelo Centro POP Matriz). Entretanto, podemos observar um déficit na Regional Matriz (Figura 19), que é a que mais apresenta pessoas em situação de risco. As vagas ofertadas pela prefeitura, não são suficientes para atender a demanda.

EQUIPAMENTO	PÚBLICO	CAPACIDADE	HORÁRIO
Centro POP e UAI Boqueirão	Adultos	25	24 Horas
Centro POP e UAI Plínio Tourinho	Homens com histórico de dependência química e/ou em acompanhamento do Plano Individual de Atendimento Social	100	24 Horas
Centro POP Rebouças	Adultos	20	das 8 às 18 horas
Casa de Acolhida Bairro Novo	Adultos	100	das 18 às 7 horas
Casa de Passagem Acolhida Boa Esperança	Homens Adultos	230	das 8 às 18 horas
Centro POP Matriz	Famílias e Adultos	Informação não disponível	das 8 às 18 horas

Tabela 4 - Casas de acolhimento para pessoas em situação de rua em Curitiba. Fonte: Fundação de Ação Social.

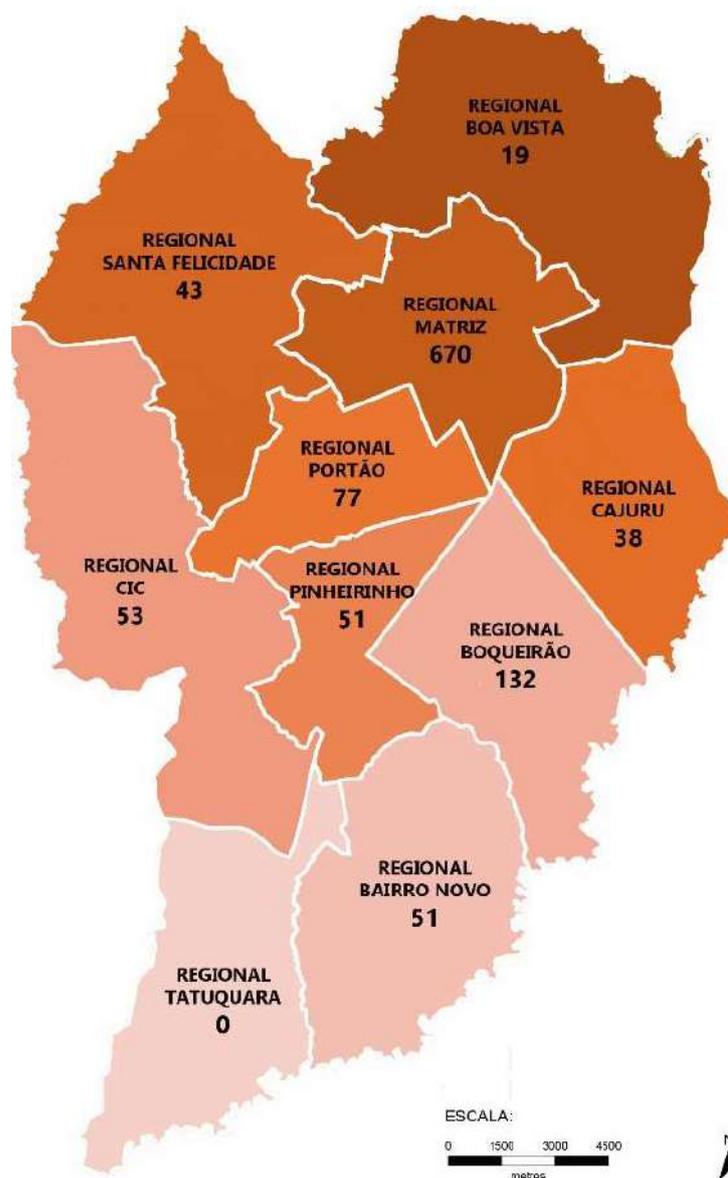


Figura 19 - Mapa populacional de pessoas em situação de rua em Curitiba. Fonte: Fundação de Ação Social.

Dentro da Regional Matriz há cerca de 670 pessoas em situação de rua, e apenas a UIA Plínio Tourinho possui acolhimento noturno na Regional, totalizando 100 vagas diárias. Após o horário de atendimento das UIA (das 18 às 7 horas), as pessoas precisam se retirar e buscar atendimento diurno nos Centros POP (FAS, 2016), o que acarreta em uma locomoção que poderia ser evitada.



Fotografia 10 - Pessoas em situação de rua na Praça Eufrásio Corrêia. Fonte: a autora.

Mesmo existindo vagas nas demais casas de acolhimento, que se encontram fora da Regional Matriz, em entrevista realizada com as pessoas em situação de rua, elas alegam que o deslocamento diário até essas UIA é inviável e que permanecer no centro da cidade é melhor devido a algumas facilidades que eles encontram.

4.2.1.1 Serviços Oferecidos

Dentro das Unidades Institucionais de Acolhimento em Curitiba, são oferecidos serviços de alimentação, banheiro, guarda-pertences, lavanderia, refeitório e dormitório, assessoramento para a retirada de documentos além de defesa e garantia dos direitos por meio do serviço social. Estes serviços são prestados pelos funcionários da prefeitura de Curitiba e voluntário.

Com relação aos serviços, em entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua, a possibilidade de não poder permanecer no local durante todo o dia, foi uma questão relevante e que deve ser observada. Algumas pessoas relatam que se pudessem permanecer na casa de acolhimento por tempo integral, teriam uma perspectiva diferente sobre o voltar às ruas. A falta de espaços de convivência e lazer também foram mencionados pelo entrevistados. Todas essas questões devem ser levadas em consideração ao propor uma nova casa de acolhimento.

4.2.1.2 Estrutura

Para analisar a estrutura oferecida pelas UIA hoje e verificar o seu funcionamento e administração, foi visitada Casa de Passagem e Acolhida Boa Esperança em Curitiba. Mesmo se tratando de uma casa da acolhimento, o local oferece apenas 20 vagas para o serviço de acolhimento, modalidade que oferta moradia, alimentação e higienização; as demais vagas são para o serviço de Casa de Passagem, quando a pessoa recebe alimento, higienização e pernoite, ou seja, após o horário de funcionamento, a pessoa deve deixar o local. Durante a visita, não foi autorizado fotografar, por isso o local será apenas descrito.

O imóvel localiza-se na região central da cidade, é uma edificação industrial antiga que foi adaptada para comportar as atividades ofertadas à população em situação de rua. Uma vez que o imóvel não possui características arquitetônicas relevantes a serem analisadas, a visita serviu para elucidar como funcionam os setores dentro do equipamento.

De forma geral, o equipamento é dividido em três grandes setores, sendo eles: o comunitário, o administrativo, e o de apoio.

No espaço comunitário, é onde encontra-se as salas multiuso, utilizadas para a realização de diversas atividades durante do dia com as pessoas que lá chegam. O espaço é uma grande sala que é subdividido de acordo com as atividades que irão ser realizadas. Uma quadra descoberta também faz parte da área comunitária. Nela as pessoas realizam atividades físicas.

O setor de apoio e vivência, são as áreas que ofertam serviços aos usuários, como alojamentos, cozinha, refeitório, guarda volumes (onde os usuários deixam seus pertences), guarda roupas (local onde usuários recém chegados podem encontrar roupas novas) e lavanderia (onde os usuários podem fazer a higiene de suas roupas e onde é feita a higiene das roupas de cama). Há ainda um abrigo externo onde os animais de estimação das pessoas podem permanecer.

O setor administrativo é composto basicamente por uma sala de coordenação (com computadores e atividades administrativas/secretariado), sala de reunião e apoio/estar funcionários e uma sala para atendimento às pessoas retirarem documentos.

4.3 O LOCAL

O local escolhido para implementar o projeto é o Antigo Hotel Tassi localizado na região central de Curitiba, região de grande quantidade de permanência de pessoas em situação de rua. Para fundamentar a escolha, será necessário apresentar alguns conceitos teóricos por se tratar de uma Unidade de Interesse de Preservação (UIP), e um breve histórico do local, tais conceitos teóricos são imprescindíveis para o estudo de intervenção do local.

4.3.1 O reuso como atitude de preservação.

Segundo a Constituição Federal de 1988, todo bem, seja móvel ou imóvel, rural ou urbano, deve ter um uso condizente com os interesses da sociedade, e não apenas com os interesses dos proprietários. No caso dos imóveis urbanos, os interesses da sociedade se refletem na ordenação da cidade. Isso significa que toda propriedade deve ter uma utilização compatível com as características socioeconômicas e ambientais do local no qual se situa, e, deste modo comprometida com o bem estar da população.

Quanto aos vazios urbanos correspondentes às edificações “não utilizadas”, classificam-se aqui, tanto as edificações que se encontram atualmente sem uso, quanto aquelas que, por seu alto grau de deterioração e péssimo estado de conservação, são consideradas como ruínas e que, por conseguinte, encontram-se sem uso, devido ao seu esvaziamento ou abandono (CLEMENTE, 2012).

Os “vazios arquitetônicos”, assim denominado por Borde (2006), são encontrados em todas as cidades e sendo mais predominante nas áreas centrais, constituindo-se muitas vezes em patrimônio arquitetônico a ser preservado e outros ainda em ruínas urbanas, resultantes de edificações desafetadas, compostas apenas por seus elementos remanescentes, como as fachadas com interior vazio em áreas delimitadas por legislação específica de preservação urbana.

Ruínas e edificações patrimoniais representam a memória urbana e coletiva de um lugar e são consideradas exemplares de inestimável valor histórico e simbólico.

Muitos edifícios de valor histórico que desapareceram ou se arruinaram chegaram a esse fim pela perda de função original. A continuidade de uso sempre foi um fator de preservação, mesmo em caso de utilizações diversas da função original. Segundo Aloísio Magalhães:

No caso dos monumentos de pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso inserir esse bem na vida da comunidade, É necessário que volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro porque assim é que ele vale e, segundo, porque é assim que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida. (MAGAHÃES, 1981)

Segundo Lyra (2016) são raros os registros que revelam concomitância entre a definição do uso e o equacionamento para a restauração dos monumentos. Compreendia-se a importância da utilização como instrumento para a preservação, mas de modo geral, realizava-se a restauração sem antes definir as modificações necessárias para atendimento aos futuros usuários, e quando a nova função já era previamente definida, muitas vezes não ocorria um programa de necessidades que orientasse a intervenção, acarretando assim em um novo abandono da edificação.

A readaptação, na maioria dos casos, é a condição para a sobrevivência dos edifícios, como ocorre com as obras cuja função original desapareceu, ou nas quais as características da arquitetura já não atendem mais as necessidades da população.

Ainda segundo Lyra (2016) a obsolescência conduz ao abandono, à degradação e à ruína. A maioria dos edifícios históricos que sobrevivem ao longo do tempo são resultado de uma adaptação de seu uso ao longo da história e da sociedade, onde novas necessidades significam novos programas, que por sua vez exigem novas soluções arquitetônicas. Aqueles que acabam por não acompanhar tais mudanças, são substituídos ou abandonados, fazendo com que sua história como parte da cidade seja encerrada.

Mesmo a readaptação sendo muitas vezes necessária para a sobrevivência do edifício, é necessário primeiro avaliar a pertinência da função pretendida para determinado monumento, ou seja, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e com o monumento em si. Lyra (2016) exemplifica esse cuidado citando que há famílias arquitetônicas de grande densidade simbólica e de intenção plástica, que determinam uma linha vocacional para esse edifícios como por exemplo a arquitetura de palácios e igrejas.

O conceito de que a edificação deve ter um uso que seja compartilhado pelas necessidades da sociedade já era abordado pela Carta de Atenas (1931) onde diz que “A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico”.

Já em 1964, a Carta de Veneza mantém o posicionamento sobre a importância do uso:

“Art. 5º A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes” (Carta de Veneza, 1961).

O reuso pode integrar a edificação histórica ao contexto moderno como também pode condená-lo à própria morte, desfigurando-o e retirando a essência da sua arquitetura. Lemos (1981) defende que o melhor para o edifício é manter o uso para o qual foi projetado, mas como as mudanças sociais tornam isso cada vez mais difícil, o autor afirma que o ideal seria determinar quais usos seriam mais compatíveis com o edifício e seu uso anterior.

Para Veloso (2007), é necessário “ouvir” o edifício, para poder executar as alterações e necessidades que o momento presente necessita, pois o edifício histórico possui conteúdo artístico, arquitetônico que são imparciais ao reconhecimento social, que acaba por ocorrer apenas quando o edifício já se encontra em condições extremas de má preservação. Dessa maneira, é necessário agir de modo prudente, embasado numa via deduzida de princípios éticos e científicos, defendidos nas formulações de Brandi (derivados das razões de se preservar), e não mais partir, de maneira empírica, unicamente do objeto, como ocorria no século XIX, por exemplo, em que se acreditava que a obra por si só daria todas as respostas, válidas atemporalmente (KÜHL, 2010).

Para Garcia (1992), as modificações nas edificações são justificáveis se o espaço adequar-se à vida humana no presente. O autor defende a ideia de estabelecer limites entre conservação e modificação através de graus de intervenções – inclusão, interseção ou exclusão; relações métricas, geométricas e de proporção; continuidade da imagem e reconhecimento de diferenças tipológicas.

Segundo Kühl (2012), muitos arquitetos consideram a preservação limitante, pois limita muito o uso da criatividade e inviável para as necessidades atuais. Quando na verdade, os preceitos que guiam as restaurações estão em sintonia justamente com as razões de preservar e a escolha da melhor técnica. (KÜHL, 2012)

Ainda segundo Kühl (2012), a restauração possui metodologia, princípios teóricos e procedimentos técnico-operacionais. A autora defende que as principais razões de se preservar hoje podem ser por meios: científicos – fonte de informação para as ciências naturais quanto humanidades; cultural – pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais e ético – pela preservação da história dos antepassados e conhecimento das

gerações futuras.

Os instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais da restauração – que são aplicáveis na prática – têm, pois, o objetivo de fazer com que os bens sejam usufruídos no presente e transmitidos ao futuro da melhor maneira possível – com pleno respeito pelos seus aspectos materiais, documentais e de conformação, pelas suas várias estratificações e pelas próprias marcas da passagem do tempo –, sem desnaturá-los nem falseá-los, de modo que possam, de fato, continuar a exercer seu papel primordial: ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Por isso, qualquer intervenção deve ser justificada do ponto de vista das razões por que se preserva (Kühl, 2010).

Para restaurar é preciso ter um estudo multidisciplinar posterior da obra ou do conjunto de obras, com análise dos aspectos materiais, documentais, formais, memoriais e simbólicos. Não podem ser baseados em gostos pessoais, mas sim em um juízo fundamentado e a partir dos referenciais expostos na Carta de Veneza e nos conceitos de Brandi. (Kühl, 2012)

Conhecer a história do edifício, compreender sua função original e reconhecer sua importância são fundamentais para preservar um edifício. É necessário demonstrar respeito pelas marcas do tempo que um monumento possui, só assim será possível fazer com que ele volte a exercer seu papel dentro da cidade. Contudo, para preservar fisicamente um monumento, a questão do uso é primordial.

4.3.2 Início da preservação do Patrimônio edificado

A associação de valor ao patrimônio edificado remota do início do século XV em Roma, quando se registraram as primeiras ações em defesa das construções de épocas passadas, cessando assim a retiradas de materiais nobres, das construções, que era utilizadas para reaproveitamento ou mesmo para a transformação em cal (CHOAY, 2001).

Ao longo do século XIX, os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação dos patrimônios nacionais, até então composto, essencialmente, de objetos de arte e edificações estreitamente relacionadas à concepção de monumento. Um dos primeiros países europeus a criar uma legislação específica nesse sentido (voltados para a proteção, guarda e conservação dos bens patrimoniais) foi a França que até o início do século XX, trabalhou apenas com recenseamentos e inventários, sem instrumentos legais que a rigor, garantissem a preservação dos edifícios selecionados (FIGUEIREDO, 2013).

Podemos observar que a partir do século XIX um pensamento mais estruturado sobre a proteção do patrimônio cultural começa a ser organizado. Mas somente no início do século XX que posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática.

Em momentos diversos, em diferentes cidades foram realizados encontros, seminários e congressos nos quais se discutiu o tema da preservação do patrimônio cultura. E os documentos finais desses encontros, as chamadas Cartas Patrimoniais, refletem as preocupações e conceitos vigentes no momento em que foram elaboradas (LYRA, 2016).

4.3.3 Restaurar e Preservar

Todo conhecimento em processo de formação provoca a crítica de seus conceitos, de seus procedimentos e de seus projetos. As disciplinas afins quanto à conservação e restauração dos monumentos históricos não fogem à regra (CHOAY, 2001). Para entender melhor os conceitos teóricos que permeiam o patrimônio histórico, é necessário analisarmos os teóricos do restauro e suas ideologias.

Segundo Choay (2001), os primeiros debates sobre restauração tiveram início no final do século XVIII, tendo esquematicamente duas principais doutrinas que se defrontam: uma intervencionista, defendida por Viollet-le-Duc; e a outra anti-intervencionista adotada por Ruskin.

Em ordem cronológica de publicação, analisamos primeiro John Ruskin (1849), defensor do anti-intervencionismo radical.

Para Ruskin a restauração de um monumento histórico é “a mais completa destruição que um edifício pode sofrer”, as marcas que o tempo imprimiu nas edificações, fazem parte de sua essência, e querer restaurar um objeto ou um edifício é atentar contra a autenticidade que construiu a sua própria essência. Para Ruskin, o destino de todo monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva, pois o que torna uma edificação digna é sua história e não sua beleza.

Em contraponto a Ruskin, Viollet-le-Duc defende que o monumento deve retornar a sua forma original, reconstituindo as partes desaparecidas dos edifícios, e ainda mais sua tipologia estilística. E para isso, Viollet-le-Duc propõe que seja feito um levantamento fiel dos monumentos e a utilização dos mesmos materiais sem distinção para afirmar a legitimidade da restauração do monumento.

Camilo Boito (1884) em sua obra denominada “Os Restauradores”, confronta essas duas doutrinas antagônicas e recolhe, em resumo, o melhor de cada em seus escritos. Com essa visão intermediária, Boito enfatiza a distinção precisa entre o significado de restaurar e conservar, que não são a mesma coisa. Chamando atenção que conservação periódica seria instrumento eficaz de preservação, e que a restauração só deveriam ser feitas quando necessárias. E que os complementos feitos a obra, quando necessários, deveriam demonstrar ser contemporânea diferenciando-se do material original. As intervenções deveriam conservar nos monumentos o seu velho aspecto artístico e pitoresco entendendo isso como respeito à materialidade do objeto.

Alois Riegl (1903) responsável pela obra “O Culto Moderno dos Monumentos”, primeiramente apresenta sua visão sobre o que são “monumentos”, pois em sua obra, ramifica este termo em “monumento histórico” e “monumento artístico”. Para Riegl, “monumento histórico” representa um conjunto de valores e limitações de uma determinada sociedade em uma determinada época. Encarado apenas em sua carga histórica é específico e imutável: transmite um conhecimento factual. Já o “monumento artístico” representa o estágio mais avançado das práticas sociais de determinada sociedade em uma determinada época. Pode ser encarado objetivamente, como artefato histórico, mas também de forma subjetiva, estimulando interpretações (ao contrário da dimensão factual/precisa do monumento histórico).

O autor faz uma análise estruturada pela oposição de duas categorias de valores, sendo a “de rememoração” que são ligados ao passado e se valem da memória e a “de contemporaneidade”, pertencem ao presente. Dentro dos valores de rememoração, Riegl descreve um novo valor, que surge na metade do século XIX e que chama de “ansiedade”, ou seja, “valor de antiguidade”. Esta diz à idade do monumento e às marcas que o tempo não para de lhe imprimir e tais marcas são possíveis através da conservação.

Cesare Brandi (1963) é outro teórico que em sua obra “Teoria da Restauração” defende que o objeto restaurado não volte no momento da criação, e sim que continue carregando as marcas do tempo, respeitando a temporalidade e a sua conformação original. Para Brandi “a reconstituição é diferente do acréscimo”, ou seja, deve-se manter o máximo do original, e, ao restabelecer a unidade potencial de uma obra, não se deve fazê-lo ao ponto de destruir sua autenticidade. As reintegrações deve ser visíveis, mas que tornem possível a leitura da obra como uma unidade.

Além dos teóricos, é relevante ressaltarmos a importância da Carta de Veneza para os princípios do restauro. As técnicas e as teorias dominantes a cada momento da

evolução do pensamento preservacionista, muitas vezes possibilitaram a descaracterização de prédios de valor histórico, ao permitirem certas adaptações de técnicas construtivas ou ao consentirem na modernização de instalações para a readequação dos espaços às demandas da vida moderna.

Os documentos gerados inicialmente, em geral, não têm maior grau de observância com a explicitação de detalhes para o restauro ou para outras intervenções nos monumentos de patrimônio histórico. Resultado do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1964, a Carta de Veneza é o documento que apresenta uma abordagem mais criteriosa sobre o restauro. A carta de Veneza descreve restauro como sendo:

“Art. 9º. A restauração é uma operação de caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por usrazões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (Carta de Veneza, 1964)

A Carta de Veneza ratifica e desenvolve conceitos da Carta de Atenas. Dezesesseis artigos compõem as resoluções deste encontro, que podem ser resumidos da seguinte maneira (BRAGA, 2003):

- O monumento é inseparável do meio onde se encontra. O entorno do monumento também deve ser mantido.

- A restauração é uma atividade interdisciplinar composta de: análise histórica crítica ou arqueológica da obra, contextualização museológica, avaliação técnica de materiais que atuem na nova situação.

- O programa atual da edificação deve adequar-se a sua estrutura sem alterá-la substancialmente, com uso de técnicas modernas que devem ser reconhecíveis.

- Conservar e revelar os valores estéticos e assim respeitar as contribuições de todas as épocas, não objetivando uma unidade estilística.

- Todo trabalho de reconstrução deve ser evitado, sendo recomendado somente a anastilose.

- A documentação dos trabalhos deve ser analítica, crítica e com fotografias. Tais relatórios devem também anteceder a restauração.

É importante ressaltarmos que antes seguir a abordagem de algum teórico, temos que considerar o monumento, pois cada edifício é único e deve ser analisado todas suas

características e particularidades. Podemos perceber que cada teórico têm sua importância e linha de pensamento. Observamos que existe uma dificuldade em conceituar o restauro, pois primeiro é necessário avaliar com justeza a necessidade ou a oportunidade da intervenção, localizá-la, em determinar sua natureza e importância (CHOAY, 2001).

4.3.4 Restauro no Brasil

No Brasil, foi apenas em 1936 que o então Ministro da Educação Gustavo Capanema reconheceu a necessidade de “preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas as obras de pintura” e assim solicitado a Mario de Andrade um projeto de Lei (nº 378 em 1937) para a constituição do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que teve sua aprovação a sancionamento, pelo então presidente Getúlio Vargas. Criando-se assim o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No contexto em que a restauração teve início no Brasil, a cultura oficial voltava-se para as teorias francesas, desde a concepção de bem cultural, passando pelo conceito de arte nacional, até as teorias de restauração. (LYRA, 2016).

Anteriormente à criação do SPHAN, houve tentativas anteriores de estabelecimento de leis principalmente estaduais, mas que não foram eficazes diante da inconstitucionalidade quando tratavam de propriedades particulares (BRAGA, 2003).

Ainda segundo Lyra (2016), foram identificados os primeiros bens a ser inscritos nos Livros do Tombo Como resultado desse levantamento, foram catalogados 235 bens localizados em diferentes estados do Brasil. Esse primeiro acervo protegido compunha-se de bens arquitetônicos incluindo conjuntos urbanos, igrejas e conventos, fortes, fortalezas, palácios e solares, além de marcos, aquedutos e chafarizes.

A questão da conservação e restauração dessas edificações no Brasil apresentou-se desde o primeiro momento como um desafio considerável, pois, como observa Françoise Choay:

Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer um prática específica e pessoas especializadas, os “arquitetos dos monumentos históricos” que o século XIX precisou inventar. (CHOAY, 2001)

Na falta de arquitetos restauradores no Brasil, Rodrigo Mello, até então diretor do SPHAN, buscou a assessoria de Lucio Costa, que dirigia a Escola Nacional de Belas

Artes. Lucio Costa então estruturou um documento guia para a elaboração de relatórios e modelos de avaliação preliminar da situação de um monumento, que são usados até hoje.

Para direção do SPHAN é escolhido Rodrigo de Mello Franco de Andrade, fica no cargo de 1937 a 1967. Este período é conhecido como a 'fase heróica'. Apesar do projeto de Mário de Andrade abordar diversos segmentos culturais, a ação do órgão neste momento concentrou-se nas necessidades mais imediatas que eram de: inventariar bens mais significativos da nossa cultura, socorrer com urgência alguns monumentos que encontravam-se em abandono e introduzir a normalidade constitucional com a figura do 'tombamento' (BRAGA, 2003).

Renato Soeiro é o segundo diretor do SPHAN, e permanece neste cargo de 1967 a 1979. O órgão passa a ser uma diretoria (DPHAN) e posteriormente a instituto (IPHAN). Em 1970 acontece o primeiro encontro nacional sobre Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, que resultou no Compromisso de Brasília que ressalta a necessidade de classificação de bens culturais de interesse nacional e regional (estados e municípios). Em 1976 são criadas diretorias regionais e a nova política de tombamento é voltada para conjuntos urbanos. A criação de cursos para formação profissional de conservadores e restauradores também data dessa época (BRAGA, 2003).

4.3.5 Hotel Tassi

Logo após a definição de Curitiba como capital do estado, uma das primeiras ações do novo governo foi o incentivo à migração de colonos de outros países. Italianos, poloneses, ucranianos, alemães, entre outros, povoaram a cidade a partir do ano de 1872; estes fizeram do Brasil sua nova pátria e da cidade sua nova moradia.

Logo, Curitiba se torna uma cidade de imigrantes, a qual continuaria a crescer impulsionada pela ligação ferroviária com o litoral, o que lhe garantiria uma sintonia permanente com as novidades dos grandes centros nacionais e internacionais. Este desenvolvimento incentivou a formação dos primeiros hotéis nas proximidades da Estação Ferroviária (TORRES, 2007).

Os hotéis de Curitiba, em particular o Hotel Tassi parte do objeto deste estudo, foram edificadas durante as transformações vivenciadas pela sociedade curitibana no final do século XIX e princípio do XX, período em que a cidade iniciou o processo de organização de seu espaço urbano construindo as bases para as demais ações modernizantes. A capital paranaense seguiu os padrões urbanísticos das grandes cidades

européias e, principalmente os modelos adotados pelas grandes capitais brasileiras.

Neste novo cenário, a antiga Rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), desempenhou um significativo papel, ao receber várias intervenções urbanísticas e sociais que deram forma a modernidade curitibana e marcaram o novo status e modo de vida da sociedade. A Rua da Liberdade tornou-se a porta de entrada da cidade, pois os recém chegados desembarcavam na Estação Ferroviária ali instalada desde 1885 e seguiam rumo aos seus destinos passando pelos principais hotéis, prédios administrativos e comerciais.

No espaço da antiga Rua da Liberdade onde, num tempo determinado, pulsou a efervescência da vida curitibana, num contínuo recriar de encontros e desencontros, proliferaram hotéis que desde a Estação Ferroviária até o cento da cidade, iam acomodando os cansados e empoeirados viajantes (TEIXEIRA, 1991).



Fotografia 11 - Fachada da antiga Estação Ferroviária de Curitiba, que atualmente acomoda o Shopping Estação e Museu Ferroviário. Foto: Arthur Wischrak. Fonte: Casa da Memória de Curitiba.

Os hotéis construídos em Curitiba se estendiam por toda a Rua da Liberdade e em seu entorno, em consequência do crescimento urbano da cidade, vivenciado logo após a inauguração da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885.



Fotografia 12 - Hotel Roma, Hotel Tassi e a Estação Ferroviária. Fonte: Cartão postal circulado na década de 1920. Acervo Leonardo Oba.

No mesmo período foi inaugurado na capital paranaense o Grande Hotel (Fotografia 13), para atender a exigente demanda em busca de acomodações mais confortáveis e próximas ao centro urbano. Além deste, outros estabelecimentos foram abertos ao longo da Rua da Liberdade como por exemplo, os Hotéis Roma, Tassi e Johnscher, sendo que cada um possuía as suas particularidades, embora apresentassem um objetivo comum: acolher aos viajantes.



Fotografia 13 - Grande Hotel na Rua XV com Rua da Liberdade em 1908. Fonte: Gazeta do Povo – 25/05/1997

Os hotéis deste período estão inseridos na história local e regional, sobretudo o Hotel Tassi, que compõem a lista de bens patrimoniais da capital paranaense, pois ainda se encontra, de certo modo, preservado, susceptível a ação do tempo, do espaço e do sentimento de ligação do cidadão curitibano para com o seu passado.

Recuperar a importância deste hotel como marco arquitetônico de permanências e continuidades na paisagem urbana da cidade é fundamental diante da constante reurbanização e reutilização de territórios, o que o torna um lugar de memória, definido como testemunho, resto de um outro tempo, importante instrumento por parar o tempo e bloquear o trabalho do esquecimento (NORA, 1984).

“Hoje, quando o velho casarão do Antigo Hotel Tassi, com seu destino ameaçado, espreita o silêncio da praça Eufrásio Correia, trazemos de volta sua história⁵.”

Angelo Tassi, imigrante italiano compra do padre Domingos Piacente, um terreno de esquina com as ruas da Liberdade (depois Barão do Rio Branco) e Sete de Setembro, de frente para o prédio da Estação Ferroviária e da futura Praça Eufrásio Correia. Ali construiu, sua casa e na frente abriu uma pequena venda.

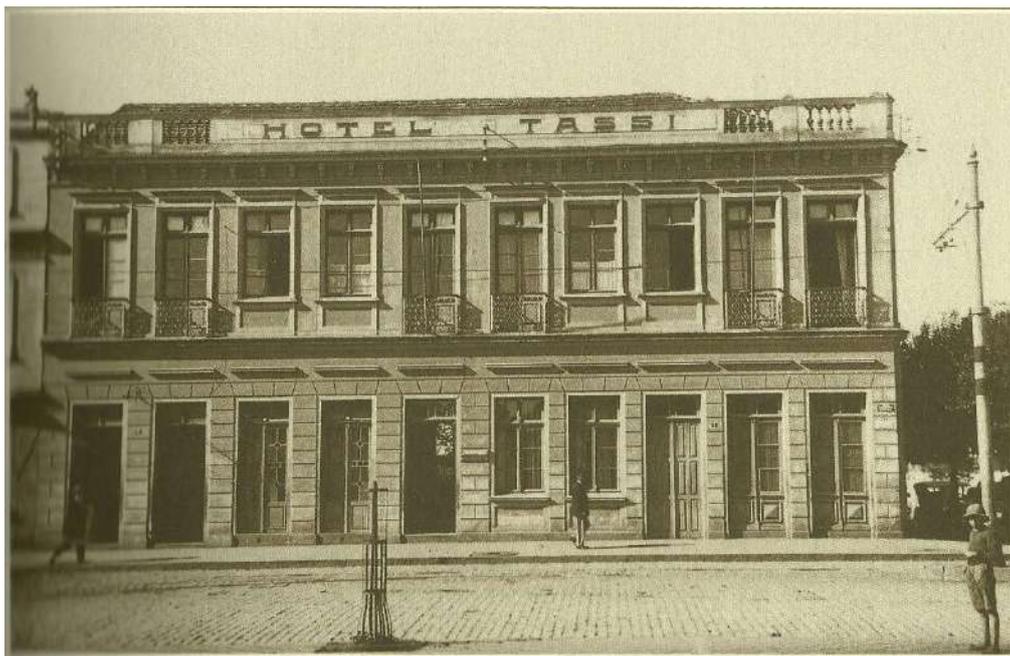
Passageiros que chegavam na estação e os carroceiros ali estacionados eram freqüentadores assíduos. Dos petiscos, passaram a fornecer comida. Algum tempo depois, alguns viajantes pedem “pouso”, e com isso o até então comércio, amplia suas instalações. O hotel abre em 1990 primeiramente com o nome de "Hotel Estrada de Ferro", mais tarde, sofreu duas reformas e ampliações, tomando então sua forma definitiva e passa a chamar-se Hotel Tassi.

⁵ Citação de Elisabete Tassi Teixeira no livro “Hotel Tassi: o antigo hotel da estação”.



**Fotografia 14 - Hotel Tassi em sua concepção inicial, denominado "Hotel Estrada de Ferro" (1902).
Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. Hotel Tassi.**

Uma das alterações foi realizada em 1910 (Fotografia 15), o imóvel passou a ter dois pavimentos, adquiriu características ecléticas, e exigiu o emprego de mais funcionários, para atender aos quartos, salões de refeições (café/jantar), hall, jardim de inverno e duas cozinhas. Entretanto, o hotel permaneceu com o nome Hotel Estrada de Ferro até o final da década de 1910, recebendo a nova denominação, Hotel Tassi, somente na década seguinte.



Fotografia 15 - Vista do Hotel, ainda com características da primeira reforma, mas já com a denominação de Hotel Tassi (1927). Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. Hotel Tassi.

O Hotel Tassi tornou-se um cartão de visitas da cidade, para os passageiros que ali desembarcavam da estação pousavam os olhos na Praça Eufrásio Corrêia e no conjunto arquitetônico que a rodeava, o Hotel Tassi representava não só a possibilidade de repouso, mas a certeza do acolhimento.



Fotografia 16 - Reforma definitiva do Hotel, com abertura da porta para o prospecto de propaganda (1935). Fonte: TEIXEIRA, Elisabete Tassi. Hotel Tassi.

Após a morte da matriarca da família Tassi e o enfraquecimento do movimento da

ferroviária, a Hotel é alugado em 1942 e, os novos donos mudaram o nome para Hotel Continental. Posteriormente, na década de 1960, a família decidiu vender o imóvel. No ano de 1972, a Estação Ferroviária foi desativada, resultante da progressiva substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário (IPPUC, 1985). Em seguida, a região da Estação passou a viver um momento de abandono com o fechamento de vários hotéis, inclusive o Continental em 1976. Desta forma as portas do antigo Tassi, endereço de importância de chegadas e partidas de vários viajantes que encontravam nos aposentos e na conversa dos donos o aconchego foi lacrada.

4.3.5.1 A Arquitetura

O Hotel Tassi é uma Edificação de esquina, de alvenaria de tijolo, que era cobertura de telhas francesas, sem recuo colocadas às divisas laterais, é o mais extenso dos sobrados que compõem o conjunto arquitetônico da face leste da Praça Eufrásio Correia. De arquitetura eclética, tendo nas cornijas em massa (Fotografia 17), nas aberturas guarnecidas por balaústres da platibanda (Fotografia 18) e nos ressaltos sobrepostos aos vãos seus principais adornos.



Fotografia 17 - Detalhe cornija e adornos. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.



Fotografia 18 - Detalhe balaustres. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.

O estilo eclético do Hotel pode ser notado pelo edifício caracterizar-se por uma fachada retangular, tendendo para o quadrado, dividida em três faixas horizontais: a de baixo, com tratamento inferior e mesmo pobre, e a de cima, nobre e mais ornamentada (no caso do Hotel compreende-se também sendo o anexo do edifício). A terceira faixa é a de coroamento, de que participam os rasgos de aproveitamento do sótão e as cimalhas superiores, com as platibandas. Nessas há preferência pela solução em balaustrada até o segundo pavimento.



LEGENDA	
	Tratamento inferior - ornamento mais pobre
	Tratamento superior - ornamento mais nobre
	Coroamento

Figura 20 - Esquema de tratamento da fachada. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

As composições nos sobrados ecléticos são sempre simétricas e reforçadas pelos balcões em ferro batido, priorizando a valorização dos vãos centrais dos sobrados. Sendo assim, o Tassi, caracteriza-se como eclético.



Figura 21 - Esquema da simetria das aberturas da edificação. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

Com relação ao seu projeto original, o edifício do Hotel Tassi era composto estruturalmente por paredes em alvenaria e algumas paredes em estuque no seu interior. Possui um pequeno porão que era usado para a armazenagem de alimentos e pertences da família.

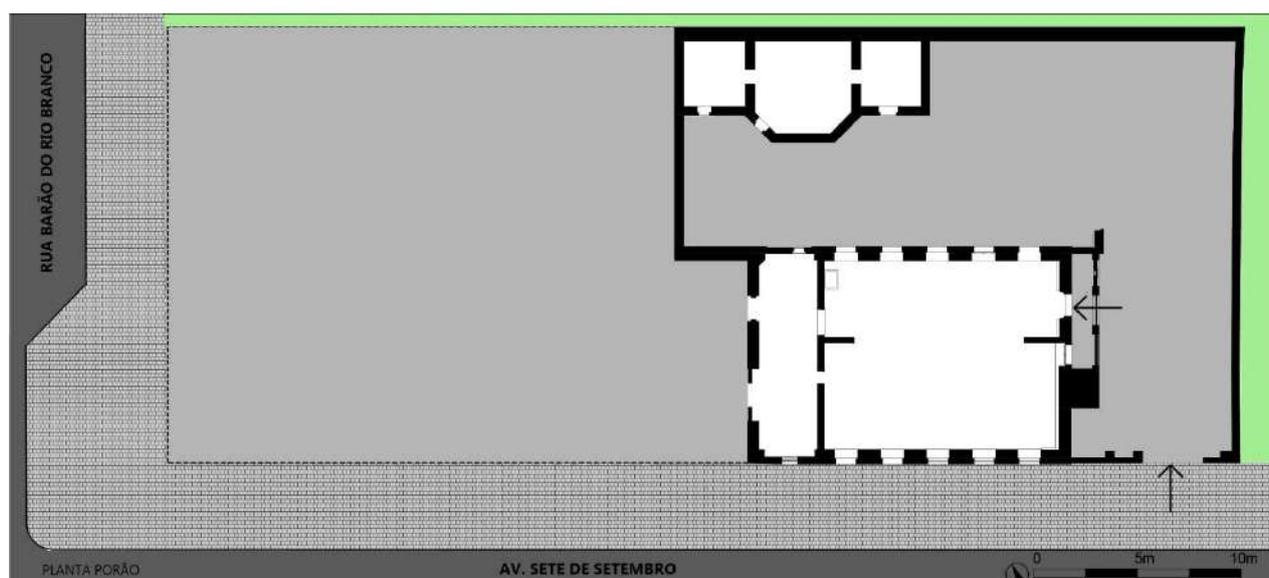


Figura 22 – Planta baixa porão Hotel Tassi. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

O primeiro pavimento do Hotel era onde todos os serviços e áreas comuns para os hóspedes eram concentradas. Neste pavimento encontrava-se cozinha, lavanderia, portaria, sala de jantar, jardim de inverno, além de um escritório utilizado para a administração do Hotel. Durante a pesquisa não foi possível levantar exatamente qual o uso de cada comôdo e a área exata que ocupava, mas foi possível observar a setorização. Com tudo, a área do hotel foi setorizada em área externa, semi-pública, privada e de serviços. Dessa maneira, podemos observar os acessos e como o fluxo do hotel funcionava.

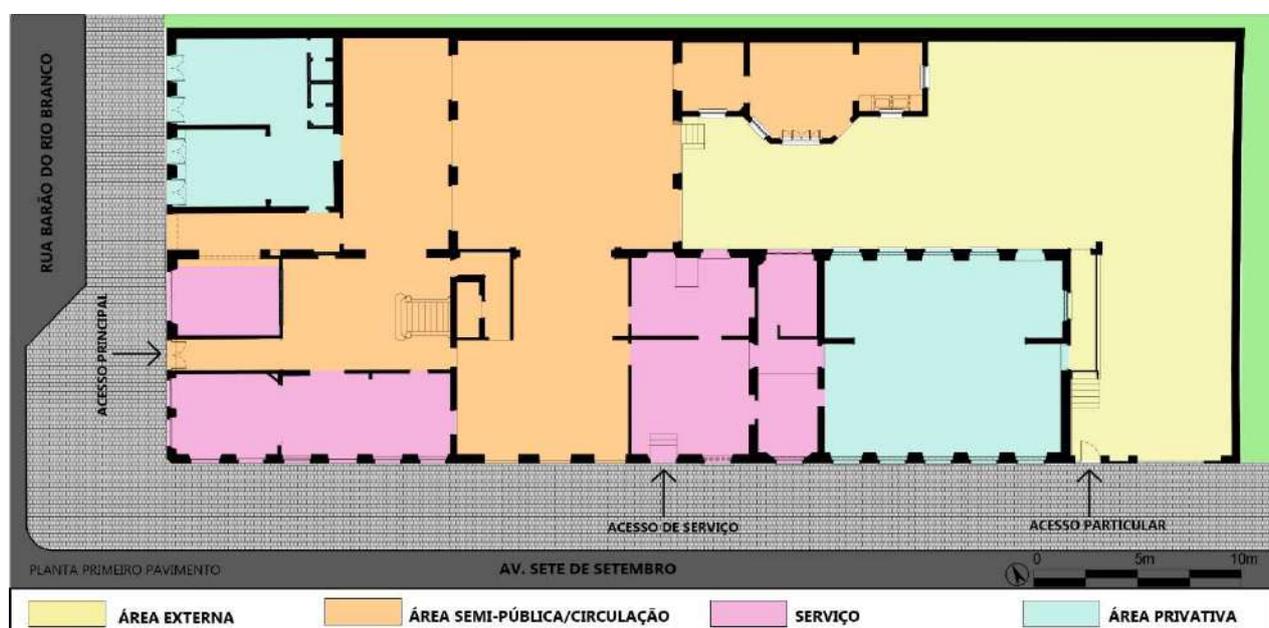


Figura 23 – Planta baixa e setorização primeiro pavimento. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

O segundo pavimento concentrava todos os dormitórios e os banheiros, que ficavam localizados no anexo do edifício.



Figura 24 – Planta baixa e setorização segundo pavimento. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

Já o terceiro pavimento era apenas destinado à casa dos proprietários, a residência englobava os três pavimentos, e seu acesso era independente para que os hóspedes não tivessem acesso.

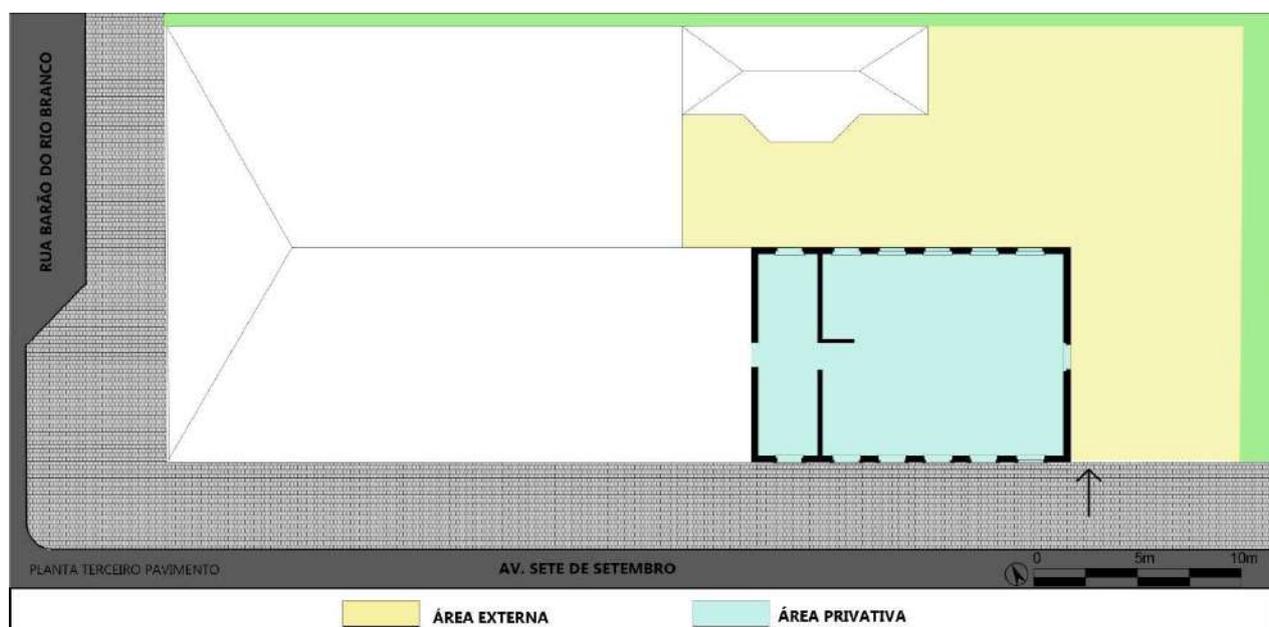


Figura 25 – Planta baixa e setorização do terceiro pavimento. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006. Auterado pela autora.

4.3.5.2 Situação atual

O Antigo Hotel Tassi permanece fechado desde os anos 60, e as ruínas do casarão sofreram um incêndio em 1990 que quase o destruiu o edifício totalmente. Faz muitos anos que tapumes e escoras sustentam as paredes, e é nesta situação que um edifício de importância para a cidade de Curitiba, espera pela sua restauração.

Segundo a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, foi apenas em julho de 1985 que o processo de tombamento do antigo Hotel Tassi se iniciou, mesmo com a não aceitação do tombamento pelos proprietários, estes que alegavam que o prédio estava em ruínas e com risco de desabamento, tal relutância por parte dos proprietários se dá devido ao alto custo para restaurar o edifício. Mesmo com a resistência dos proprietários, o imóvel foi tombado e, segundo Margarita Barreto (2000), o tombamento consiste na medida legal mais concreta para proteger o patrimônio, pois ao ser registrado no “Livro de Tombo”, o bem não pode ser modificado (externo\interno) e deve manter as suas características essenciais da data de tombamento, tanto externamente como no raio de 300 metros ao seu entorno.

O imóvel desde o seu tombamento pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, sofreu várias medidas de contenção ao deterioramento, e recebeu desde no início dos anos 2000 maiores intervenções pela Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte (SEEC), pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) e pelo IPPUC.

Em 2004 se iniciou o processo de restauro do edifício, que se encontrava mais degradado que na situação atual. Todas as aberturas do pavimento térreo foram vedadas com concreto para impedir a entrada de pessoas.



Fotografia 19 - Averturas vedadas (2004). Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.

Com o antigo Hotel é uma UIP, sua reforma e utilização têm que obedecer legislação rigorosa, o que desanima os atuais donos a fazerem investimentos, por isso 2006 o processo de recuperação do edifício cessou. Como medida emergencial nesta obra, foram colocadas escoras (Fotografia 20) para reforçar a estrutura das paredes no lado da Avenida Sete de Setembro.



Fotografia 20 - Escoras que sustentam a parede voltada para a Av. Sete de Setembro. Autoria: Fabio Ortolan. Fonte: Circulandocuritiba

A obra iniciada ainda retirou todas as vedações que não pertenciam ao edifício, e recebeu uma pintura nova.



Fotografia 21 - Faixada atual voltada para a Rua barão do Rio Branco (2018). Fonte: a autora.

O Hotel Tassi encontra-se ainda em fase elevada de degradação, sem cobertura e apenas com as fachadas inteiras, os pisos que restam são apenas os de ladrilho hidráulico no térreo (Fotografia 22), a escadaria de mármore (Fotografia 23) está parcialmente preservada e as paredes de estuque e de madeira que existiam, ruíram em sua maioria após o incêndio. Nas plantas baixas a seguir, é possível observar o que restou da estrutura original do Hotel.

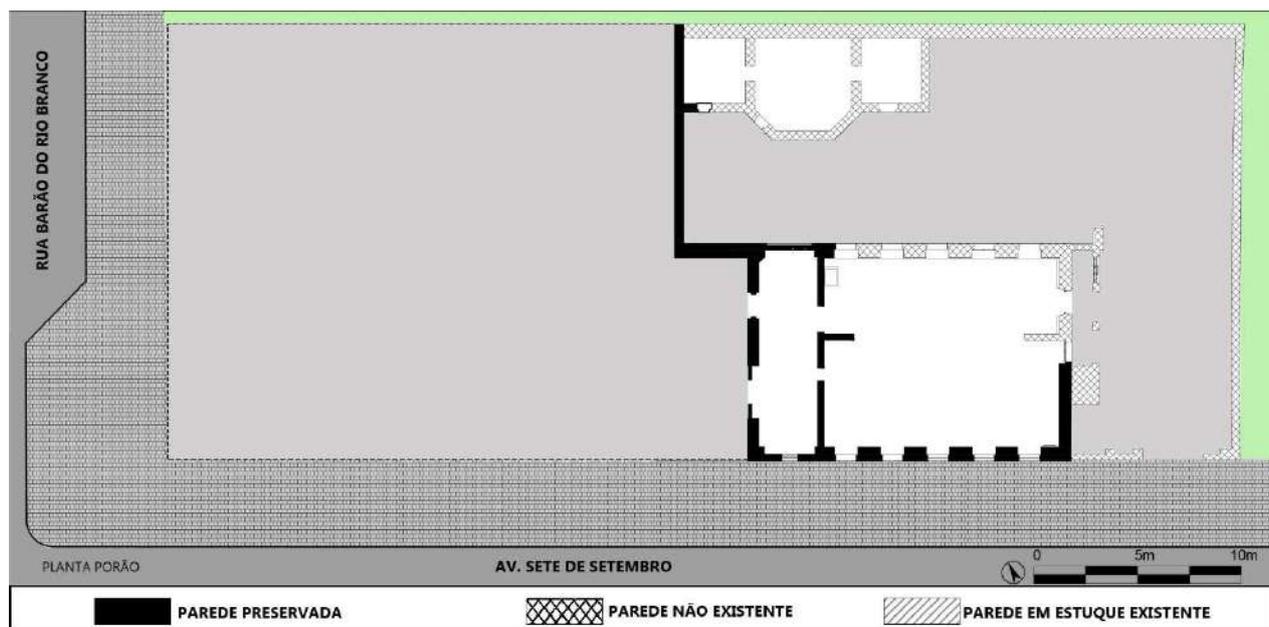


Figura 26 - Planta baixa situação atual ao porão. Fonte: a autora.

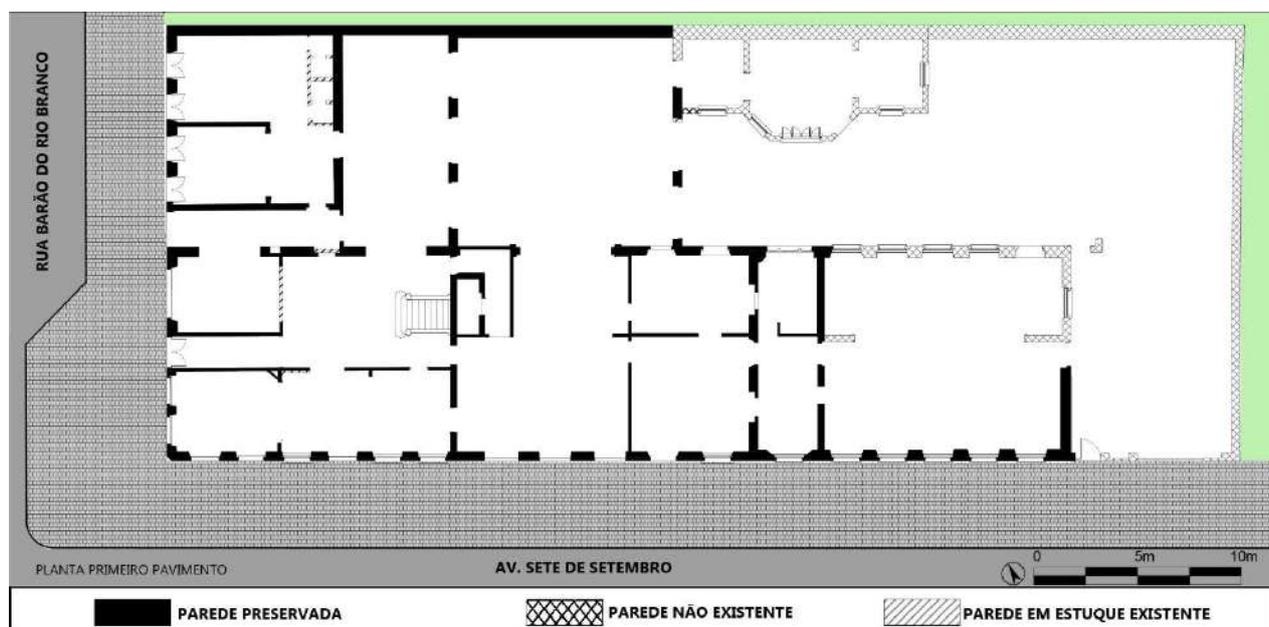


Figura 27 - Planta baixa situação atual do primeiro pavimento. Fonte: a autora.

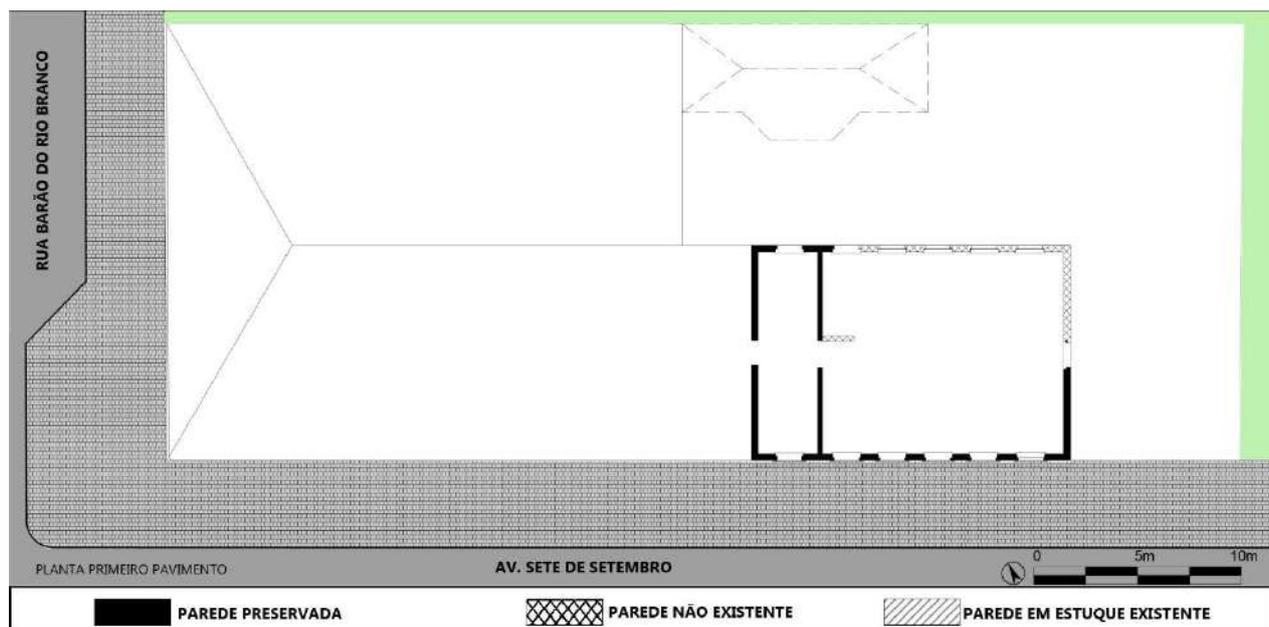


Figura 28 - Planta baixa situação atual do terceiro pavimento. Fonte: a autora.

A situação do hotel hoje é grave, encontra-se subutilizado em uma área nobre do centro da cidade de Curitiba. Seu processo de degradação é avançado e sem os devidos cuidados e ações, o tempo deve castigar mais ainda as ruínas do antigo Hotel, agravando sua deterioração. Só um uso traria novamente a devida importância que o Hotel representa para a história da cidade.



Fotografia 22 - Ladrilhos hidráulicos existentes. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.



Fotografia 23 - Escadaria em mármore existente. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.



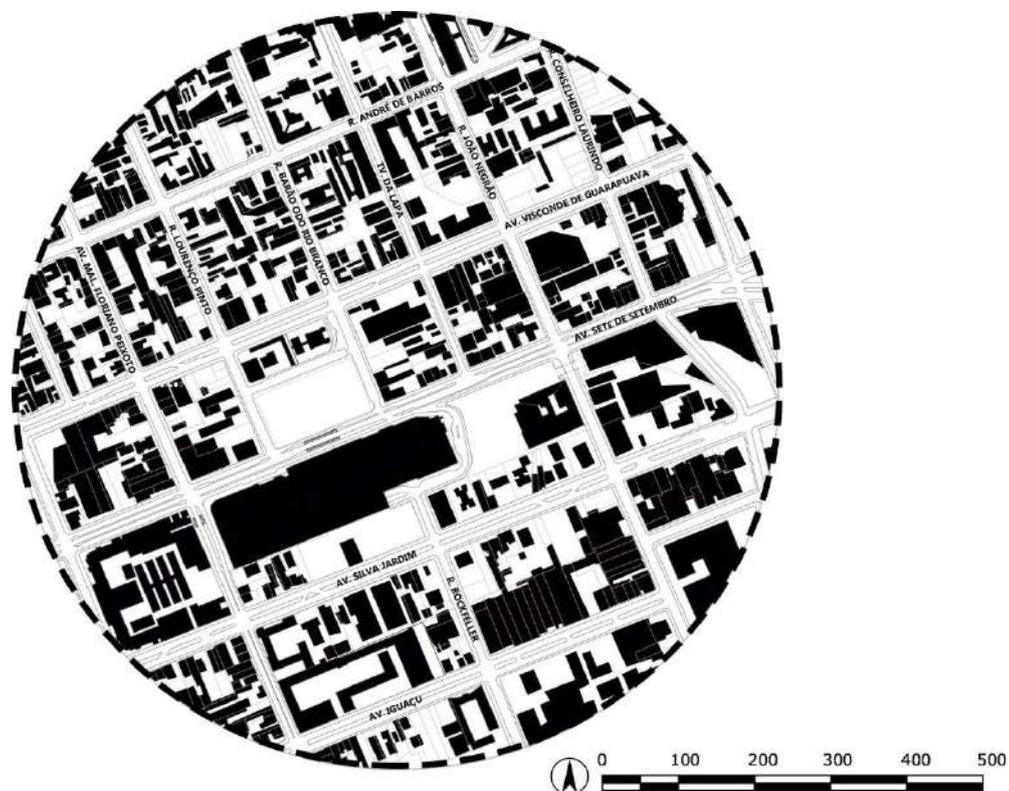
Fotografia 24 - Andar térreo (2006). Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.



Fotografia 25 - Antiga sala de jantar. Fonte: Acervo Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, 2006.

4.4 O ENTORNO

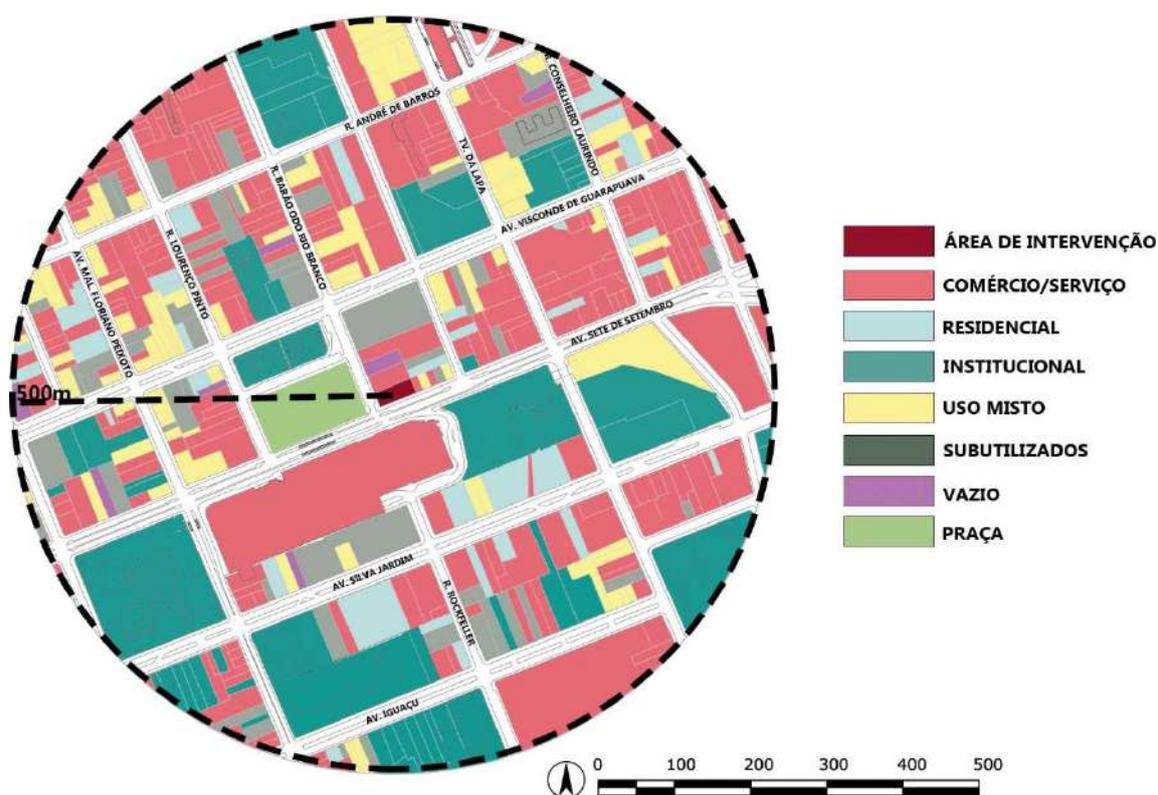
4.4.1 Cheios e Vazios



Mapa 1 - Mapa de cheios e vazios. Fonte: a autora.

Considerando as edificações, por se tratar de uma área central da cidade, há poucos terrenos vazios, e que em sua maioria são bem aproveitados. Com relação ao gabarito, a predominância é em sua maioria dois pavimentos. Algumas edificações apresentam um gabarito maior que vai de 5 a 20 pavimentos, mas esses sendo em menor quantidade. Na quadra da edificação da intervenção, a predominância é de construções de dois pavimentos que respeitam o gabarito das UIP ali presentes.

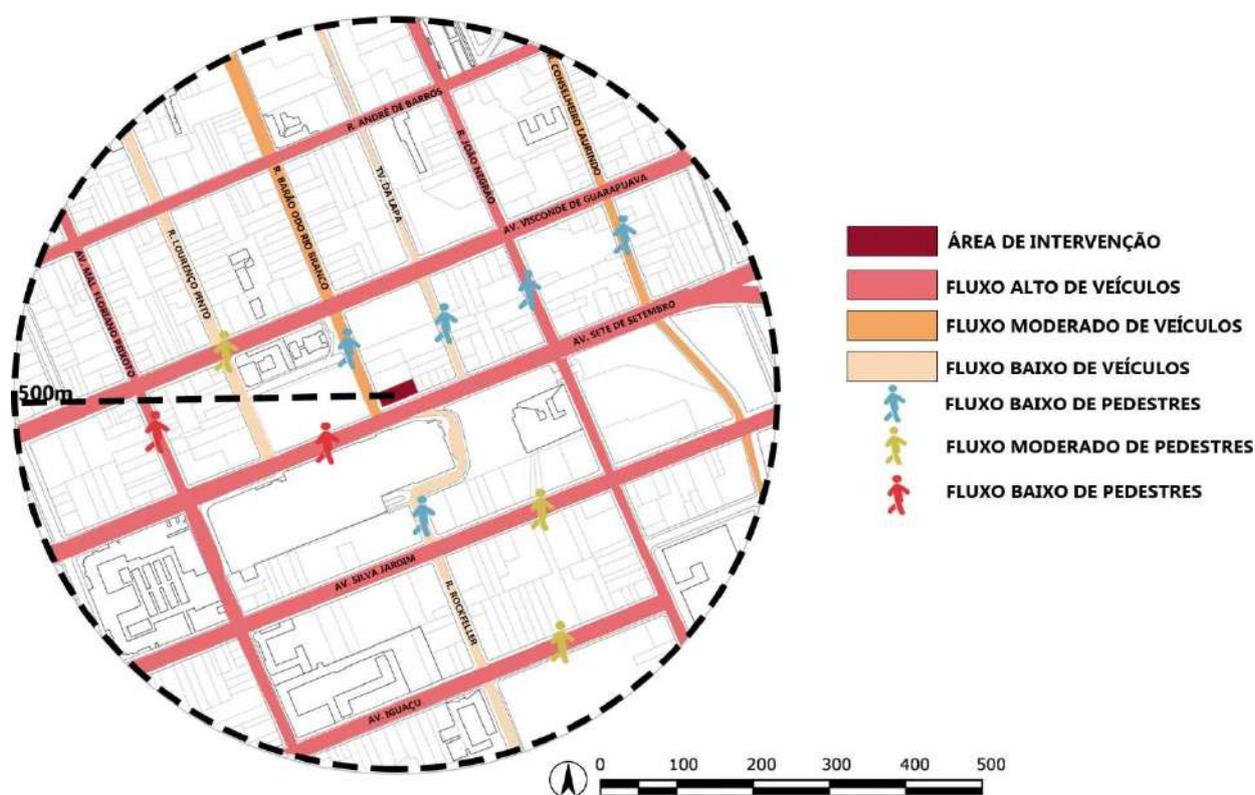
4.4.2 Uso do Solo



Mapa 2 - Mapa de usos. Fonte: a autora.

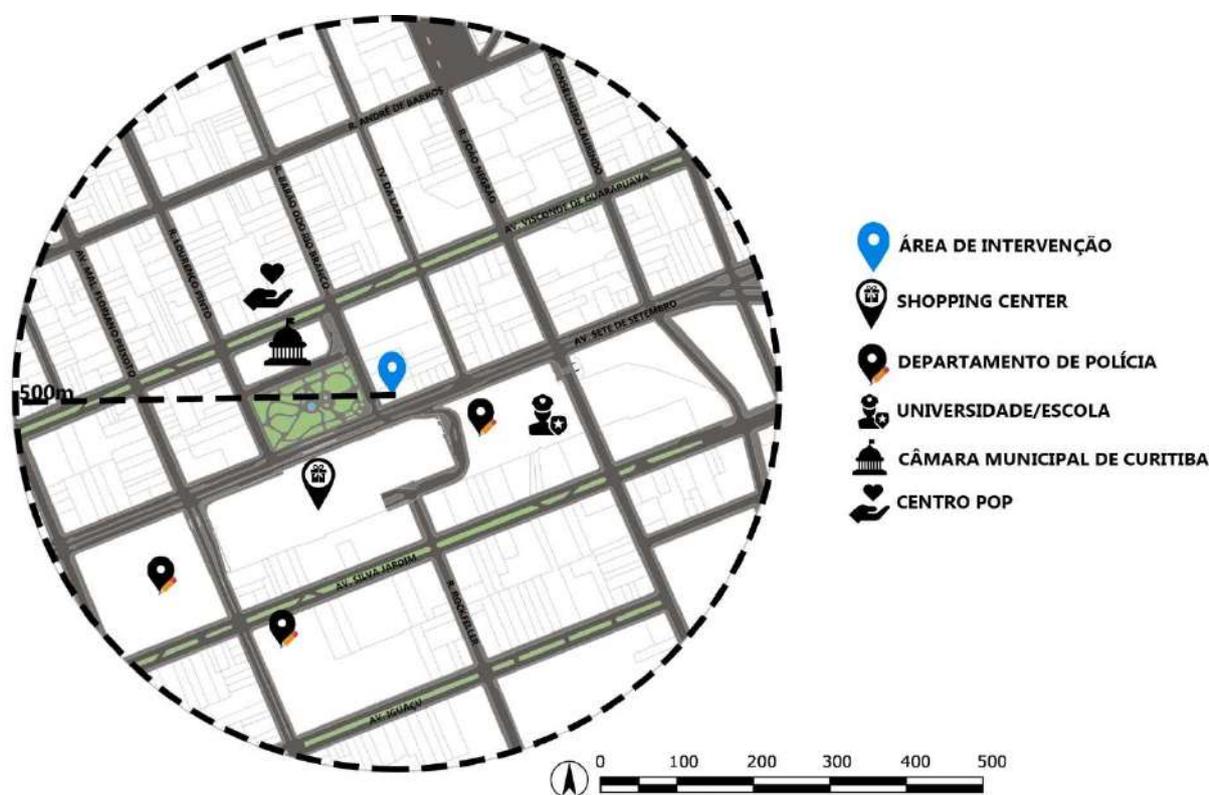
Num raio de 500 metros foram analisados os usos da região no entorno da edificação escolhida. Foi possível observar que esse é um local predominantemente comercial e de prestação de serviços, o uso institucional também é bastante presente, devido a instituições educacionais e serviços públicos. A região apresenta poucas edificações de uso exclusivo residencial, mas construções de uso misto, já são mais presentes na região. Outro ponto importante a ser ressaltado é a Praça Eufrásio Correia na frente da edificação da proposta, a praça também é um patrimônio tombado que merece a devida atenção. Atualmente a praça é alvo de várias discussões devido a presença constante de pessoas em situação de rua que ali dormem, usuários de entorpecentes, e furtos que acontecem na região.

4.4.3 Fluxos



A predominância por ruas com grande fluxo de veículos é persistente na região estudada. A Avenida Visconde de Guarapuava, Avenida Sete de Setembro, Avenida Silva Jardim e Avenida Iguaçu, são as vias que possuem um grande fluxo de carros, ainda na Avenida Sete de Setembro, encontra-se a via expressa dos ônibus biarticulados que fazem a conexão norte-sul e leste oeste da cidade de Curitiba. Por consequência, essas são as vias que também apresentam o maior fluxo de pedestres.

4.4.4 Pontos Notáveis



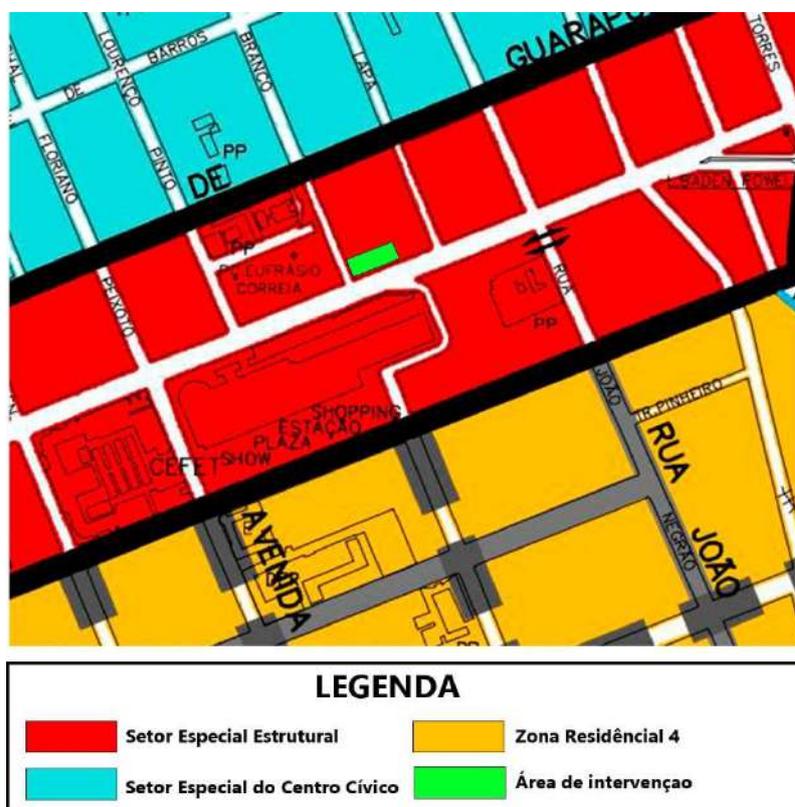
Levando em consideração a área de intervenção, foi considerado fazer uma mapa de pontos notáveis para principalmente mostrar a localização e a proximidade do Centro POP que realiza atendimentos diurnos à população em situação de rua.

4.4.5 Zoneamento

Em Curitiba, a preservação de prédios históricos baseia-se em um programa municipal, originário da década de 90, que transforma as construções relevantes para a memória da capital em Unidades de Interesse de Preservação (UIPs). O plano, no entanto, não é entendido da mesma forma que um tombamento. As diferenças estão no rigor menor que se tem nas fiscalizações de UIPs durante reformas, com a própria conservação dos edifícios e com pedidos de demolição e outras modificações nos imóveis.

Com relação ao zoneamento, o antigo Hotel Tassin encontra-se no SE - Setor Especial Estrutural/Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo, que visa preservar o patrimônio cultural edificado e o interesse em manter a uniformidade da paisagem

urbana deste sítio.



Mapa 5 - Mapa Zoneamento. Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba, editado pela autora.

Segundo o Quadro I do Decreto n° 186 que dispõe sobre o Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo, os seguintes parâmetros devem ser obedecidos na área de intervenção:

- Usos permitidos: Habitação Coletiva; Habitação Transitória 1 e 2; Casa de Estudante e Alojamento Estudantil; Comunitário 1⁶; Comunitário 2 - Lazer Cultura e Culto Religioso; Comércio e Serviço Vicinal; Comércio e Serviço de Bairro⁷; Comércio e Serviço Setorial⁸.
- Usos Tolerados: Habitação Unifamiliar.
- Usos Pemiáveis: Comunitário 2 e 3 – Ensino.
- Coeficiente de Aproveitamento: 3,6
- Taxa de Ocupação: Térreo 1° e 2° pavimentos = 100% Demais pav.= 50%
- Altura Máxima por Pavimento: Embasamento = 3 pav⁹; Bloco Vertical = altura livre

⁶ Com exceção de Ensino Maternal, Pré-Escola, Jardim de Infância e Escola de 1º grau.

⁷ Com exceção de Estacionamento Comercial, Barracharia, Comércio de Veículos e Acessórios em Geral, Oficinas Mecânica de Veículos em Geral.

⁸ Com exceção de Serv-Car, Serviço de Lavagem de Veículos, Super e Hipermercado.

⁹ A altura máxima do embasamento até o limite superior da platibanda, poderá chegar até 13,00m (treze

- Recuo Mínimo do Alinhamento Predial: Embasamento = Obrigatório alinhamento predial; Bloco Vertical = 15,00m.
- Afastamento das Divisas: Embasamento = Facultado; Bloco Vertical = 2,00m.¹⁰
- Taxa de Permeabilidade: -
- Lote Mínimo (Testada x Área): 11 x 330.

5 DIRETRIZES PROJETUAIS

A população atendida na Casa de Acolhimento será de pessoas em situação de rua de ambos os gêneros, sendo o antigo Hotel Tassi como local sugerido para abrigar essa população.

O objetivo principal deste projeto é dar apoio e uma habitação transitória que tenha atendimento 24hs por dia para as pessoas que a solicitarem, visando o objetivo maior de auxiliar no déficit existente hoje na área central de Curitiba, com relação a quantidade de vagas oferecidas para permanência e pernoite de pessoas em situação de rua. Além fazer uso de uma edificação que encontra-se subutilizada, promovendo assim a preservação de um patrimônio histórico importante para a cidade de Curitiba.

Com base nos conceito teóricos de restauro, a questão do uso e a análise do entorno, pelo local se tratar de um patrimônio histórico, as diretrizes serão estabelecidas visando a máxima conservação, sempre objetivando a não descaracterizar da edificação. Para isso, será necessário aplicar os conceitos teóricos apresentados ao longo deste trabalho como os conceitos de mínima intervenção, respeitando o histórico do local, destacando a distinguibilidade, a reversibilidade e a mínima intervenção.

Para que um projeto de restauro ocorra sem que haja a descaracterização do edifício histórico, as três fases para uma intervenção de restauro aconteça, devem ser seguidas, sendo elas: o levantamento, ou seja, a identificação e conhecimento do bem, a pesquisa histórica, levantamento físico, análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo; o diagnóstico, onde será levantada as deficiências e potencialidades do local através de mapeamento de danos e análises do estado de conservação; e por fim a proposta de intervenção, que deve levar em conta as duas fases anteriores para

metros) medida a partir do nível médio da calçada, tomada junto ao alinhamento predial. Quando houver Unidade de Interesse de Preservação – UIP com dois ou mais pavimentos no próprio lote ou lote confrontante, a altura da edificação não poderá exceder a altura da UIP do lote ou, quando for o caso da UIP de menor altura.

¹⁰ Para terrenos com até 15,00m de testada o afastamento das divisas do bloco vertical será facultado.

obter resultados satisfatórios.

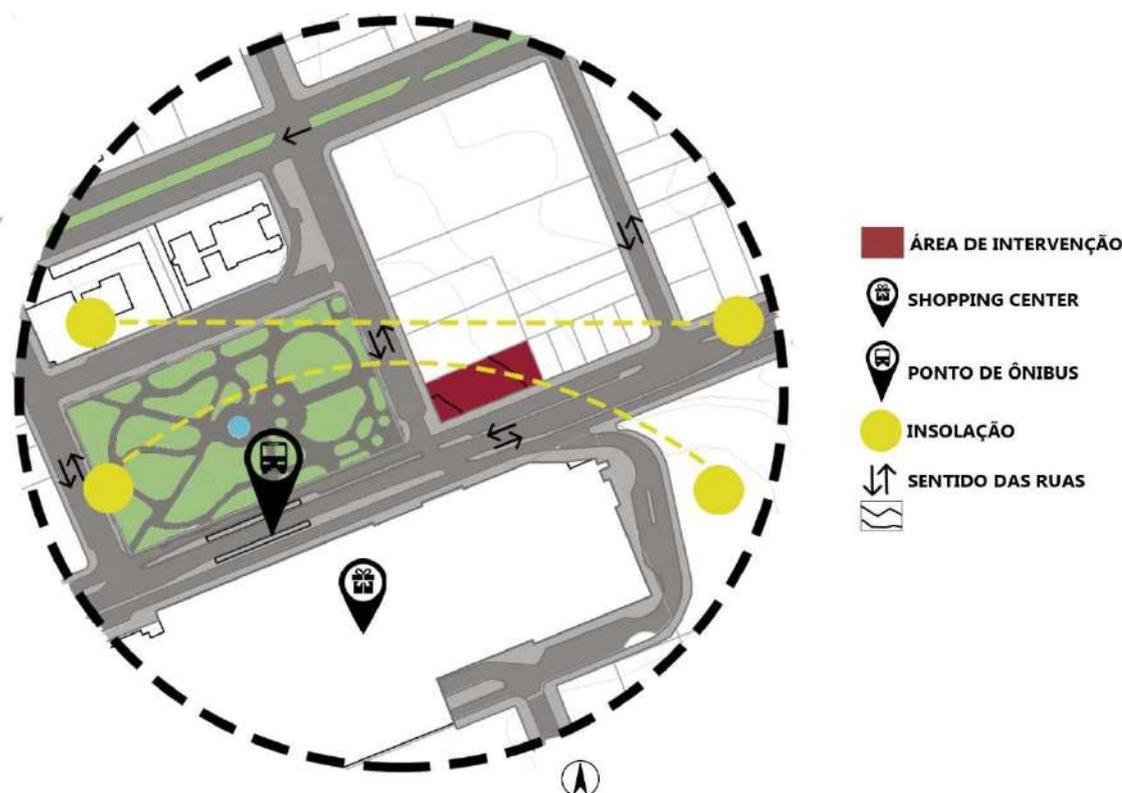
Além disso, o projeto levará em consideração os preceitos Brandianos de reversibilidade, não alterando a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e respeitosamente em relação ao preexistente, para não impedir intervenções futuras as quais se façam necessárias; a distinguibilidade, evidenciando o tempo de suas intervenções, documentando-se a si próprias; e a mínima intervenção, que se deve provar a necessidade das intervenções (pelo processo crítico), e a restauração não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada. Deve-se ainda levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação de técnicas compatíveis, que não sejam nocivas ao bem e cuja eficácia seja comprovada.

Para se executar o projeto para a Casa de Acolhimento, levando em consideração os princípios Brandianos, primeiramente será analisada a situação atual e o estado de conservação da edificação através do levantamento de patologias realizada e encontrada no Apêndice deste estudo, assim, elegendo o que permaneceria na proposta do projeto, buscando adequar o programa à edificação.

Com relação a setorização dos usos que seriam realizadas no edifício, pretende-se seguir um raciocínio parecido com o uso original do Hotel Tassi, onde todos a área de serviços, comunitária e administração encontrava-se no pavimento térreo e quartos no pavimento superior.

A Casa de Acolhimento deverá ter espaços para atendimento individual visando a privacidade e o conforto do usuário. Serão propostos espaços de convivência para o lazer, espaços privativos, e locais para guardar pertences e para assistencial social e psicológica. Um local para que os animais possam permanecer também se mostrou necessário ao longo de conversas com pessoas em situação de rua, pois segundo elas, o animal faz parte de sua família e necessita do mesmo cuidado.

Além disso, os ambientes deverão ter iluminação e ventilação adequadas e a edificação deverá obedecer aos critérios dispostos na NBR 9050 de acessibilidade em edifícios. Por estar localizado em uma edificação histórica, o tratamento das patologias no edifício também devem ser considerados no projeto, assim como as condicionantes do terreno.



Mapa 6 - Mapa de condicionantes do terreno. Fonte: a autora

5.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para elaborar um programa de necessidades adequado para atender um determinado público, é necessário primeiramente entender seu perfil e suas necessidades.

Seguindo recomendações do MSD para um abrigo institucional, a casa atenderia no máximo 50 pessoas de ambos o sexos e 4 pessoas por quarto. Esses indivíduos podem permanecer ali por até um ano. O Centro de Acolhimento tende a ser gerido, pelo órgão público responsável, no caso de Curitiba, a FAS. Esse trabalho propõe um parceria público-privada para a funcionamento da casa, onde toda a parte estrutural e projetual seria coordenada por um órgão privado e a gestão da casa seria realizada pela FAS, assim como nas demais Casas da Acolhida em Curitiba.

O programa, então, foi pensado a fim de propor um atendimento digno aos seus usuários, para que eles possam se restabelecer na sociedade. Portanto, o projeto dividiu-se em quatro setores maiores: Acolhimento, administração, serviços e comunitário.

Tabela 5 - Setores e dimensionamento de áreas. Fonte: a autora.

SETOR DE ACOLHIMENTO	Quartos Femininos (2x)	80m ²
	Quatos Masculinos (10x)	550m ²
	Banheiros	25m ²
	TOTAL	655m²
SETOR ADMINISTRATIVO	Recepção	10m ²
	Administração	10m ²
	Sala Funcionários	20m ²
	Banheiros	15m ²
	Escritório	10m ²
TOTAL	65m²	
SETOR COMUNITÁRIO	Refeitório	
	Salas comunitárias	100m ²
	Banheiros	15m ²
	Sala de assistência	10m ²
	Jardim interno	10m ²
	Sala de informática	50m ²
TOTAL	185m²	
SETOR DE SERVIÇOS	Cozinha	50m ²
	Depósito	20m ²
	DML	10m ²
	Guarda-Volumes	20m ²
	Guarda-roupa	20m ²
	Rouparia	15m ²
	Lavanderia comunitária	20m ²
	Área Pet	20m ²
	Depósito de lixo	5m ²
	Carga e Descarga	50m ²
	TOTAL	250m²
ÁREA TOTAL		1.555m²

Analisando os setores através de suas proporções em um gráfico. O setor administrativo é o menor devido ao controle central realizado pela FAS.

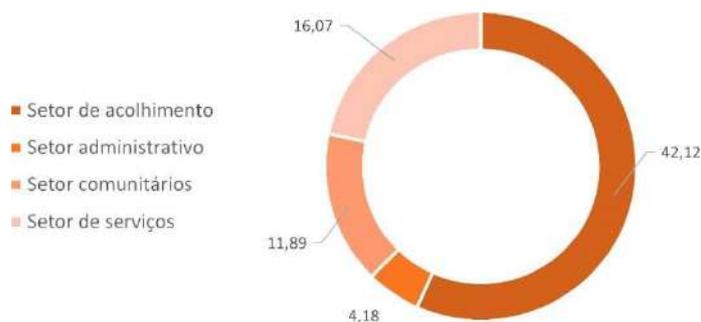


Gráfico 23 - Áreas dos setores. Fonte: a autora.

Abaixo, fluxograma e organograma, propondo os ambientes, suas conexões, e fluxos, divididos por setores:

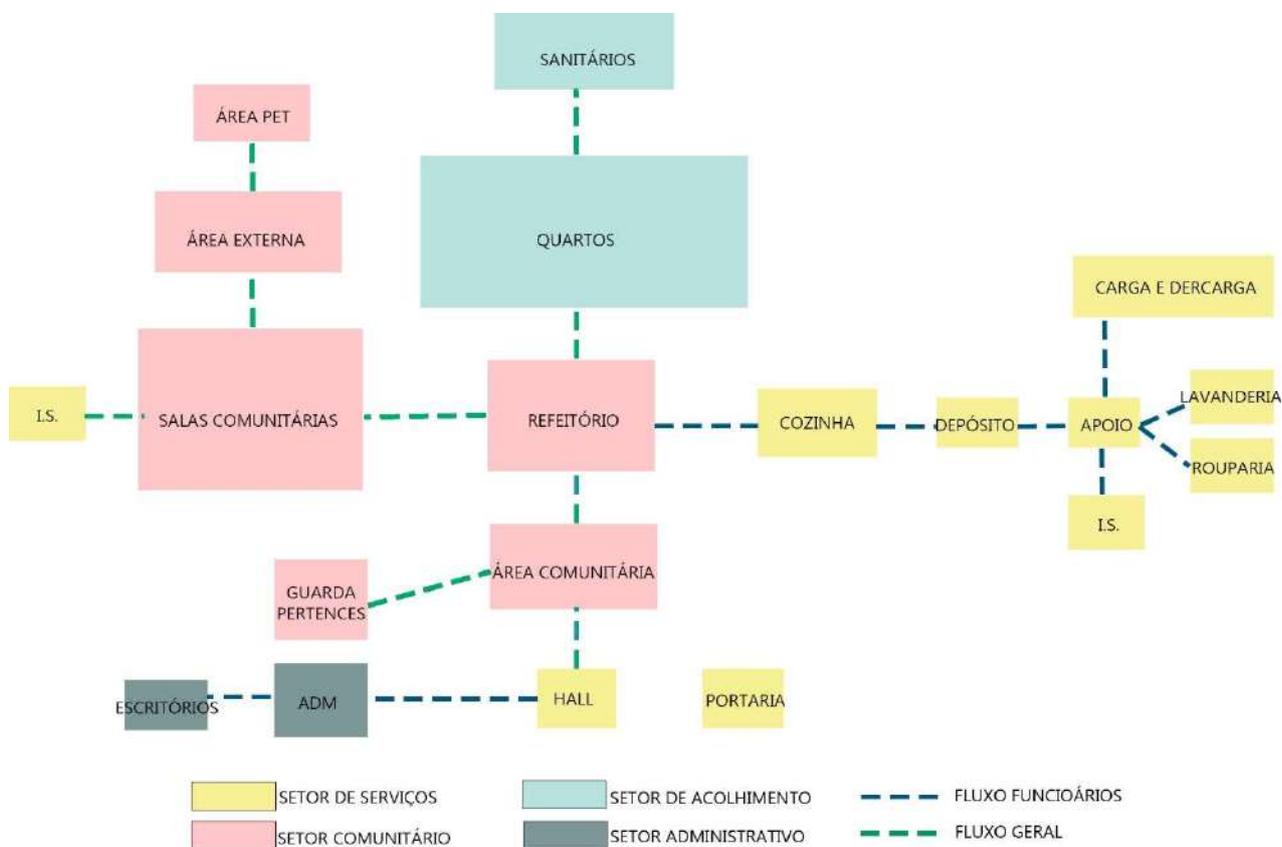


Figura 29 - Organograma e fluxograma. Fonte: elaborado pela autora.

6 PROPOSTA

A base desta pesquisa que teve como assunto central o reuso do antigo Hotel Tassi como uma habitação transitória de tempo integral para pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba. Para iniciar a proposta inicialmente foi desenvolvido todo o levantamento arquitetônico e de patologias das ruínas existentes do edifício, a partir deste levantamento, foi possível identificar os elementos originais ainda existentes da edificação, assim como partes faltantes, assim como as partes que poderiam ser restauradas.

Após a realização das condições do edifício foi necessário pesquisar sobre a população alvo do projeto, entendendo sobre as suas necessidades e como ocorre o funcionamento de uma casa de apoio, a partir desta análise, que vão de encontro ao tema proposto, foi desenvolvido o conceito, programa de necessidade, intervenções

a serem feitas na edificação existe além das diretrizes projetuais apresentadas no capítulo anterior.

O projeto busca trazer um novo uso para uma edificação histórica, no centro da cidade de Curitiba, que hoje se encontra abandonada, com objetivo de oferecer atendimento 24hs para pessoas que se encontram em situação de rua. O projeto buscou integrar novamente o edifício com o centro da cidade e com as pessoas que ali circulam. Para atender melhor os usuários, suas necessidades foram estudadas, e o programa montado conforme o espaço da edificação. Em seu programa, estão contempladas áreas comunitárias, refeitórios, dormitórios femininos e masculinos, local para lazer e uma área destinada à história do Hotel Tassi.

Quanto a materialidade, optou-se por manter as fachadas originais do edifício, e recompor partes que eram faltantes ou estavam degradadas. Foi proposto também que as esquadrias originais sejam recompostas e a haja o restauro da escada e dos ladrilhos hidráulicos ainda existentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada pôde apurar a necessidade por um Centro de Acolhimento de período integral na região central de Curitiba, devido a falta de vagas comparando com a demanda existente. No estudo apresentado, foi possível constatar que reutilizar edificações de interesse histórico como habitações transitórias, pode ser benéfico tanto para a população, como para o edifício em si.

Através da exposição da questão do uso dessas edificações, concluímos que se feito um bom uso, a edificação tende a ser preservada e cuidada, trazendo assim, novamente sua importância para a cidade. A pesquisa realizada trouxe reconhecimento da importância da área proposta e estabelecimento de critérios de intervenção que serão definidos a partir dos conceitos Brandianos e pelo projeto arquitetônico da próxima fase deste Trabalho.

Com relação ao estudo da população alvo deste estudo, foi possível através da análise do perfil, e conversas informais, averiguar quais são as necessidades dessa população e os motivos delas não utilizarem as casas da acolhida para pernoitar. Analisando os serviços oferecidos pela Prefeitura de Curitiba à essa população, esses motivos ficaram mais claros, pois grande parte dos abrigos que oferecem pernoite e/ou serviços de tempo integral, se encontram em bairros afastados do centro da cidade, onde se encontra o maior percentual de pessoas em situação de rua.

Acredito que a não autorização para documentar a situação da infraestrutura da casa de apoio visitada, prejudicou em parte a compreensão do leitor nesse quesito.

A bibliografia estudada foi suficiente quanto aos temas de restauro, e da população, porém, o tema específico de reuso de edificações históricas visando moradias transitórias, é uma questão que não possui muitos estudos, sendo difícil até mesmo para achar estudos de caso bem sucedidos que tivessem o mesmo uso.

Os conceitos, dados e diretrizes obtidas nesta monografia, serão aplicados no Trabalho de Conclusão de curso 2, onde será feita a proposta de um projeto de Reuso do antigo Hotel Tassi, criando uma Casa de Acolhimento de período integral para pessoas em situação de rua.

8 REFERÊNCIAS

- BALEN, A.D.J. Van. **Disciplina e Controle da Sociedade**. Cortez. São Paulo.1983.
- BARRETO, Margarida. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p.14
- BASTOS, C.M. et al. **Pastoral do povo de rua: vida e missão**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BBC Brasil. Portal Online. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/geral-39453230>> Acesso em: 17 abr. 2018
- BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudo de Sociologia do Desvio**. Zahar. Rio de Janeiro, 2008.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. A população em situação de rua: seminário sobre políticas públicas**.In:Fórum de população em situação de rua de Belo Horizonte, 1, Belo Horizonte: SEGRAC, 1998.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Tradução Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- BORDE, Andréa de Lacersa Pessôa. **Vazios Urbanos: perspectivas contemporâneas**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2006/926737_6.PDF>. Acessado em: 09 mai. 2018.
- BRAGA, Marcia. **Conservação e Restauro: Arquitetura Brasileira**. Rio de Janeiro: ed. Universidade Estácio de Sá, 2003. Disponível em: <http://marciabraga.arq.br/site/images/stories/pdf/MarciaBraga_arq_bras.pdf>. Acessado em 07 mai. 2018
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANONICO, R. P. et al. **Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo**. São Paulo: Rev. Esc.Enferm. USP, São Paulo, v. 41, Edição especial, 2007, p. 799-803. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500010>. Acesso em: 18 abr. 18

CAPANEMA, Gustavo. **Rodrigo, espelho de critério**. In: ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *A lição de Rodrigo*. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969. p. 41.

CARNEIRO JUNIOR, N. et al. **Organização de práticas de saúde equânimes em atenção primária em região metropolitana no contexto dos processos de inclusão e exclusão social**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.15, n. 3, set. /dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 abr. 18

CARNEIRO JUNIOR, N.; JESUS, C. H.; CREVELIM, M. A. **A Estratégia Saúde da Família para a equidade de acesso dirigida à população em situação de rua em grandes centros urbanos**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.19, n. 3, p.709-716, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902010000300021&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 17 abr. 18

CARTA DE ATENAS, 1931.

CARTA DE VENEZA, 1964.

CASALINHO, Carlos Alberto. **Pessoas em situação de rua: linguagem, identidade e exclusão**. Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 2013

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre a pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. UnB, 2011.

Cinemateca Brasileira. Dupré Arquitetura. Disponível em: <<http://www.duprearquitetura.com.br/cinemateca.htm>>. Acesso em: 17 mai. 18.

CLEMENTE, Juliana Carvalho. **Vazios Urbanos e Imóveis Subutilizados no Centro Histórico Tombado da Cidade de João Pessoa**. UFP, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5476/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 05 mai 2018.

Coalition For the Homeless. Disponível em: <<http://www.coalitionforthehomeless.org/the-catastrophe-of-homelessness/facts-about-homelessness/>> Acesso em: 17 abr 2018.

COOPER, B. **Shadow People: the reality of homeless in the 90's**. Sydney City

Mission: Sydney, 1995.

COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Processo de Impugnação do tombamento do imóvel sito Rua Barão do Rio Branco**, 805. Curitiba, 23 maio de 1985.

CPC/SEEC/IPPUC. Projeto de restauração do imóvel tombado pelo patrimônio histórico, sobrado sito à Rua Barão do Rio Branco 823. Curitiba, set., 2006.

DE LUCCA, D. **A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 241f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/pt-br.php>>. Acesso em: 10 abr 2018.

DONZELOT, Jacques. **A Política das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUDEQUE. Irã T. **Espirais de Madeira. Uma história da arquitetura de Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

_____, **FAS realiza pesquisa sobre população em situação de rua de Curitiba**. Fundação Social de Ação Social, 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>>. Acesso em: 10 de Abr. de 2018.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões**. UFSM, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/8739>>. Acesso em: 04 de Abr. de 2018.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: Uma questão social?**. São Paulo: PUC-SP, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IPPUC. **O Sítio da Praça Eufrásio Correia**. Curitiba: junho, 1985, p.2

KAKITA, Y. **Homeless People in Japan: Characteristics, Processes and Policy Responses**. The Annuals of Sociological Association, Osaka City University, Nº.5, 2004.

KERSTEN, Márcia S. de A., **Os rituais do Tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná Entre 1938-1990**. Tese de Doutorado. UFPR, 1998. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27014/T%20-%20KERSTEN,%20MARCIA%20SCHOLZ%20DE%20ANDRADE.pdf?sequence=1>>. Acessado em 10 mai 2018.

KÜHL, Beatriz M. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto**. Universidade São Judas Tadeu, 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf>. Acesso em 09 mai. 2018.

KÜHL, Beatriz M. **Restauração Hoje: Método, Projeto e Criatividade**. Notas de aula. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/auh0412/Auh412_2015-notasdeaulabkuhl.pdf> Acesso em 09 mai. 2018.

KÜHL, Beatriz M. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência**. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2012.

LA CASA / StudioTwentySevenArchitecture + Leo A Daly JV. ArchDaily Brasil. 06 Nov 2015. (Trad. Delaqua, Victor) Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/776661/la-casa-studiotwentysevenarchitecture-plus-leo-a-daly-jv>> ISSN 0719-8906> Acesso em: 17 mai. 2018.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LICHOVESKI, Talita Roberta Pompeu. **Hotel Tassi: local de passagem em uma cidade em pleno vapor, Curitiba fins do século XIX e início do XX**. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014

LÓPEZ GARCIA, Mercedes. **El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar**. In FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coords.) Arqueología Industrial. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales. Gijón: Nova Época, 1992.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro, 1977. p. 189

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Abril, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Ministério Da Saúde. Manual sobre o cuidado à saúde junto a População em Situação de Rua. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2012. Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf> Acesso em: 26 abr. 2018

Nelson Dupré: Cinemateca Brasileira, SP. Arcoweb. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/nelson-dupre-centro-cultural-17-03-2009>>. Acesso em 17 mai. 2018.

NEXO. Em oito pontos, o perfil dos moradores de rua de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/04/25/Em-oito-pontos-o-perfil-dos-moradores-de-rua-de-S%C3%A3o-Paulo>>. Acesso em 10 mai 2018.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, dez. 1993, p. 20-22. In: Lês Lieux de mémoire. I La Republique, Paris, Gallimard, 1984

Paulo Mendes da Rocha e Eduardo Colonelli: Capela, Recife. Arcoweb. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-e-eduardo-colonelli-capela-recife-31-07-2007>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de rua de Brasília. Brasília: UnB, 2008a. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1542/1/Dissertacao_Camila_Potyara_Pereira.pdf> Acesso em: 06 abr 2018.

PAUGAM, Serge. Fragilização e Ruptura dos Vínculos Sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 60, p. 41-59, jul. 1999.:

PORTAL G1. Cresce o número de moradores de rua em São Paulo e no Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em 10 mai 2018.

PORTAL G1. População de rua cresce em Belo Horizonte e atinge número de 4,5 mil moradores. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/populacao-de-rua-cresce-em-belo-horizonte-e-atinge-numero-de-45-mil-moradores.ghtml>>. Acesso em: 11 mai 2018.

Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC/Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

RANCIÈRE, J. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo, SP : Ed 34, 1996

RIEGL, Alois. O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

REIS JUNIOR, A.G. Estudo de caso da equipe de Saúde da Família para população em situação de rua de Belo Horizonte/MG. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, 2011.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Disponível em <<http://www.fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-Desenvolvimento-Humano.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2018.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro.** UFRJ, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2065/1832> > Acesso em 09 abr. 2018.

_____. **As populações de rua nas grandes metrópoles: Reflexões sobre tensões, conflitos e territorialidades nos espaços públicos.** Revista Tamoios UERJ, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/1420/3004>>. Acesso em 16 abr. 2018.

_____. **No Limite da Marginalidade: As Populações de Rua e seus Enfrentamentos nas Grandes Metrôpoles Globais.** UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt12-05.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua.** São Paulo: HUCITEC. Associação Rede Rua, 2005

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória.** Tradução Maria Lucia Bressan Pinheiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Cristiane de Souza et all. **Uma análise sobre o atendimento à população em situação de rua no município de Belém/PA.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/uma-analise-sobre-o-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-municipio-de-belem.pdf>> Acesso em 18 abr. 2018.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade.** Human Layer London Project, 2005. Disponível em <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Maria%20Cecilia%20Loschiavo.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. **Cities of plastic and paper. The informal habitat of the homeless in São Paulo, Los Angeles and Tokyo.** University of São Paulo. School of Architecture and Urbanism, 2003.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil.** Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 10 mai 2018.

SCHUCH, Patrice et al. **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf>. Acesso em: 15 mai 2018.

SUL 21. **Porto Alegre: população em situação de rua aumenta em mais de 50% em cinco anos**. 2016. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/12/porto-alegre-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-em-mais-de-50-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 11 mai 2018.

TERRA. **IBGE: só 5,4% das cidades têm abrigos para moradores de rua**. Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ibge-so-54-das-cidades-tem-abrigos-para-moradores-de-rua,b5c9e7afc8cf5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 mai 2018.

TORRES, Nicolás Jesús Ramírez. **Gestão do Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Urbano Sustentável: Políticas Públicas para o incremento do turismo em Curitiba**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/cp029312.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2018.

UOL NOTÍCIAS. **Apenas 5,2% das cidades brasileiras possuem abrigos para moradores de rua. São Paulo, 2010**. <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-opitou-se-moradores-de-rua.htm>>. Acesso em: 11 mai 2018.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007> Acesso em: 04 abr 2018.

VELOSO, Maíra. **O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado**. Anais do III Seminário Projetar. Porto Alegre, 2007.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006

APENDICÊ A – PRANCHAS DO PROJETO

HOTEL TASSI: o reuso de uma habitação transitória

O QUE?

Planejar uma casa de acolhimento de tempo integral para pessoas em situação de rua reutilizando uma edificação de patrimônio histórico que encontra-se subutilizada.

POR QUE?

Na cidade de Curitiba, a regional Matriz é a que apresenta o maior número de pessoas em situação de rua, porém a maioria das casas de acolhimento que proveem atendimento 24hs se encontram na periferia da cidade, dificultando assim, o acesso para as pessoas. Hoje é possível encontrar diversos edifícios de interesse de preservação abandonados e subutilizados, então, restaurar e reutilizar esses edifícios traria um benefício tanto para a cidade como para a população.

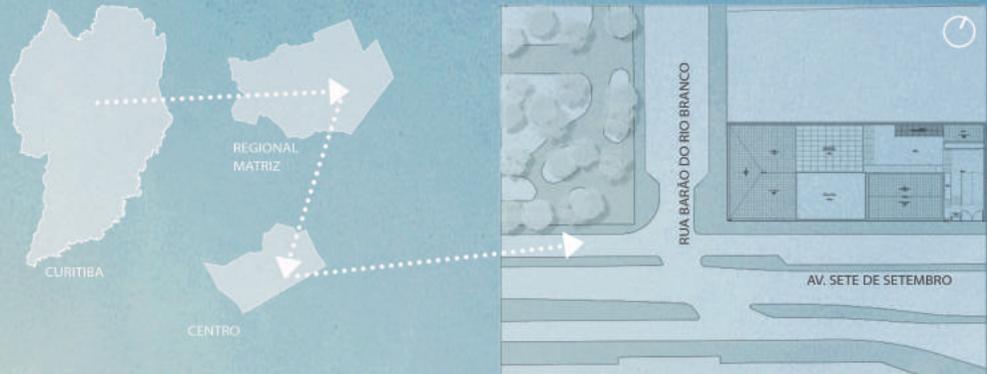
PRA QUEM?

O foco do projeto é para pessoas em situação de rua, de diferentes faixas etárias, podendo ser homens, mulheres e até mesmo pequenas famílias.

POR QUANTO TEMPO?

O tempo de estadia seria de tempo indeterminado para permanência. O Atendimento da casa seria de 24hs, diferente das demais encontradas na região.

ONDE?



COMO?

Seguindo os preceitos do restauro, o projeto busca respeitar a forma original do antigo Hotel Tassi, edificação que faz parte do conjunto tombado da Praça Efrásio Correia, na cidade de Curitiba. Além de manter a forma original do edifício, recompondo partes atualmente faltantes, o não avanço do gabarito também foi uma das estratégias adotadas, com finalidade de respeitar as edificações do entorno.



O ENTRONO

FLUXOS



USOS



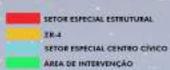
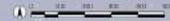
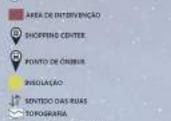
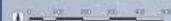
CONDICIONANTES



CHEIOS E VAZIOS



ZONEAMENTO



O TERRENO

PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

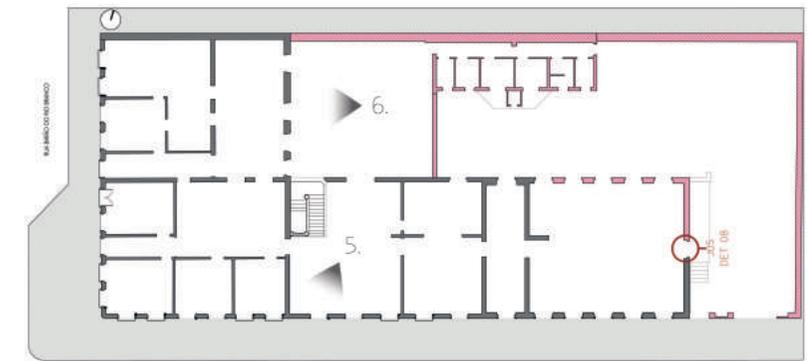
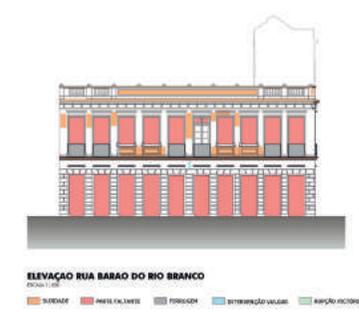
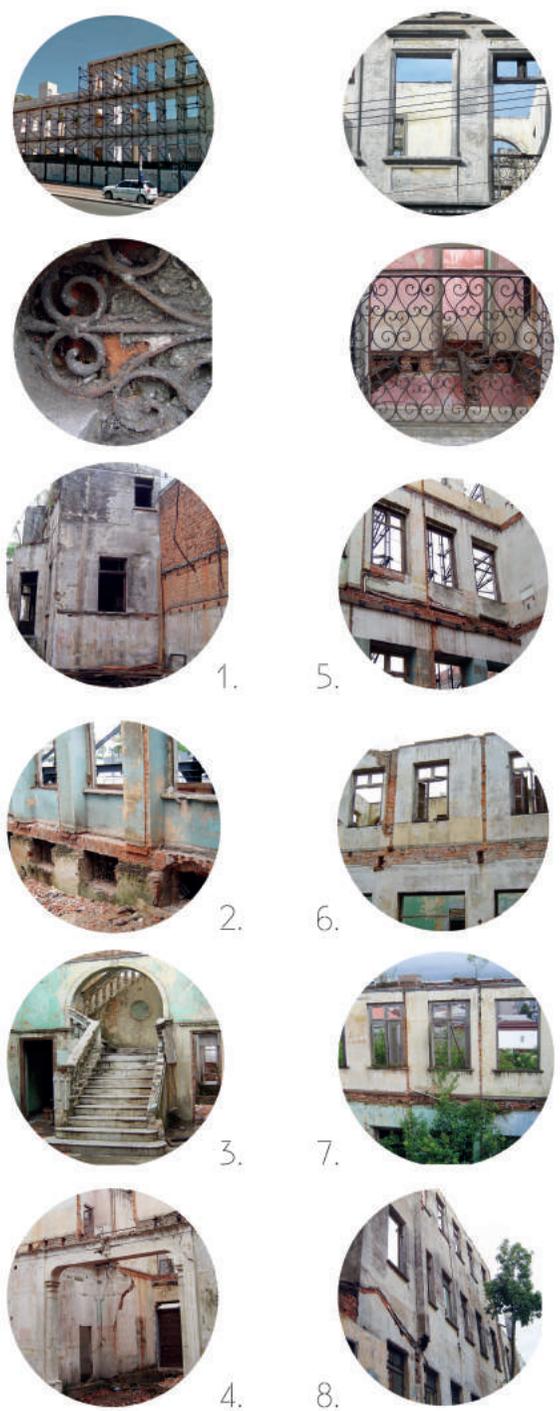
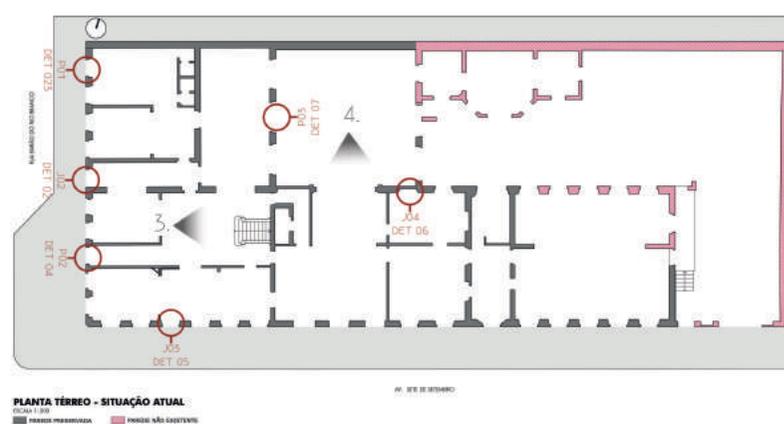
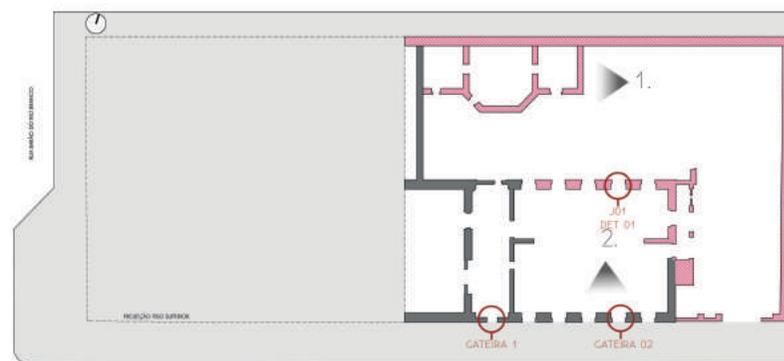
ZONEAMENTO:

- Setor Especial Estrutural - Subsetor Especial Eixo Barão-Riachuelo
- Área do terreno: 1020,0m²
- Coeficiente de Aproveitamento: 3,6
- Taxa de Ocupação: Térreo 1º e 2º pavimentos = 100%; Demais pav. = 50%
- Altura Máxima por Pavimento: Embasamento = 3 pav; Bloco Vertical = altura livre
- Recuo Mínimo do Alinhamento Predial: Embasamento = Obrigatório alinhamento predial; Bloco Vertical = 15,00m.
- Afastamento das Divisas: Embasamento = Facultado; Bloco Vertical = 2,00m.
- Taxa de Permeabilidade: -
- Lote Mínimo (Testada x Área): 11 x 330.

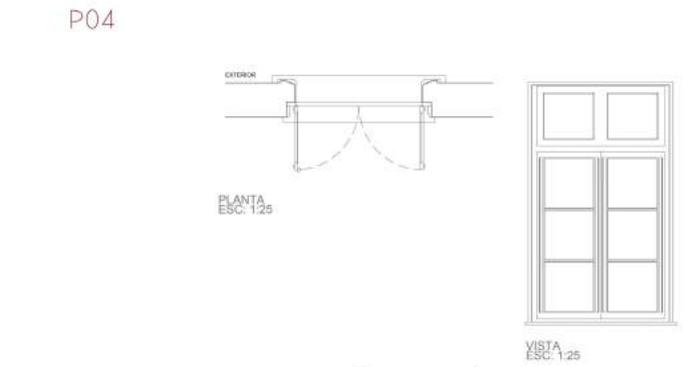
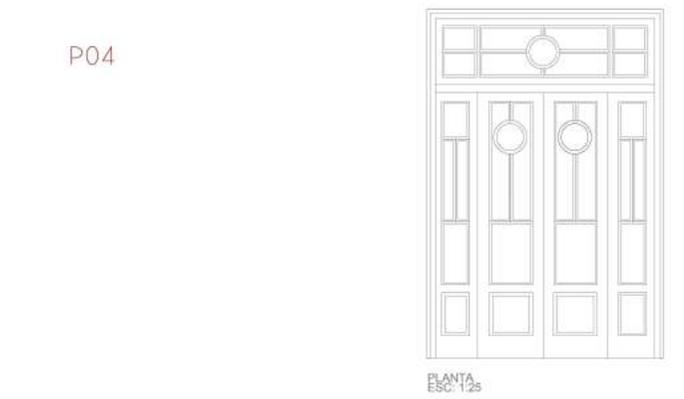
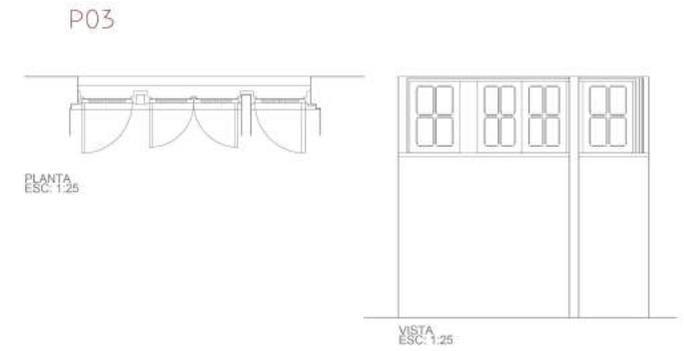
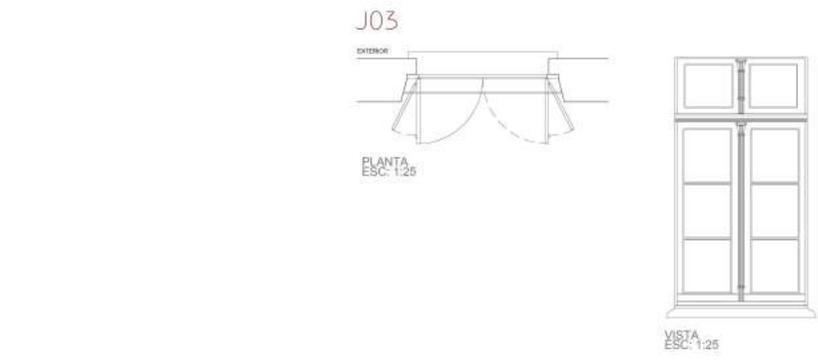
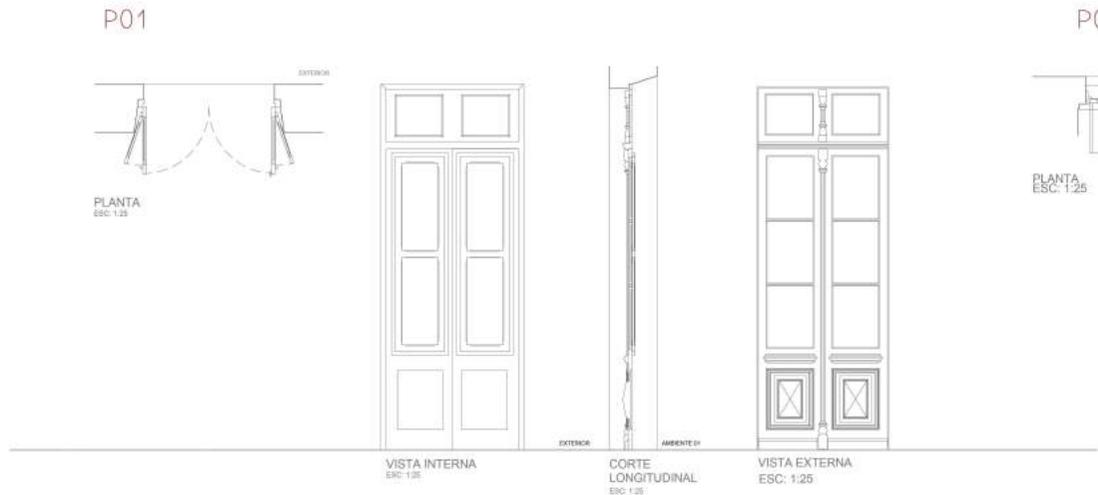
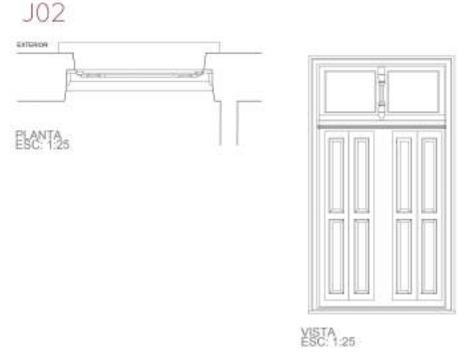
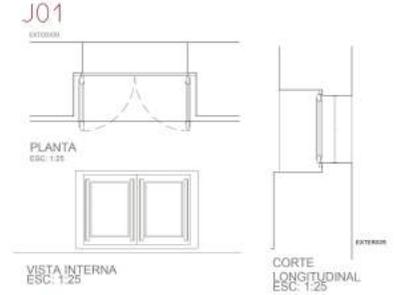
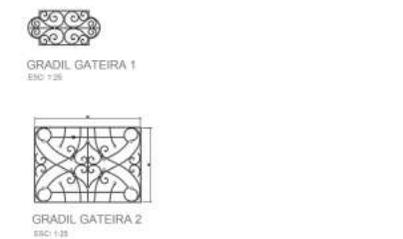
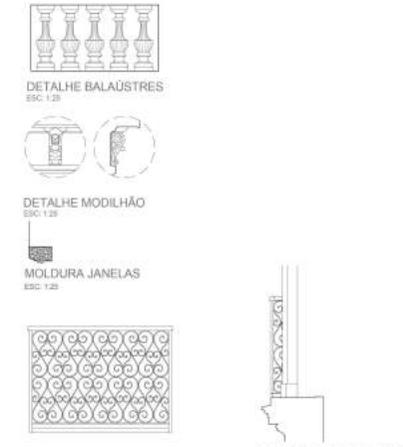


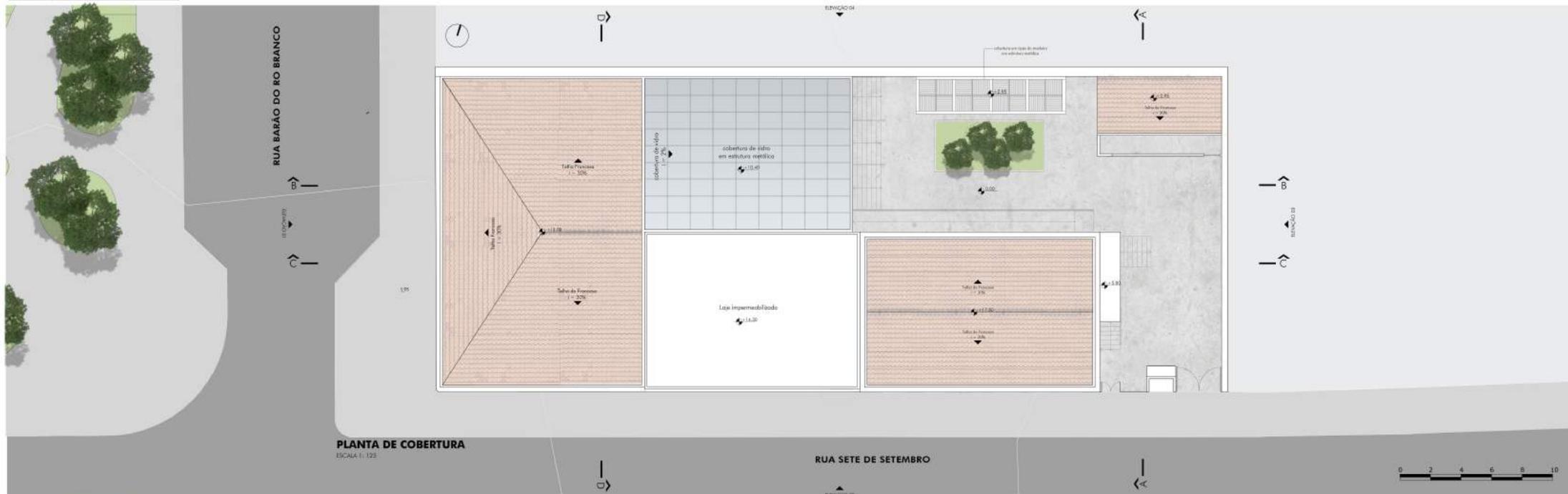
SITUAÇÃO ATUAL

LEVANTAMENTO DE PATOLOGIAS



DETALHES ARQUITETÔNICOS





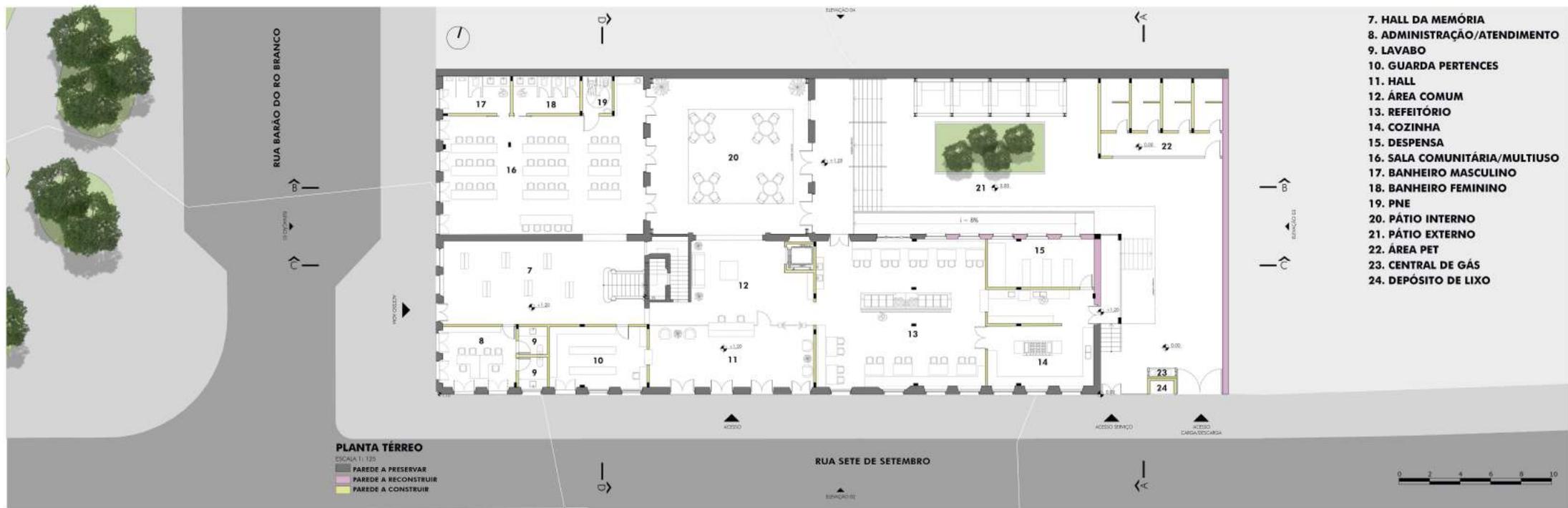
PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1:125

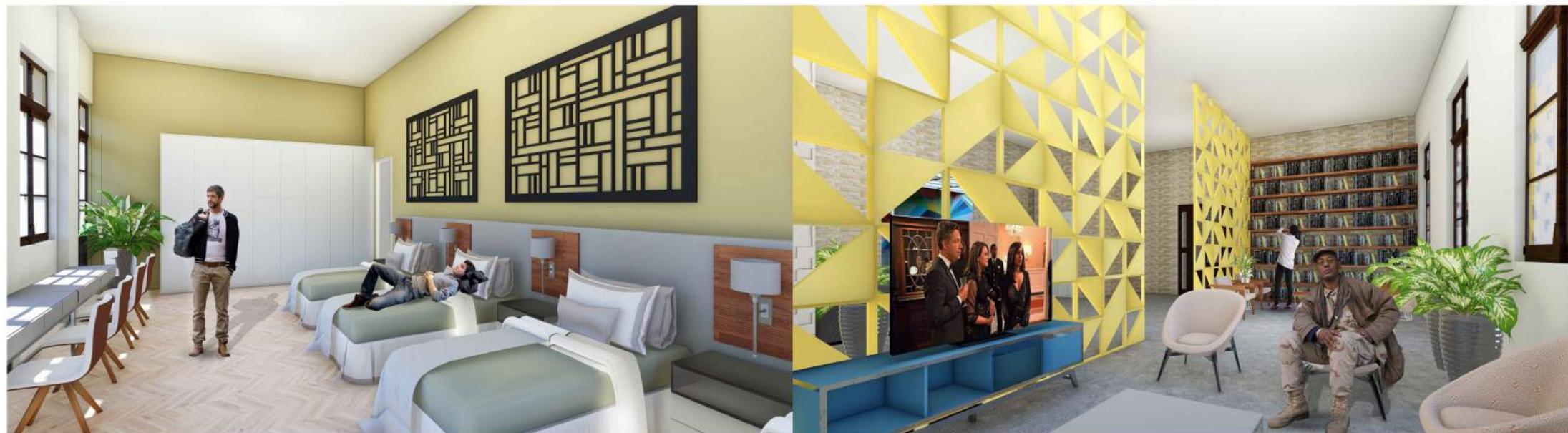


PLANTA SUBSOLO
ESCALA 1:125

■ PAREDE A PRESERVAR
 ■ PAREDE A RECONSTRUIR
 ■ PAREDE A CONSTRUIR

- 1. LAVANDERIA COMUNITÁRIA
- 2. COPA
- 3. LAVANDERIA
- 4. ROUPARIA
- 5. VESTIÁRIO FEMININO
- 6. VESTIÁRIO MASCULINO



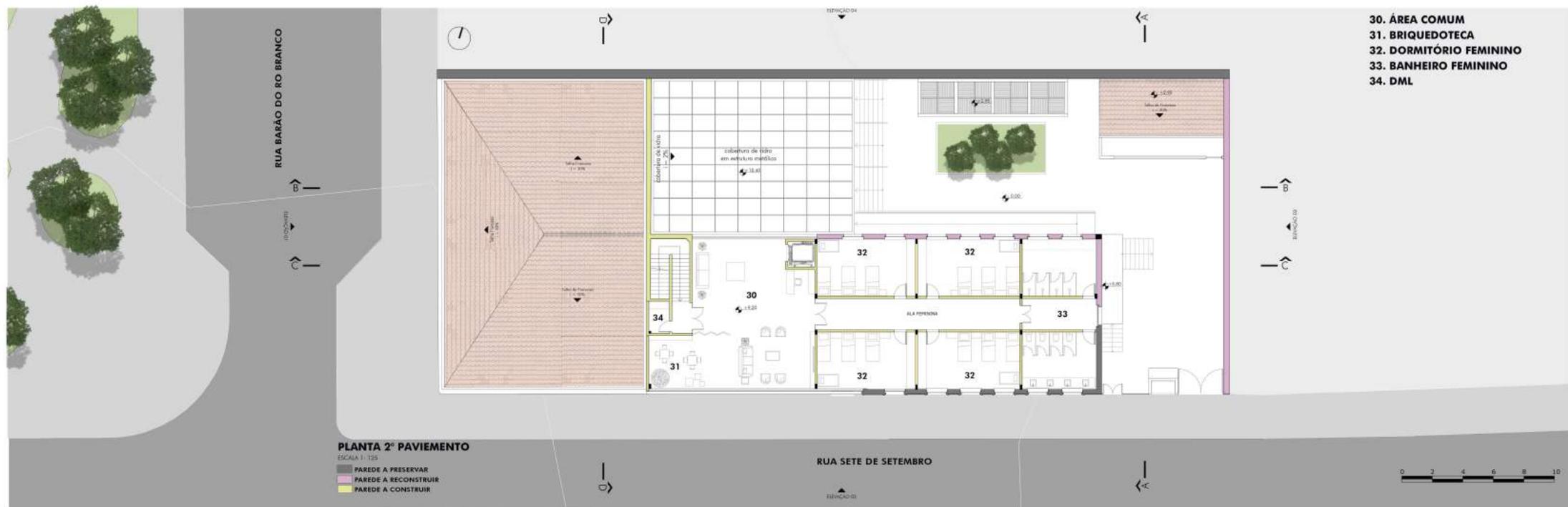


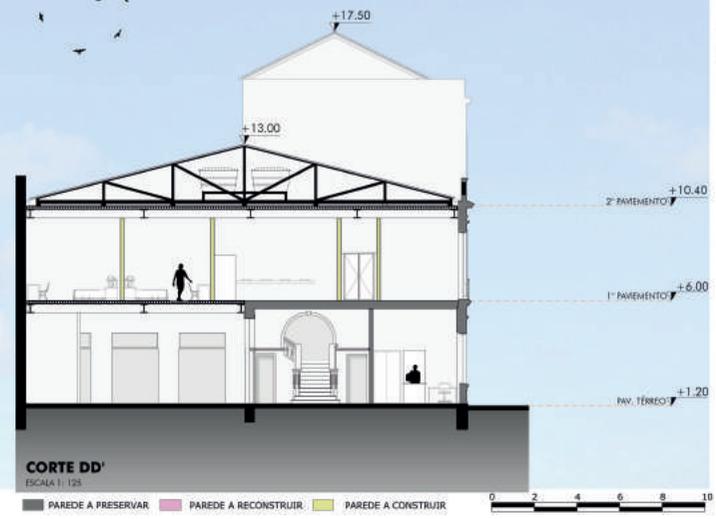
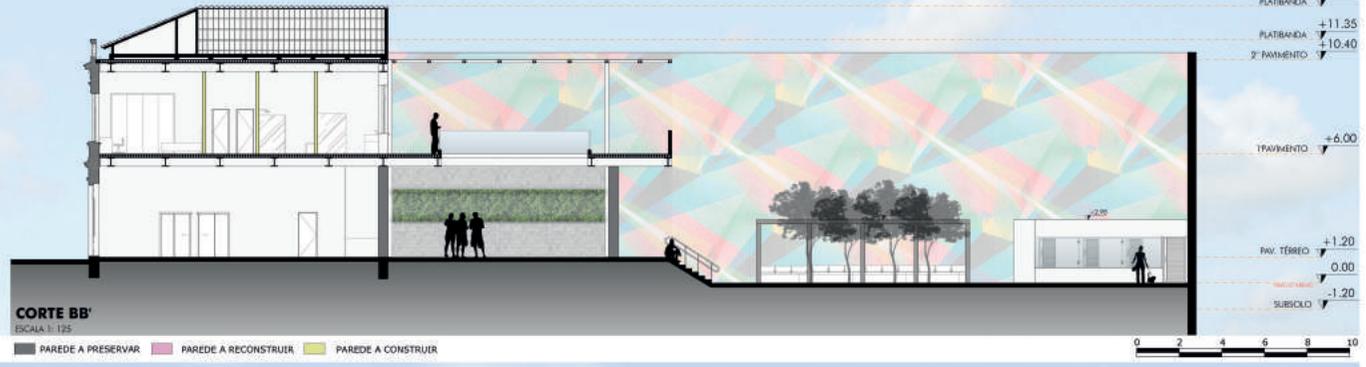
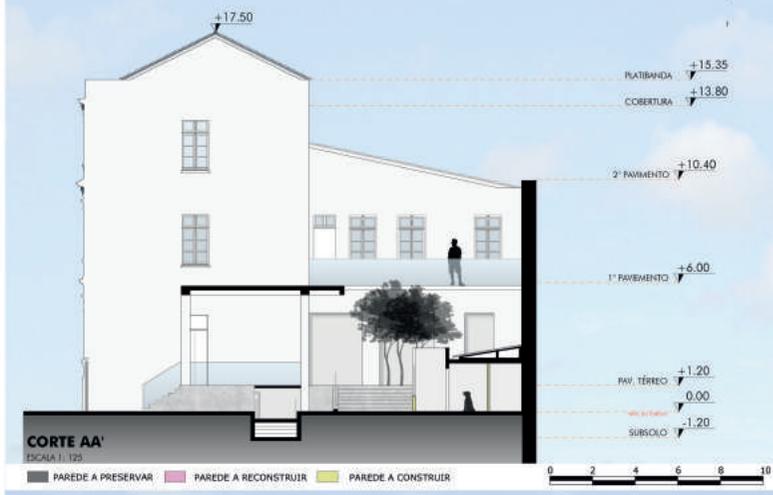
HOTEL TASSI: O REUSO DE UMA HABITAÇÃO TRANSITÓRIA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ARQUITETURA E URBANISMO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
 2018/2

ALLINA: MARILIA SANTANA SCHEMBERG
 ORIENTADORA: OCELI DUNICO DE OLIVEIRA





HOTEL TASSI: O REUSO DE UMA HABITAÇÃO TRANSITÓRIA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
2018.2

ALUNA: MARLIÁ SANTANA SCHEMBERG
ORIENTADORA: GICELI CINCO DE OLIVEIRA

